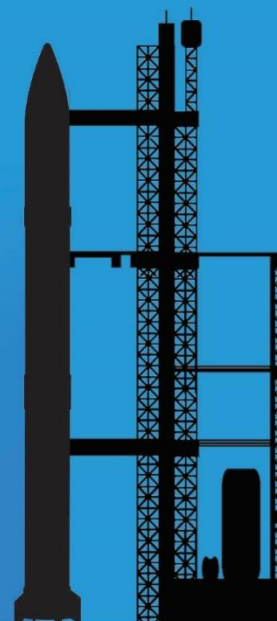


# AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2018



2018

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA  
RELATÓRIO DE  
GESTÃO



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.  
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

Brasília – 2019





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.  
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN – TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas – TCU nº 170/2018 e nº 172/2018, e da Portaria TCU nº 369/2018.

Brasília – 2019



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACS	Alcântara Cyclone Space
AEB	Agência Espacial Brasileira
AGU	Advocacia-Geral da União
AIAB	Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil
AIN	Auditoria Interna
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APF	Administração Pública Federal
AST	Acordo de Salvaguardas Tecnológicas
AUDIN	Auditoria Interna
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil Rússia, Índia, China e África do Sul
BSC	Balanced Scorecard
CCS	Coordenação de Comunicação Social
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBERS	Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (sigla em inglês)
CDPEB	Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro
CEA	Centro Espacial de Alcântara
CEE	Comitê Executivo do Espaço
CEF	Caixa Econômica Federal
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFTV	Circuito Fechado de TV
CGE	Comitê de Gestão Estratégica
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria-Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CLBI	Centro de Lançamento da Barreira do Inferno
CNAE	Comissão Nacional de Atividades Espaciais
CNE	Conselho Nacional do Espaço
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBAE	Comissão Brasileira de Atividades Espaciais
COMAER	Comando da Aeronáutica
CONAE	Comisión Nacional de Actividades Espaciales
COF	Coordenação de Orçamento e Finanças
COSO	Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPM	Coordenação de Planejamento, Modernização e Informática
CRC	Centro de Rastreamento e Controle
CRH	Coordenação de Recursos Humanos
CSIC	Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
CTA	Centro Técnico Aeroespacial
CTIC	Comitê de Tecnologia, Informação e Comunicação

CVT-Espacial	Centro Vocacional Tecnológico Espacial do Brasil
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DCTD	Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento
DINF	Divisão de Informação
DIPES	Divisão de Pessoal
DLR	Centro Espacial Alemão (sigla em alemão)
DOU	Diário Oficial União
DPEI	Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos
DPLAN	Divisão de Planejamento
DPOA	Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração
DRU	Desvinculação de Receitas da União
DSAD	Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento
DTEL	Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento
E2T	Espaço, Educação e Tecnologia
EGD	Estratégia de Governança Digital
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
EMC	Teste de Compatibilidade Eletromagnética (sigla em inglês)
EMI	Teste de Interferência Eletromagnética (sigla em inglês)
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENCTI	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
EQUARS	Satélite Científico para Monitoramento da Atmosfera Equatorial (sigla em inglês)
E-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
ESAF	Escola de Administração Fazendária
EUA	Estados Unidos da América
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia
FTB	Foguete de Treinamento Básico
FUNCATE	Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologias Espaciais
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
GAOT	Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra
GDACT	Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia
GDF	Governo do Distrito Federal
GESPÚBLICA	Programa de Excelência em Gestão Pública
GIL	Grupo de Interfaces de Lançamento
GOCNAE	Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais
GPS	Sistema de Posicionamento Global (sigla em inglês)
GRU	Guia de Recolhimento da União
GSI	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IAE	Instituto de Aeronáutica e Espaço
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IFI	Instituto de Fomento e Coordenação Industrial
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPE	Instituto de Pesquisas Espaciais
ISO	Organização Internacional de Normalização (sigla em inglês)
ISS	Estação Espacial Internacional (sigla em inglês)
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LAI	Lei de Acesso à Informação





LEOP	Lançamento e Fase Inicial da Órbita
LIT	Laboratório de Integração e Testes
LNC	Levantamento de Necessidades de Capacitação
LOA	Lei Orçamentária Anual
LSI-TEC	Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico
MAER	Ministério da Aeronáutica
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MDR	Revisão da Definição da Missão (sigla em inglês)
MECB	Missão Espacial Completa Brasileira
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTCR	Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (sigla em inglês)
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NIRC	Núcleo de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão
OBA	Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica
OBT	Observação da Terra
OTI	Objetivo Estratégico de Tecnologia da Informação
PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna
PATT	Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia
PBM	Plano Brasil Maior
PDA	Plano de Dados Abertos
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDR	Revisão Preliminar do Projeto (sigla em inglês)
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
PEB	Programa Espacial Brasileiro
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PES	Programa Esplanada Sustentável
PESE	Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PL	Patrimônio Líquido
PLOA	Proposta de Lei Orçamentária Anual
PLS	Plano de Logística Sustentável
PMM	Plataforma Multimissão
PNAE	Programa Nacional de Atividades Espaciais
PNBL	Plano Nacional de Banda Larga
PNDAAE	Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais
PO	Plano Orçamentário
POLIGRI	Política de Gestão de Riscos e Controles Internos
PPA	Plano Plurianual
PPP	Plano de Providência Permanente
PRF	Polícia Rodoviária Federal
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicações da AEB









**LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 - ÁREAS ESTRATÉGICAS E COMPETÊNCIAS .....	16
QUADRO 2 - PROCESSOS INSTAURADOS EM 2018 .....	27
QUADRO 3 - RELAÇÃO PPA 2016-2019 E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA AEB CICLO 2017-2019.....	37
QUADRO 4 - PROGRAMA POLÍTICA ESPACIAL - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS .....	38
QUADRO 5 - ACESSO AO ESPAÇO - PRINCIPAIS RESULTADOS .....	43
QUADRO 6 - IMAGENS, DADOS E SERVIÇOS DE SATÉLITES NACIONAIS - PRINCIPAIS RESULTADOS ....	44
QUADRO 7 - CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, CAPITAL HUMANO E TECNOLOGIAS CRÍTICAS - PRINCIPAIS RESULTADOS .....	44
QUADRO 8 - INDICADORES DE RESULTADOS .....	46
QUADRO 9 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTOS DE DESPESA .....	54
QUADRO 10 - ORÇAMENTO ANUAL 2012-2018 (SEM INPE).....	55
QUADRO 11 - ORÇAMENTO EXERCÍCIO 2016 - AÇÕES 20VB E 20VC (INPE).....	56
QUADRO 12 - FORÇA DE TRABALHO DA AEB.....	59
QUADRO 13 - DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS POR ETNIA.....	62
QUADRO 14 - REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES NAS CARREIRAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – TECNOLOGISTAS E ANALISTA EM C&T - LEI Nº 13.324/2016.....	64
QUADRO 15 - REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES NAS CARREIRAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – ASSISTENTE EM C&T - LEI Nº 13.324/2016.....	65
QUADRO 16 – VENCIMENTOS: NATUREZA ESPECIAL, DAS E FG.....	65
QUADRO 17 - DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO .....	69
QUADRO 18 - PRINCIPAIS INICIATIVAS EM TI NA AEB .....	73
QUADRO 19 - DEMANDAS TCU - ATENDIMENTO/MANIFESTAÇÃO.....	90

**LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO 2018.....	80
TABELA 2 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2018 .....	81
TABELA 3 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - EXERCÍCIO 2018 .....	82
TABELA 4 - BALANÇO FINANCEIRO - EXERCÍCIO 2018 .....	83
TABELA 5 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO 2018 .....	84
TABELA 6 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO 2018 .....	85

**LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 - SISTEMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ESPACIAIS .....	15
FIGURA 2 – ORGANOGRAMA DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA (AEB).....	16
FIGURA 3 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO NEW SPACE.....	18
FIGURA 4 – APLICAÇÃO DOS SMALLSATS LANÇADOS EM 2018.....	18
FIGURA 5 - DESTAQUES DO MERCADO DE LANÇADORES ORBITAIS EM 2018.....	19
FIGURA 6 – CADEIA DE VALOR DA AEB .....	21
FIGURA 7 – MAPA ESTRATÉGICO DA AEB.....	23
FIGURA 8 – MODELO DE GOVERNANÇA DA AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA (AEB) .....	25
FIGURA 9 – SATISFATÔMETRO DA OUVIDORIA DA AEB.....	29
FIGURA 10 – RESOLUÇÃO DE DEMANDAS .....	29
FIGURA 11 – ORÇAMENTO DA AEB – EXERCÍCIO 2018.....	51
FIGURA 12 – MODELO DE GOVERNANÇA DE TI.....	72
FIGURA 13 – ORGANOGRAMA E ATIVIDADES E FUNÇÕES DA UNIDADE DA TI NA AEB .....	72
FIGURA 14 - AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	77

**LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE LANÇAMENTOS ORBITAIS POR PAÍS EM 2018.....	19
GRÁFICO 2 - TIPOS DE MANIFESTAÇÕES EM 2018.....	29
GRÁFICO 3 - PEDIDOS POR TIPO DE RESPOSTA ENCAMINHADOS PELO E-SIC .....	30
GRÁFICO 4 - VALOR TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS .....	52
GRÁFICO 5 - DESPESAS PAGAR POR GRUPOS DE DESPESA .....	52



GRÁFICO 6 - RELAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO DO PNAE E LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS (SEM INPE 2016).....	55
GRÁFICO 7 - RELAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO DO PNAE E LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS (COM INPE 2016).....	56
GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DA AEB.....	56
GRÁFICO 9 - EXECUÇÃO AEB - EXERCÍCIO 2018.....	58
GRÁFICO 10 - TIPO DE VÍNCULO DE SERVIDORES.....	59
GRÁFICO 11 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA NA AEB – ÁREAS MEIO E FIM.....	60
GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES: ÁREA MEIO E ÁREA FINALÍSTICA.....	60
GRÁFICO 13 - DISTRIBUIÇÃO SALARIAL SERVIDORES EFETIVOS.....	61
GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES DE LIVRE NOMEAÇÃO.....	61
GRÁFICO 16 - DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES DA AEB POR GÊNERO.....	62
GRÁFICO 17 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL.....	63
GRÁFICO 18 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL.....	64
GRÁFICO 19 - PERCENTUAL DE SERVIDORES COM FUNÇÕES GRATIFICADAS E POR GRUPO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR.....	65
GRÁFICO 20 - FAIXA ETÁRIA DOS SERVIDORES DA AEB.....	66
GRÁFICO 21 - QUANTITATIVOS DE CURSOS E SERVIDORES EM AÇÕES DE CAPACITAÇÃO.....	67
GRÁFICO 22 - INVESTIMENTOS EM CAPACITAÇÃO NA AEB.....	67
GRÁFICO 23 - DESPESAS COM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	73
GRÁFICO 24 - PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE TIC NO PDTIC (2018-2019).....	75
GRÁFICO 25 - PERCENTUAL DE NECESSIDADES ATENDIDAS NO PDTIC 2018-2019.....	76
GRÁFICO 26 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	81
GRÁFICO 27 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO 2018.....	82
GRÁFICO 28 - FLUXO FINANCEIRO - EXERCÍCIO 2018.....	83

## LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXOS E APÊNDICES 1 - DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	91
ANEXOS E APÊNDICES 2 – GLOSSÁRIO.....	92

Nanosat-C-BRI

AESP-14

UbatubaSat 1

Itasat

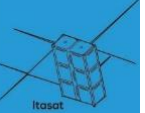
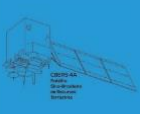
SERPENS  
Sistema Espacial  
para Recuperação de  
Plano de  
Espaço com  
Personalidade

## SUMÁRIO

<b>MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE.....</b>	<b>13</b>
<b>1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>16</b>
<b>1.3. AMBIENTE EXTERNO .....</b>	<b>17</b>
<b>1.4. MODELO DE NEGÓCIOS.....</b>	<b>21</b>
<b>2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....</b>	<b>22</b>
<b>2.2. PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS .....</b>	<b>24</b>
<b>2.3. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA .....</b>	<b>24</b>
2.3.1. Informações sobre dirigentes e colegiados.....	25
2.3.2. Atuação da unidade de auditoria interna .....	25
2.3.3. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada .....	27
2.3.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos .....	27
2.3.5. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário .....	28
<b>2.4. PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS .....</b>	<b>28</b>
2.4.1. Carta de serviços ao cidadão .....	28
2.4.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários .....	29
2.4.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade .....	30
2.4.4. Medidas para garantir acessibilidade .....	30
2.4.5. Participação cidadã no processo decisório .....	31
2.4.6. Relação com partes interessadas .....	32
<b>3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS .....</b>	<b>34</b>
<b>3.1. GESTÃO DE RISCOS.....</b>	<b>34</b>
<b>3.2. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES TRABALHISTAS CONTRA A ENTIDADE .....</b>	<b>34</b>
<b>3.3. ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>4. RESULTADOS DA GESTÃO .....</b>	<b>36</b>
<b>4.1. RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO .....</b>	<b>36</b>
4.1.1. Execução física das ações orçamentárias do Programa Temático Política Espacial.....	38
4.1.2. Resultados da Política Espacial .....	38
<b>4.2. INDICADORES DE DESEMPENHO QUANTIFICADOS E ALINHADOS AOS OBJETIVOS .....</b>	<b>45</b>
<b>4.3. CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS .....</b>	<b>47</b>



<b>5.</b>	<b>ALOCAÇÃO DE RECURSO E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....</b>	<b>48</b>
<b>5.1.</b>	<b>DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, E ADMINISTRAÇÃO DA AEB.....</b>	<b>48</b>
<b>5.2.</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL DE ÁREAS DE GESTÃO .....</b>	<b>51</b>
5.2.1.	Gestão Orçamentária e Financeira .....	51
5.2.2.	Gestão de Pessoas.....	59
5.2.3.	Gestão de Licitações e Contratos .....	68
5.2.4.	Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	70
5.2.5.	Gestão da Tecnologia da Informação .....	71
5.2.6.	Gestão de Custos .....	76
5.2.7.	Sustentabilidade Ambiental.....	77
<b>6.</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>79</b>
<b>6.1.</b>	<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....</b>	<b>79</b>
<b>6.2.</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>80</b>
6.2.1.	Balanço Patrimonial .....	80
6.2.2.	Demonstração da Variações Patrimoniais .....	81
6.2.3.	Balanço Orçamentário.....	82
6.2.4.	Balanço Financeiro.....	83
6.2.5.	Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	84
6.2.6.	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	85
<b>6.3.</b>	<b>NOTA EXPLICATIVA .....</b>	<b>86</b>
<b>7.</b>	<b>OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....</b>	<b>89</b>
<b>7.1.</b>	<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....</b>	<b>90</b>
<b>8.</b>	<b>ANEXOS E APÊNDICES .....</b>	<b>91</b>





## MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE



Ao olharmos o conjunto das cinco nações que mais se destacam pela extensão territorial, pelo tamanho da população e pelo volume da economia (PIB), ou seja, China, Índia, Estados Unidos, Rússia e Brasil, vemos que as quatro primeiras possuem um pujante programa espacial. Não é por acaso ou apenas por curiosidade científica que essas nações investem pesadamente num setor que possui uma das maiores densidades tecnológicas e um dos maiores poderes de alavancagem do desenvolvimento social e econômico.

O espaço tem o dom aguçar a curiosidade humana. Mas, muito além do imaginário popular, que liga a exploração do espaço à ficção científica, à aventura, ao futuro distante, o espaço já está presente na realidade das relações internacionais, nos Estados nacionais, nas suas estruturas e políticas públicas, nas necessidades de segurança e defesa, nos negócios e até no dia-a-dia de cada cidadão. Afinal, quem não se vale de meios de

comunicação para falar de sua vizinhança até qualquer lugar do mundo, esteja no solo ou a bordo de um avião? Quem não assiste ao vivo a transmissões de TV vindas de todos os cantos do planeta? Quem não consulta a previsão do tempo antes de se vestir para o trabalho ou de iniciar uma viagem? Quem não consulta um aplicativo de localização para achar um endereço, um ponto comercial, um melhor meio de transporte? O mundo está cada vez mais conectado, e as possibilidades advindas das aplicações espaciais potencializam diversas melhorias para o bem-estar de todos nós.

É nesse contexto de crescentes demandas da sociedade que se insere o papel da Agência Espacial Brasileira (AEB). Na sua lida por estabelecer a política espacial e coordenar iniciativas para dotar o país das melhorias de serviço possíveis em diversas áreas da vida cotidiana, a AEB tem sempre como farol o retorno que a sociedade necessita em educação, em segurança, em saúde. E, também, os grandes desafios para nossa economia e para a evolução do mercado de trabalho, impulsionadas pela Internet das Coisas (IoT), pela indústria 4.0, pelo agronegócio 4.0, ou seja, a interconectividade mudando nossa forma de produzir e viver, permitindo até mesmo a realização de cirurgias remotas, além da possibilidade de ampliarmos os nossos conhecimentos em quaisquer áreas que desejarmos.

Para onde quer que olhemos, **aqui tem espaço!** Este é o mote que nos faz ligar o Programa Espacial Brasileiro (PEB) à sociedade, desde a curiosidade infantil até a mais elevada visão de um agente governamental ou de um empresário, mostrando que as tecnologias e os serviços espaciais já permeiam nosso cotidiano e vão revolucionar ainda mais nossa forma de viver.

Em 2018, a AEB, malgrado as severas reduções orçamentárias, esforçou-se para dar seguimento aos projetos de sistemas espaciais e de atividades a eles correlatas, para que nossas instituições de ciência e tecnologia e nossa indústria continuassem a produzir o que o Brasil necessita.

No âmbito interno, prosseguiu no esforço organizacional de planejamento estratégico. Consolidar visão, objetivos e valores, melhorar processos, gerenciar riscos, investir na transparência, são algumas das atividades que permearam as jornadas do efetivo da AEB ao longo do exercício 2018. Diversas iniciativas próprias, ou em decorrência das determinações e das sempre bem-vindas recomendações da CGU e do TCU, demonstram a consonância da atuação conforme as modernas práticas de governança, numa perspectiva de contínuo aprimoramento.



No âmbito externo, a AEB participou ativamente das atividades do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, criado pelo governo federal em fevereiro de 2018, com o objetivo de atualizar diagnósticos e propor soluções para potencializar o PEB, atendendo a demandas concretas da sociedade e primando pela sustentabilidade de nossas instituições e de nossa indústria. Nove grandes gargalos foram estudados e, num esforço conjunto interministerial, com participação ativa de representantes do mundo acadêmico, científico e industrial, chegou-se a um significativo conjunto de propostas que, para 2019, deverão resultar em novos ares para o ambiente espacial no país.

Este Relatório apresenta, de forma estruturada, um resumo da atuação e dos resultados alcançados no período. A missão precípua é dar satisfação à sociedade sobre como esta Autarquia empregou os recursos a ela confiados. É, também, uma oportunidade de agradecimento a todas as instituições que compõem o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), assim como aos Ministérios a que diretamente se vinculam, como o da Defesa e o da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: com seu trabalho e sua postura crítica, são e serão sempre os elos fundamentais para a concretização dos objetivos do setor espacial brasileiro.

O expressivo trabalho de preparação institucional da AEB para a nova governança que se pretende instituir para o PEB há, certamente, de levar a uma transição segura e profícua ao longo de 2019. O Brasil merece um PEB à altura de seus desafios como país livre e soberano. A AEB, juntamente com todas as entidades do SINDAE, compromete-se a seguir no caminho do serviço à sociedade, proporcionando os melhores resultados aos investimentos que o País realiza no setor espacial. Aqui tem espaço, e o espaço vai chegar a todos os cidadãos!

Brasília, 29 de março de 2019.



**Presidente**

Carlos Augusto Teixeira de Moura



## 1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

### 1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

A Agência Espacial Brasileira (AEB), autarquia federal de natureza civil, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações (MCTIC), foi criada pela Lei nº 8.854, em 10 de fevereiro de 1994, com a finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional. Esse normativo define as competências da Agência (art. 3º) e a sua estrutura básica (art. 5º).

A Portaria nº 4.893, de 23 de agosto de 2017, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações aprovou o Regimento Interno da AEB apresentando, além de outras informações, a estrutura organizacional da Agência (art. 3º, Capítulo II – Da Estrutura Organizacional). Essa Portaria e demais normativos legais referentes à criação e à estrutura da Agência estão disponíveis em [www.aeb.gov.br](http://www.aeb.gov.br).

As atividades da AEB são orientadas pelas diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), aprovada pelo Decreto nº 1.332, de 8 de dezembro de 1994, e tem o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) como principal instrumento de planejamento do setor espacial.

Para organizar a execução das atividades espaciais, foi instituído o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), conforme Decreto nº 1.953, de 10 de julho de 1996, que define a AEB como seu órgão central e responsável pela coordenação geral. Entre os órgãos setoriais que compõe esse Sistema, destacam-se: o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do MCTIC, e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), do Comando da Aeronáutica (Comaer), do Ministério da Defesa (MD), que são responsáveis pela execução dos principais projetos e atividades estratégicos do PNAE. O SINDAE conta ainda, como executores participantes, as Universidades e a Indústria que, embora ainda tímida, tem apresentado resultados significativos para o setor espacial brasileiro.

**Figura 1 - Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais**



Fonte: Site da Agência Espacial Brasileira ([www.aeb.gov.br](http://www.aeb.gov.br))

Em função da complexidade do assunto, a AEB, em 2017, iniciou o processo de elaboração do planejamento estratégico da instituição. O objetivo foi a promoção de maiores ganhos de eficiência e eficácia na condução da política espacial. Dentre os resultados desse processo, definiram-se a Missão e Visão da Agência:

*Missão: “Promover atividades espaciais de interesse nacional visando o desenvolvimento da sociedade brasileira”.*

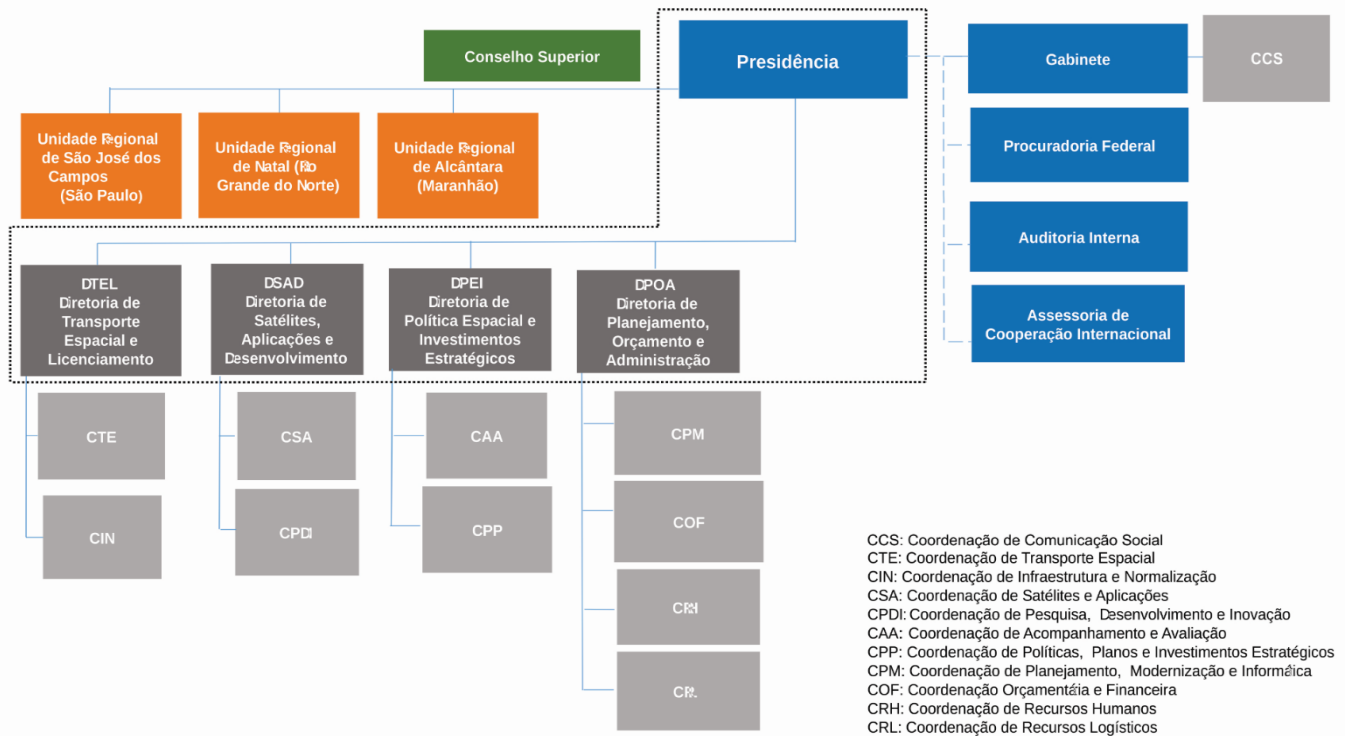
Visão: “Consolidar o Programa Espacial Brasileiro em articulação com os agentes governamentais, sociais e econômicos”.

O detalhamento do planejamento estratégico institucional, bem como o Mapa Estratégico da AEB, serão apresentados no item Planejamento Estratégico e Governança deste relatório.

## 1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da Agência foi aprovada pelo Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016, e é composta pela Presidência, órgãos de assistências direta e imediata ao Presidente da AEB, órgãos seccionais e específicos singulares, bem como unidades descentralizadas. O organograma está a seguir representado.

Figura 2 – Organograma da Agência Espacial Brasileira (AEB)



Fonte: Coordenação de Comunicação Social (CCS/AEB)

O quadro a seguir destaca as áreas mais estratégicas da gestão da AEB onde são apresentados as principais competências, os titulares no exercício de 2018 e os respectivos cargos. No endereço eletrônico da Agência estão detalhadas as demais áreas ([www.aeb.gov.br](http://www.aeb.gov.br)).

Quadro 1- Áreas Estratégicas e Competências

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	
Órgãos de Deliberação Superior	<b>Presidência</b>	Art. 6º da Portaria MCTIC nº 4.893/2017. Coordenar, supervisionar e administrar as ações e o patrimônio da AEB.	José Raimundo Braga Coelho	Presidente
	<b>Conselho Superior</b>	Art. 5º do Decreto nº 8.868/2016, art. 7º da Portaria MCTIC nº 4.893/2017. Apreciar propostas de atualização da PNDAE, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Deliberar sobre as diretrizes para execução da PNDAE aprovada pelo Presidente da República; Atuar na elaboração do PNAE, bem como de suas atualizações, e apreciar anualmente seu relatório de execução; Atuar na elaboração da proposta orçamentária anual da AEB; Apreciar as propostas de atos de organização e funcionamento do SINDAE; Apreciar acordos, contratos, convênios e outros	Art. 6º do Decreto nº 8.868/2016	Não se aplica

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo
	instrumentos internacionais, no campo das atividades espaciais; Propor subsídios para a definição de posições brasileiras em negociações bilaterais e em foros internacionais, referentes a assuntos de interesse da área espacial; Aprovar diretrizes para o estabelecimento de normas e expedição de licenças e autorizações relativas às atividades espaciais; Opinar sobre projetos de leis, propostas de decretos e de outros instrumentos legais, relativos às atividades espaciais; e Deliberar sobre outras matérias.		
Órgãos Específicos Singulares	<b>Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos</b>	Petrônio Noronha de Souza	Diretor
	<b>Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento</b>	Carlos Alberto Gurgel Veras	Diretor
	<b>Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento</b>	Rogério Luiz Veríssimo Cruz	Diretor

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA)/AEB

OBS: A informação sobre o período de atuação de cada gestor será apresentada no Rol de Responsáveis.

### 1.3. AMBIENTE EXTERNO

O cenário global das atividades espaciais inclui uma ampla diversidade de atores públicos e privados e um relevante mercado que movimenta cerca de US\$ 350 bilhões ao ano<sup>1</sup>, com destaque para lançamentos de foguetes, construção de satélites e ampla variedade de serviços associados às aplicações desses satélites. Atualmente, mais de cinquenta nações possuem satélites em órbita, sendo característica marcante desse mercado a participação crescente dos países em desenvolvimento nas atividades espaciais.

O ano de 2018 foi marcado por eventos que evidenciam uma nova dinâmica das atividades espaciais, referenciada como New Space, onde o setor privado exerce papel cada vez mais relevante,

<sup>1</sup> Fonte: SIA. State of the Satellite Industry Report. Satellite Industry Association (2017)



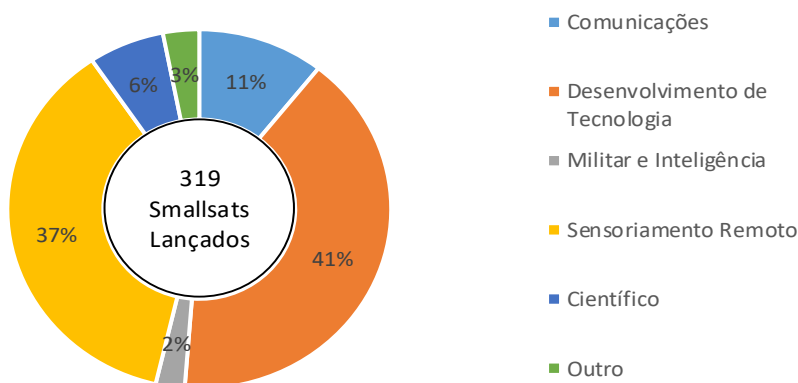
empreendendo em missões espaciais de baixo custo, explorando novos modelos de negócios e desenvolvendo iniciativas voltadas ao mercado em diferentes segmentos do setor espacial. Nesse contexto, pode-se observar neste último ano: o voo inaugural do foguete Falcon Heavy, da empresa SpaceX, considerado como o sistema de lançamento mais poderoso da atualidade; o voo da nave Virgin Galactic's Two, que está sendo desenvolvida para ofertar serviço privado de turismo espacial; e o lançamento de 319 pequenos satélites (*smallsats*), que se caracterizam por associar efetividade a baixo custo. Esses novos negócios impulsionam os fundos públicos e privados para modelos de negócios inovadores e que apresentem soluções disruptivas em diversas aplicações (Figura 4). Grande parte da atividade espacial, no entanto, continua sendo liderada por Governos, sendo o setor privado contratado como parte de programas públicos.

Seguindo a tendência dos pequenos satélites e buscando desenvolver capital humano para o setor aeroespacial, o Brasil lançou em 2018 o ITASAT-1, nanossatélite financiado com recursos da AEB e desenvolvido pelo ITA em parceria com INPE, UFRN e IAE. O ITASAT tem como cargas úteis um transponder de coletas de dados, um receptor GPS, uma câmera com resolução de 80 m, e um experimento de comunicação. É o primeiro satélite brasileiro a levar a bordo um software de controle de atitude totalmente projetado no país

**Figura 3 - Principais características do New Space**



**Figura 4 – Aplicação dos *smallsats* lançados em 2018**

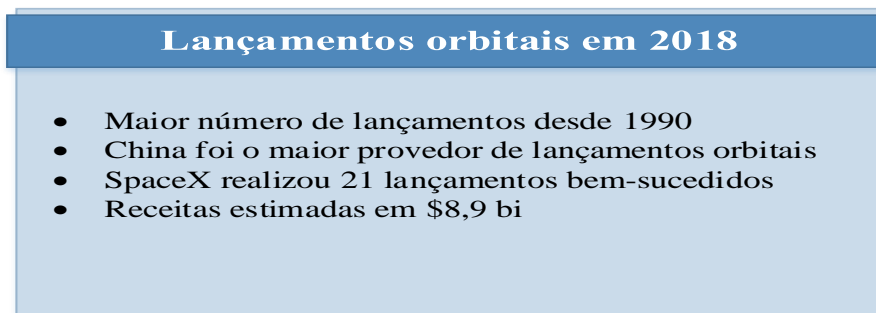


Fonte: Bryce Space and Technology



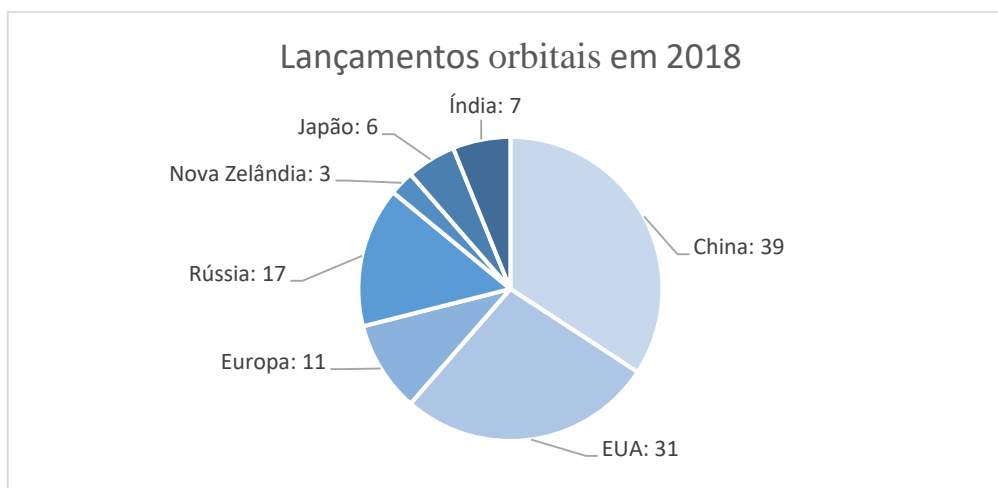
No âmbito do mercado de veículos lançadores, em 2018, foram realizados 114 lançamentos orbitais, maior número desde o ano de 1990. A China superou protagonistas históricos e foi o país com maior número de lançamentos, 39 no total, seguida por Estados Unidos e Rússia, com 31 e 17 lançamentos, respectivamente. Estima-se que o setor de lançamentos obteve receitas da ordem de US\$ 8,9 bilhões.

**Figura 5 - Destaques do mercado de lançadores orbitais em 2018.**



Fonte: Bryce Space and Technology

**Gráfico 1 - Número de lançamentos orbitais por país em 2018**



Fonte Bryce Space and Technology

O New Space tem proporcionado um aumento de projetos de veículos lançadores de menor porte ao redor do mundo, além do surgimento de diversos espaçoportos comerciais, principalmente nos Estados Unidos, bem como a elevação da demanda por lançamento de satélites. Esse incremento gerou a necessidade de instalação de novos centros de lançamento comerciais, requerendo uma análise sobre o mercado que essas novas infraestruturas, como o Centro Espacial de Alcântara (CEA), podem incorporar.

Em 2018, foi editado o Decreto nº 9.279, que criou o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), presidido pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), com o objetivo de fixar, por meio de resoluções, diretrizes e metas para a potencialização do Programa Espacial Brasileiro e supervisionar a execução das medidas propostas para essa finalidade.

Entre os principais resultados alcançados no CDPEB, tem-se a minuta de Projeto de Lei sobre a Governança do Setor Espacial, retomando os trabalhos que a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Ministério da Defesa (MD) já vinham realizando ao longo de 2017. Com a participação de outros Ministérios, tais como Casa Civil, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e Ministério das Relações Exteriores (MRE), a proposta de Projeto de Lei cria o Conselho Nacional do Espaço (CNE), definirá as diretrizes da Política Espacial, e o Comitê Executivo do Espaço (CEE), responsável pela execução do programa, entre outras providências. A Agência atuará

como Secretaria Executiva do CNE, presidirá o CEE, reforçando o seu papel de órgão central do sistema, com a missão de coordenar o Programa Espacial Brasileiro (PEB): abordará o escopo do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), assim como conciliará as demais demandas duais e de defesa.

No contexto nacional, esse cenário que envolve o Newspace foi incorporado no planejamento de novos projetos conceituados como mobilizadores, e projetados no âmbito do CDPEB. Tais projetos foram concebidos ao longo do ano de 2018 a partir das seguintes premissas: mobilização da indústria nacional; desenvolvimento incremental com mitigação de riscos; pragmatismo; elevado conteúdo nacional; e, por fim, oportunidade, em face do crescimento projetado para lançamentos de microssatélites (faixa de 1 a 50kg de carga útil). Constelação de cubesats, veículo lançador de microssatélites, Centro de lançamento, entre outros, fazem parte dessa carteira de projetos que está sendo estabelecida.

Além da governança e dos projetos mobilizadores, ao longo do ano, o CDPEB também abordou diversos temas importantes para o PEB, como o prosseguimento das negociações com os Estados Unidos a respeito do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST); o andamento do processo de criação da empresa pública ALADA; a necessidade de implementação de políticas públicas e ações sociais no entorno do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão; o financiamento de projetos espaciais; a criação de uma Lei Geral do Setor Espacial, entre outros.

Em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), que prioriza a aplicação de tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais em benefício da sociedade, a AEB, em janeiro de 2018, iniciou um processo contínuo de identificação e análise de demandas nacionais ao setor espacial, com vistas a promover um maior alinhamento entre o PEB e as necessidades do país. O processo teve como objetivos principais o entendimento de como as missões espaciais atuais (nacionais e estrangeiras) têm colaborado no suprimento das demandas existentes; o reconhecimento dos benefícios gerados pelos satélites nacionais e das possíveis limitações das tecnologias espaciais disponíveis no Brasil; a identificação de demandas futuras, a médio e a longo prazos; e uma melhor caracterização da transversalidade das aplicações dos produtos espaciais no âmbito das diferentes políticas públicas existentes. O processo foi implementado em diversas etapas de consulta a especialistas de diferentes instituições, e deve culminar com o estabelecimento de uma rede interinstitucional para o acompanhamento da evolução das demandas nacionais e das capacidades produtiva e tecnológica do país.

Cabe destacar, ainda, a realização de uma pesquisa no âmbito governamental, que contou com a participação de mais de 250 especialistas, com o objetivo de mapear as demandas de órgãos governamentais por produtos e serviços espaciais. O resultado dessa pesquisa deverá balizar o aperfeiçoamento das políticas públicas para o setor espacial, de modo a potencializar a atuação e os resultados das demais políticas já em execução. Os relatórios parciais foram apresentados no II Fórum da Indústria Espacial Brasileira e estão disponíveis no endereço <http://forumindustriaespacial2018.aeb.gov.br/relatorios-parciais/>.

O II Fórum da Indústria Espacial Brasileira: Demandas Nacionais e Oportunidades, promovido pela AEB e realizado em São José dos Campos, reuniu empresários, *startups*, centros de PD&I e entes de governo. Nesta segunda edição do Fórum, foi discutida a pesquisa, de âmbito nacional, realizada pela Agência no intuito de identificar as principais demandas ao setor espacial. A abordagem inovadora no setor tem como objetivo, além de validar os resultados com o setor industrial, subsidiar o planejamento do próximo PNAE. O Fórum também abordou o novo Marco Legal de C&T, os *cases* de sucesso entre entidades de fomento e empresas do setor, além de palestras acerca do ambiente de negócios e o crescimento das *startups* no setor espacial. Essa segunda edição também trouxe o “I Desafio Espacial”. Os temas foram divulgados no site do evento, e as empresas júniores, *startups* ou grupos de pesquisa se inscreveram para apresentar respostas aos problemas colocados no desafio, sendo que os selecionados puderam expor suas soluções no evento.

### 1.4. MODELO DE NEGÓCIOS

A AEB opera, prioritariamente, por meio da implementação de um conjunto de processos finalísticos e de apoio, estabelecidos em correspondência com as competências descritas no art. 3º da Lei nº 8.854/94, que criou a autarquia, no art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.868/2016 e posteriores alterações, bem como por intermédio das atribuições regimentais das diversas unidades que compõem a sua estrutura organizacional.

Os macroprocessos finalísticos descrevem as principais atribuições desempenhadas pela AEB por meio das quais a autarquia cumpre a sua missão. A elaboração dos macroprocessos partiu da análise das competências da autarquia previstas em sua lei de criação e posteriores alterações, bem como nos objetivos estratégicos instituídos no 1º Ciclo de Planejamento Estratégico – 2017/2019 a ser apresentado no item Planejamento Estratégico e Governança.

A Cadeia de Valor da Agência é composta de 4 (quatro) macroprocessos finalísticos: i) Articulação institucional nacional e internacional no setor espacial; ii) Gerenciamento das atividades espaciais; iii) Promoção da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico, industrial e econômico; e iv) Elaboração de normas, emissão de licenças e autorizações aplicáveis no desenvolvimento das atividades espaciais.

No tocante aos principais parceiros externos, a AEB se relaciona institucionalmente com INPE, DCTA, MCTIC, MP, MD, MDIC, MF, MRE, Casa Civil da Presidência da República, CNPq, universidades e indústrias do setor espacial.

Os macroprocessos finalísticos, as competências legais correspondentes, os principais produtos e serviços, os principais clientes e responsáveis pela sua condução, dentro da estrutura organizacional formal da AEB, estão resumidos a seguir:

**Figura 6 – Cadeia de Valor da AEB**



Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA)

(\*) As competências definidas na Lei nº 8.854/2016 e no Decreto nº 8.868/2016 podem ser encontradas no endereço [www.aeb.gov.br](http://www.aeb.gov.br).

## 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

Pretende-se demonstrar, neste capítulo, a direção estratégica, as estruturas que contribuem para a boa governança da Agência e o alinhamento com as partes interessadas. Serão abordados os seguintes conteúdos: principais objetivos estratégicos, estruturas de governança e os principais canais de comunicação com a sociedade e as partes interessadas.

### 2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em 2017, iniciou-se o 1º Ciclo de Planejamento Estratégico da AEB para o período 2017 a 2019, sendo escolhida a ferramenta *Balanced Scorecard (BSC)* para a realização dos trabalhos.

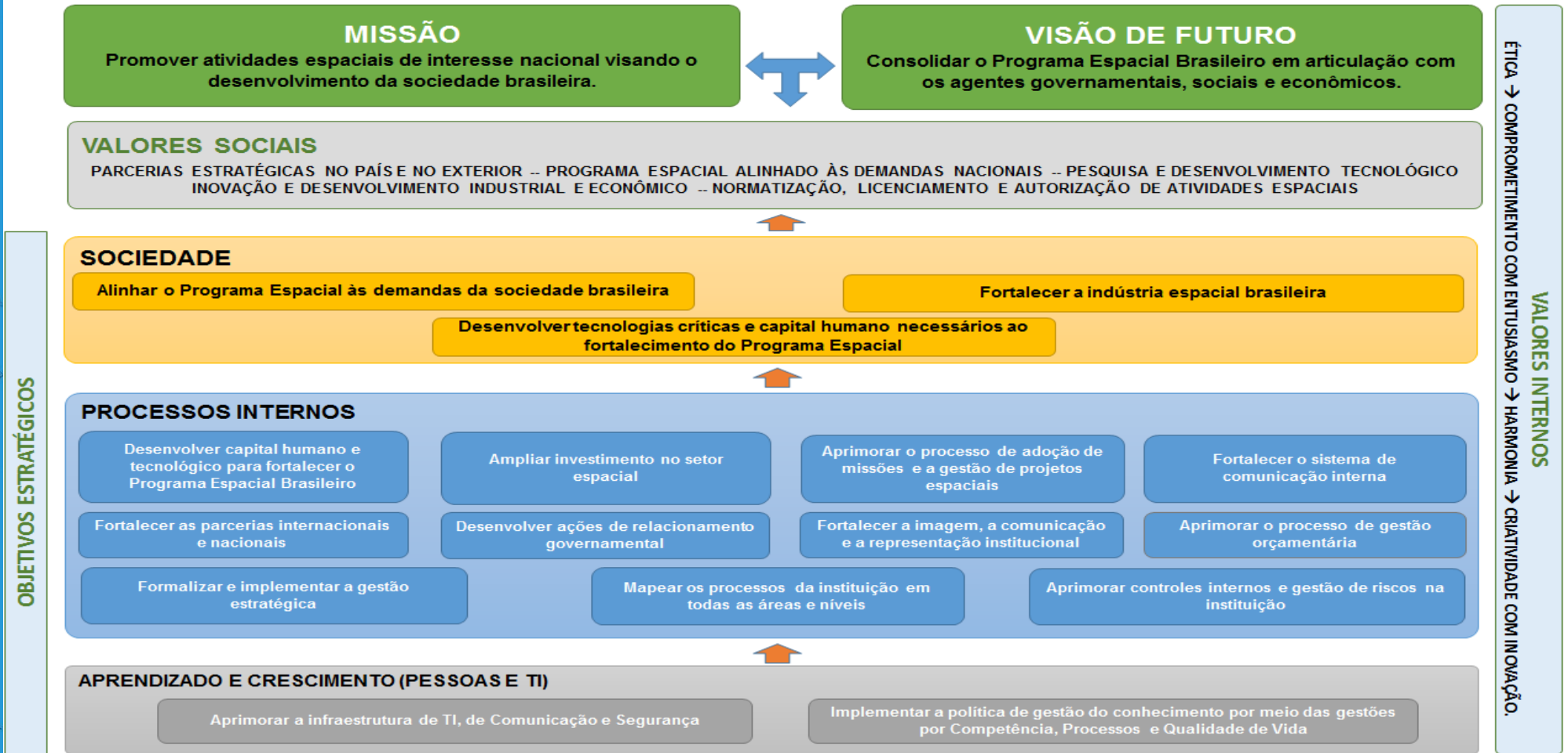
Como resultado, foram definidos Missão, Visão e Valores, além de 16 (dezesesseis) objetivos estratégicos distribuídos pelas perspectivas Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento. A seguir é apresentado o Mapa Estratégico da AEB:





Figura 7 – Mapa Estratégico da AEB

**MAPA ESTRATÉGICO DA AEB – 1º CICLO (2017/2019)**



Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA)



## 2.2. PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

Os planos para implementar as prioridades estratégicas da AEB constituem os planos de ação e projetos do planejamento estratégico. Esses planos descrevem as ações/projetos/atividades desenvolvidas pelas diretorias e presidência com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos.

Os planos de ação e projetos estão disponíveis no sítio da AEB no endereço <http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/Plano-Estrat%C3%A9gico-v3111.pdf>.

## 2.3. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura regimental da AEB, aprovada pelo Decreto nº 8.868/2016, conta com uma Presidência, 4 (quatro) Diretorias e um Conselho Superior. Essas instâncias de gestão estão organizadas sob a lógica da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016; do Decreto nº 9.203/2017; e da Portaria da CGU nº 1.089/2018. Esses instrumentos dispõem sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e foram internalizados na AEB por meio da Portaria nº 147/2018.

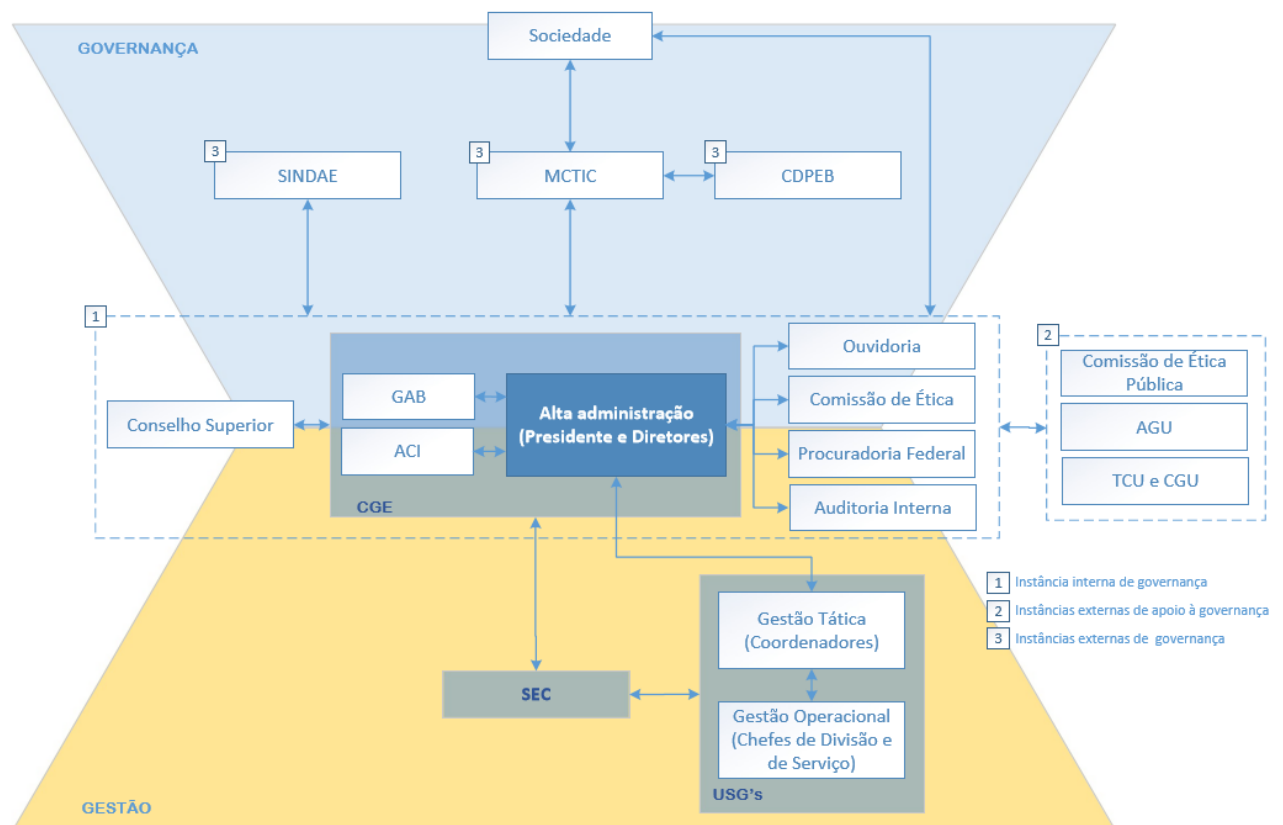
A Portaria nº 147/2018 instituiu 3 (três) instâncias internas responsáveis pela governança da Autarquia, quais sejam: i) Comitê de Gestão Estratégica (CGE), composta pelo Presidente, pelos 4 Diretores, pela Chefia de Gabinete e pela Chefia da Assessoria de Cooperação Internacional; ii) Secretaria-Executiva do CGE (SEC), coordenada pelo Gabinete e formada por representantes de cada diretoria, da Assessoria de Cooperação Internacional e da Auditoria Interna; e iii) Unidades Setoriais de Gestão (USG), que são as unidades de gestão tática e operacional da Agência.

Essas instâncias internas de governança são responsáveis pelo processo de tomada de decisão de acordo com cada nível de gerência. O CGE é a instância interna superior, voltada para as questões de nível estratégico, tanto do ciclo completo da Política Espacial, expressa na PNDAE e do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), quanto da gestão macro da Agência. A SEC é a instância de apoio ao CGE e de interlocução entre o Comitê e as USGs. Estas últimas são as instâncias de gestão tática e operacional, responsáveis pela implementação direta da Política e de seus desdobramentos, tanto no que se refere à sua dimensão técnica quanto administrativa, guardando, sempre, coerência e aderência com as diretrizes macro da Política. Além disso, hoje, a AEB conta com um Conselho Superior, presidido pelo Presidente da Agência e formado por representantes de Órgãos e Entidades federais relacionados com a temática espacial, bem como de representantes da comunidade científica e do setor industrial. É instância deliberativa acerca de questões estratégicas da Política Espacial.

No que se referem às instâncias externas de governança, a Agência tem o MCTIC como órgão central ao qual está diretamente vinculada. Em 2018, por meio do Decreto nº 9.279, foi criado, no âmbito do GSI, o CDPEB, composto por diferentes Ministérios relacionados com o tema, sendo uma instância externa de governança onde se pactuam agendas técnicas e de governança. Dentre essas agendas, ao longo de 2018, foram tratados o novo modelo de governança do PEB, que cria novas instâncias de governança mais representativas e com mais poder decisório. Esse processo se encontra em forma de projeto de lei, que será submetido às novas autoridades constituídas no Poder Executivo, para que possa ser encaminhado ao Congresso.

Acrescente-se às considerações sobre as instâncias externas de governança, o SINDAE. Esse ator funciona como uma rede relacional composta por órgãos executores do Programa Espacial e por alguns *stakeholders*, cujo objetivo é contribuir para o aprimoramento do PEB.

Todas essas instâncias, articuladas e com papéis bem definidos, contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos da AEB. A Figura a seguir apresenta, esquematicamente, o modelo de governança da AEB, com a representação das principais instâncias externas e internas.

**Figura 8 – Modelo de governança da Agência Espacial Brasileira (AEB)**

Fonte: Chefia de Gabinete e Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos

### 2.3.1. Informações sobre dirigentes e colegiados

A AEB foi criada pela Lei nº 8.854/1994, que apresenta a estrutura original, a qual foi alterada por vários instrumentos legais ao longo dos anos. A estrutura organizacional vigente está disposta no art. 2º do Decreto nº 8.868/2016: Presidência; Diretorias de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA); de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI); de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD); e de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL), além do Conselho Superior da AEB, cuja composição está definida no art. 6º do mesmo Decreto.

Registra-se que tramita no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos do Governo Federal (SIDOF) a Exposição de Motivos Interministerial nº 381/2018, com proposta de Projeto de Lei e de Decreto que aprimoram o modelo de governança do PEB, criando o CNE e o CEE, em reformulação às instâncias hoje existentes. Essas propostas foram fruto do esforço conjunto entre AEB, MCTIC, MD e Comaer, refletindo a real e necessária reformulação da governança do Programa para ampliar a capacidade de articulação e de cooperação entre os atores do SINDAE, bem como a convergência entre os projetos, sejam de natureza civil ou de defesa. Com isso, pretende-se dinamizar e potencializar as ações na área espacial em todas as suas dimensões, otimizando a entrega de serviços e produtos para a sociedade e contribuindo de forma consistente para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

### 2.3.2. Atuação da unidade de auditoria interna

A atuação da Auditoria Interna (AUDIN) desta Agência é regulada pelo “Estatuto da Auditoria Interna da AEB”, o qual foi aprovado por intermédio da Portaria nº 142-AEB, publicada em 3 de agosto de 2017. O Estatuto encontra-se disponível em <http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estatuto-da-Auditoria-Interna-da-AEB.pdf>.

Adicionalmente, vale mencionar, como diretrizes reguladoras das atividades desenvolvidas pela AUDIN, o Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016, disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2016/decreto/D8868.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/D8868.htm)> e o Regimento Interno da AEB, onde estão explicitadas as competências da AUDIN, disponível em <[http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/regimento\\_interno\\_aeb.pdf](http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/regimento_interno_aeb.pdf)>.

A AUDIN também segue o estabelecido pela Instrução Normativa CGU nº 3, de 09 de junho de 2017, que foi um importante marco para regulamentar as atividades exercidas pela Auditoria Interna Governamental, ao menos no concerne ao Poder Executivo Federal. O intuito foi estabelecer uma organização sistêmica das atividades exercidas pelas auditorias internas de todo o Executivo Federal, cujo quadro de servidores, estrutura, complexidade, níveis de conhecimento e experiência são distintos.

Ao propor uma organização sistêmica das atividades de Auditoria Interna, realizada por instituições com características internas distintas entre si, a IN CGU nº 3/2017 consolidou diretrizes fundamentadas por normas e práticas internacionais, com o intuito de promover a “harmonização e a avaliação da atuação dos agentes públicos e, por consequência, para a qualificação dos produtos dessa atuação”.

No que concerne à demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tais elementos encontram-se explicitados no Estatuto supramencionado, em seu Capítulo IV, da seguinte forma:

A atividade de auditoria interna permanecerá livre de interferência de qualquer elemento interno ou externo à AEB, incluindo questões de seleção, escopo, procedimentos, frequência, timing ou conteúdo de reporte de auditoria, para permitir a manutenção de sua independência e objetividade.

O Decreto nº 8.868/2016 corrobora esses elementos, uma vez que a AUDIN aparece como unidade seccional, ligada à Presidência da Unidade, garantindo, assim, a independência e a objetividade dos trabalhos.

A AEB não possui subunidades descentralizadas em pleno funcionamento, logo, as atividades da Auditoria Interna se restringem às unidades internas da sede da Agência. Quanto à estratégia de atuação, a mesma está estabelecida no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) (aprovado pela CGU) por meio de Matriz de Risco, na qual foram utilizados critérios de probabilidade e de impacto, de forma que os temas priorizados são aqueles com maior pontuação no ranking de riscos. Quanto à abrangência das atividades, o art. 9º do Estatuto estabelece o seguinte: “As ações da Auditoria Interna-AEB abrangem todas as atividades, serviços, programas, operações e controles existentes nas unidades da AEB, notadamente aqueles relacionados à administração de recursos públicos”.

Quanto à escolha do titular, a Portaria CGU Nº 2.737, de 20 de dezembro de 2017, estabeleceu os procedimentos de consulta para nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna.

Não obstante, vale mencionar que quando da última alteração do Auditor Chefe (Portaria nº 92, de 3 de outubro de 2016, publicada em 4 de outubro de 2016), foram seguidos todos os procedimentos estabelecidos pela Portaria CGU nº 915, de 29 de abril de 2014, a qual prevê aprovação da indicação por parte da CGU. Além disso, tal procedimento também fora previsto no próprio Regimento Interno da AEB, em seu artigo 4º, § 2º, a saber: “A nomeação do Auditor Chefe será submetida, pelo Presidente da AEB, à aprovação da Controladoria-Geral da União”. Tal apreciação também fora prevista no Estatuto da AUDIN, em seu art. 13, que estabeleceu que “a nomeação ou exoneração do Auditor Chefe da AUDIN-AEB, após aprovação do Presidente da AEB, será submetida à avaliação da SFC/CGU”.



Além disso, se faz necessário esclarecer que a CGU atualizou, por meio da Portaria nº 2.737, de 20 de dezembro de 2017, o procedimento de consulta para nomeação, designação, exoneração ou dispensa do auditor interno das entidades da Administração Pública Federal indireta vinculadas aos Ministérios e aos órgãos da Presidência da República. De acordo com a esse normativo, “a permanência no cargo de titular da unidade de Auditoria Interna deve ser limitada em três anos consecutivos, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período”.

No que concerne à sistemática de comunicação à alta gerência, quando os trabalhos de auditoria são finalizados, elabora-se Relatório Preliminar de Auditoria, que é encaminhado aos gestores da unidade auditada. Nele constam as informações, constatações e recomendações oriundas das análises realizadas, devendo o gestor manifestar-se sobre o conteúdo do relatório preliminar em até 10 (dez) dias úteis do seu recebimento.

Além disso, em cumprimento ao art. 13 da Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, o Relatório é encaminhado formalmente para o Presidente da Agência com o intuito de dar conhecimento das conclusões dos trabalhos e recomendações expedidas. Posteriormente, para atender ao art. 12 da IN CGU nº 24/2017, os relatórios são encaminhados para a Controladoria-Geral da União (CGU).

O art. 13 da IN CGU nº 24/2017 trata o assunto da seguinte forma:

As unidades de auditoria interna, ao final de cada trabalho realizado, enviarão, pelo menos, o resumo dos relatórios de auditoria ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria, ao Conselho Fiscal ou órgão equivalente ou, em sua falta, ao dirigente máximo do órgão ou entidade.

Em vista do exposto, a AUDIN segue rigorosamente o que fora expresso pelo Artigo em questão, enviando formalmente os resultados dos trabalhos para conhecimento e avaliação do Presidente da AEB. Tal sistemática também está explicitada no Estatuto da AUDIN, que estabelece que as conclusões dos trabalhos serão condensadas em Relatórios de Auditoria, que deverão ser encaminhados para providências cabíveis às áreas auditadas e ao Presidente da AEB.

Vale ressaltar, por oportuno, que no que diz respeito ao exercício de referência, as áreas auditadas procuraram atender às recomendações exaradas, não havendo necessidade, por consequência, de assunção de risco pela alta administração.

### 2.3.3. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Em 2018, não houve contratação de empresa para realização de auditoria independente. As ações de auditoria foram realizadas pela Auditoria Interna da AEB.

### 2.3.4. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

A AEB, visando atender ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, atualizou servidores responsáveis em manter as informações concernentes ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

A base normativa que norteia as atividades de correição é a própria Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 e as orientações recebidas do CGU-PAD e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Em 2018 foram instaurados na AEB 2 (dois) processos administrativos, conforme quadro abaixo:

**Quadro 2 - Processos Instaurados em 2018**

Nº do processo	Tipo de processo	Data de instauração	Fase atual
01350000106201833	PAD 8112/90	02/05/2018	Instauração/Instrução
01350000281201821	PAD 8112/90	05/11/2018	Instauração/Instrução

Fonte: Sistema CGU-PAD



Cumpra registrar que todos os processos instaurados na AEB se encontram cadastrados e atualizados no sistema CGU-PAD. Entretanto, como não existe uma unidade de Corregedoria na Agência, os processos relacionados às investigações disciplinares, devido as suas classificações como Reservado/Sigilosos, não são tramitados aos servidores designados para suas inserções no Sistema CGU-PAD ao tempo em que ocorrem suas fases. Cabe aos Presidentes dos respectivos processos administrativos disciplinares o registro das fases junto ao Coordenador Adjunto, responsável pelo cadastramento das informações no referido sistema.

### 2.3.5. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário

Em 2018, não houve casos de danos que tenham sido objeto de medidas internas administrativas na AEB.

A fim de prevenir e controlar danos ao erário, a AEB realiza a segurança patrimonial por meio de empresa terceirizada, Ágil Segurança Patrimonial, e controles patrimoniais individualizados. Os bens patrimoniais ficam sob a responsabilidade do usuário, servidores, ou do gestor responsável pela unidade organizacional, quando se tratar de bens utilizados por prestadores de serviços terceirizados.

## 2.4. PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

Os principais canais de comunicação da AEB com a sociedade e partes interessadas são a Ouvidoria, por meio do e-OUV e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

A Ouvidoria é o canal de comunicação direto entre o cidadão e a Agência, por meio do qual é possível registrar elogios, denúncias, reclamações, solicitações e sugestões, contribuindo para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da Agência Espacial Brasileira (AEB), vinculado ao Gabinete da Presidência, funciona juntamente com a Ouvidoria e foi instituído por meio da Portaria AEB nº 16, de 7 de março de 2012. Em 2018, funcionaram os seguintes canais:

- Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (e-OUV): <https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/>;
- Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC): <https://esic.cgu.gov.br/sistema/>;
- e-mail Ouvidoria: [ouv@aeb.gov.br](mailto:ouv@aeb.gov.br);
- e-mail SIC: [sic@aeb.gov.br](mailto:sic@aeb.gov.br);
- Site da AEB: <http://www.aeb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao>;
- Protocolo: Setor Policial (SPO) - Área 5, Quadra 03, Bloco A, sala 07 (Térreo);
- Correspondência/Protocolo: Setor Policial (SPO) - Área 5, Quadra 03, Bloco A, sala 07 (Térreo);
- Telefone Ouvidoria: (61) 3411-5573; e
- Atendimento presencial: Setor Policial (SPO) - Área 5, Quadra 03, Bloco A, sala 18 (Térreo).

### 2.4.1. Carta de serviços ao cidadão

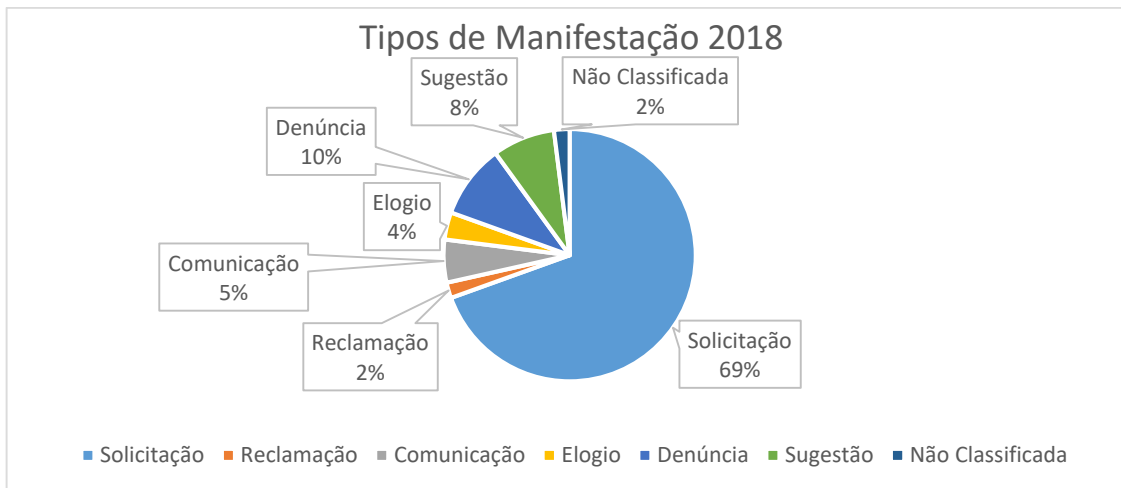
A Carta de Serviços da AEB está disponível no Portal de Serviços do Governo Federal ([https://www.servicos.gov.br/orgao/4243?nome=Ag%C3%A2ncia%20Espacial%20Brasileira%20\(AEB\)#wrapper](https://www.servicos.gov.br/orgao/4243?nome=Ag%C3%A2ncia%20Espacial%20Brasileira%20(AEB)#wrapper)). O documento encontra-se em aperfeiçoamento, dentro do programa Plataforma Digital do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com apoio da equipe desse Ministério. Esse trabalho começou a ser realizado em 2018 e ainda está em fase de finalização.

### 2.4.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Ao longo de 2018, foi recebido um total de 200 manifestações, sendo 184 pelo Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (e-OUV) e 16 pelos demais canais de comunicação.

O gráfico a seguir apresenta dados quanto aos tipos de manifestações:

**Gráfico 2 - Tipos de manifestações em 2018**

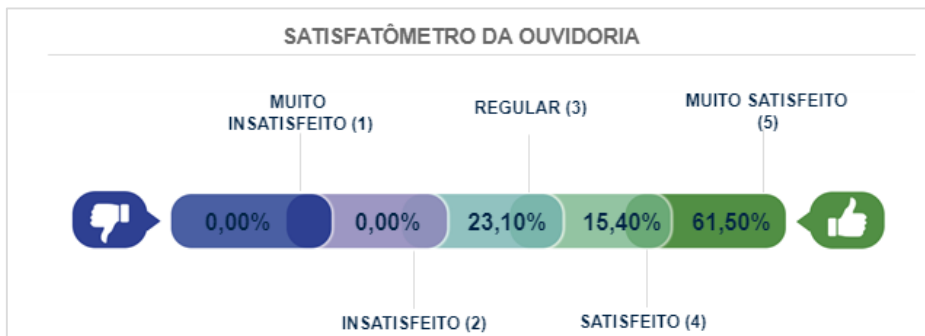


Fonte: Ouvidoria da AEB

Cabe ressaltar que, das manifestações recebidas via Sistema e-OUV, 99% foram respondidas dentro do prazo em um tempo médio de 16 dias.

Ademais, por meio de pesquisas de satisfação disponibilizadas aos usuários, nota-se que 76,90% dos usuários ficaram muito satisfeitos ou satisfeitos com o serviço prestado, como se pode constatar na figura a seguir.

**Figura 9 – Satisfatômetro da Ouvidoria da AEB**



Fonte: Ouvidoria da AEB

No que se refere à resolução das demandas recebidas, a figura abaixo mostra que a AEB atingiu o índice de 92% de resolutividade, considerando-se os usuários que responderam à pesquisa disponível no próprio sistema e-OUV.

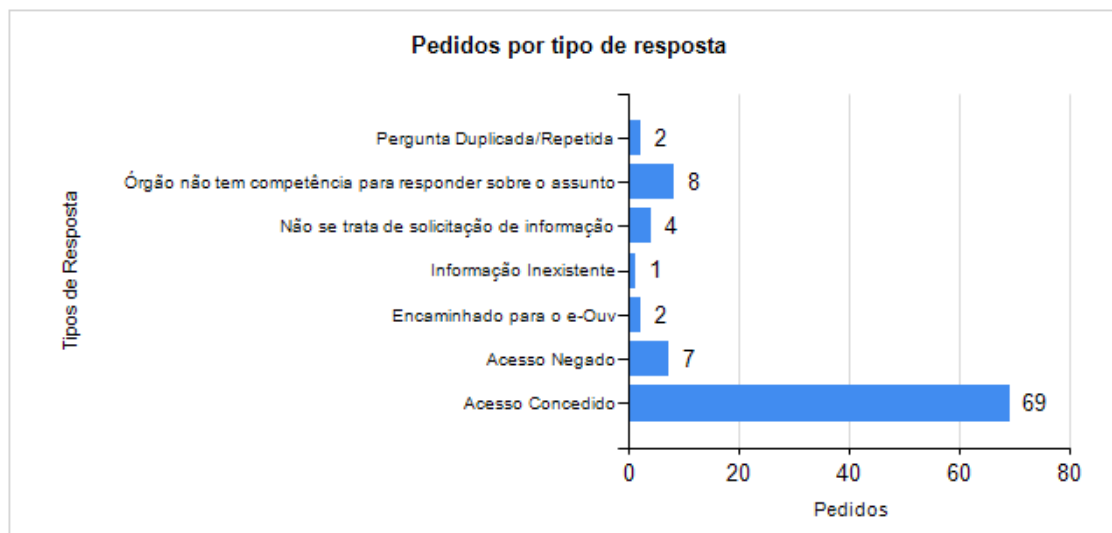
**Figura 10 – Resolução de Demandas**



Fonte: Ouvidoria da AEB

Pelo e- SIC, foram recebidos 93 pedidos de acesso à informação, os quais foram respondidos em sua totalidade e em um prazo médio de 10,42 dias. Dentre as respostas emitidas, 69 (74%) concederam o acesso à informação solicitada, como se pode constatar no gráfico abaixo.

**Gráfico 3 - Pedidos por tipo de resposta encaminhados pelo e-SIC**



Fonte: Ouvidoria da AEB

#### 2.4.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No sítio da AEB (<http://www.aeb.gov.br/>) constam informações acerca da instituição em geral, do PEB, dos serviços, de acesso à informação, dos conteúdos produzidos, da imprensa e de contatos. Há nesses itens diversas informações sobre programas e ações da AEB e os mais variados assuntos da área espacial. Esse *site* oferta também a possibilidade de acesso ao site da transparência pública. O site é periodicamente atualizado com informações, notícias e perguntas frequentes que podem ser de interesse do cidadão.

Sobre a atuação da unidade, o link para os processos de contas (<http://www.aeb.gov.br/acesso-a-informacao/processos-de-contas/>) traz os relatórios de gestão de anos anteriores, que apresentam o detalhamento do trabalho desenvolvido pela AEB.

#### 2.4.4. Medidas para garantir acessibilidade

A AEB tem se adequadado à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, ao Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e às normas técnicas da ABNT aplicáveis para assegurar o acesso aos seus serviços, produtos e instalações por cidadãos portadores de necessidades especiais.

Os espaços ocupados pela AEB foram edificados na década de 70, época em que não havia legislação consistente sobre a matéria. Assim, esta Agência tem realizado alterações na estrutura física dos blocos para atender a legislação vigente:

- Sala de reuniões no andar térreo, com piso no plano horizontal que garante conforto, segurança e boa visibilidade e acústica;
- Rampa de acessibilidade para cadeirantes na entrada do órgão;
- Rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres;
- Áreas e vagas de estacionamento de veículos, devidamente identificadas pelo símbolo internacional de acesso;
- Identificação de sanitários com os símbolos internacionais de acesso;
- Barras de apoio em banheiro de fácil acesso nos blocos “A” e “Q” (Complexo do Setor Policial Sul);
- Elevadores verticais com sinalização tátil e visual;
- Novo refeitório construído conforme os requisitos das Normas de Acessibilidade (NBR 9050); e
- Sala da Ouvidoria de fácil acesso no térreo, com computadores e sala para atendimento presencial ao cidadão interno e externo, tanto para acessar o e-OUV e o e-SIC.

A fim de assegurar acesso aos produtos e serviços da AEB, foi adotado, conforme recomendações do Governo Federal, o Modelo de Acessibilidade do Governo Federal (eMAG), documento derivado do documento internacional *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG).

O portal institucional da AEB foi o primeiro projeto a se basear no eMAG Desenvolvedor, cartilha que descreve os mecanismos que devem ser implementados pelos serviços de software, para garantir a acessibilidade da ferramenta. Neste projeto foram implementados:

- Alto contraste - Para pessoas com deficiência visual;
- Navegação por atalhos - Para pessoas com deficiências motoras, que tenham dificuldade em usar o mouse;
- Mapa do Site - Página atualizada automaticamente com todas as páginas institucionais (excluindo-se as notícias), em ordem hierárquica;
- Ferramentas para edição - Auxilia os editores de conteúdo do site a colocarem conteúdo conforme as normas do eMAG (descrição de links, imagens, listas, documentos, entre outros);
- Site compatível com ferramentas de leitura automática de textos;
- Avaliação de mais de 88% de conformidade, com os padrões dispostos pelo guia eMAG Conteudista (cartilha do eMAG contendo melhores práticas de escrita e publicação de conteúdo acessível);
- Avaliação de mais de 90% de conformidade, com os padrões dispostos pelo guia eMAG Desenvolvedor.

Uma vez que o portal institucional da AEB é um sistema abrangente, que possui público interno e externo, este pode ser utilizado como modelo para desenvolvimento de novos serviços e produtos capazes de seguir o guia eMAG.

Também no ano de 2018, a partir da experiência do Portal AEB, foi desenvolvido um guia de estilo para os sistemas desenvolvidos pela Agência Espacial. Os sistemas desenvolvidos desde então obedecem ao guia, possuem uma base comum e já garantem o atendimento dos requisitos de acessibilidade.

#### 2.4.5. Participação cidadã no processo decisório

Os meios pelos quais a sociedade está envolvida e é considerada nos rumos da gestão administrativa do órgão e da gestão da política pública diz muito sobre a participação cidadã no



processo decisório. Para propiciar isso, a AEB disponibiliza o acesso aos canais instituídos do e-SIC, da Ouvidoria e da Comissão de Ética, por meio dos quais os próprios servidores, partes interessadas e a sociedade, como um todo, exercem o direito de expressão e de manifestação, contribuindo para a melhoria da tomada de decisão sob as óticas da gestão e da política espacial.

Em função do regime da Autarquia, não são utilizadas outras formas de participação, como audiências públicas, a exemplo do que fazem as agências reguladoras ou as autarquias de regime especial.

#### 2.4.6. Relação com partes interessadas

A principal parte interessada no sucesso das atividades da AEB é a sociedade, pois a implementação das políticas públicas gera serviços e produtos que são de grande valia no sentido de trazer informações precisas e atualizadas acerca do país, em vários aspectos. Como exemplo, podemos citar os principais relatórios de monitoramento de queimadas e desmatamento publicados periodicamente pelo INPE, o qual é integrante do SINDAE juntamente com os institutos vinculados ao DCTA.

Adicionalmente, com o os acordos para utilização do Satélite Geoestacionário para Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), a sociedade se beneficiará enormemente da banda larga oferecida por meio deste equipamento, especialmente nas localidades mais afastadas cuja oferta deste tipo de serviço é mínima ou inexistente.

Destacam-se, ainda, outras ações realizadas em 2018, nas quais a Agência procurou incrementar as relações com partes interessadas:

- a) a participação da AEB como representante do MCTIC no CDPEB, que permitiu a discussão com os demais órgãos governamentais e a apresentação de propostas sobre diversos gargalos do Programa Espacial Brasileiro;
- b) a realização do 2º Fórum da Indústria Espacial Brasileira, que movimentou e estimulou a participação da iniciativa privada nas discussões sobre demandas e novos rumos do programa;
- c) as interações e parcerias internacionais, expressas por meio de assinaturas de memorandos de entendimento e de acordos internacionais;
- d) o relacionamento com o Congresso Nacional, que permitiu a alocação de recursos para atividades prioritárias do setor espacial; e
- e) o estreitamento das relações e o desenvolvimento de ações conjuntas com as universidades que possuem cursos voltados ao setor espacial.

Assim, percebe-se que as relações não somente têm se intensificado, mas também têm rendido ações com impacto direto para o aprimoramento dos trabalhos da AEB e o desenvolvimento do setor espacial.

Para garantir o atendimento das demandas das partes interessadas, a AEB conta com estruturas internas como o CGE, descrito no item Descrição das Estruturas de Governança; Comitê de Tecnologia, Informação e Comunicação (CTIC) e Comitê de Segurança da Informação e Comunicação (CSIC), ambos mencionados no item Gestão da Informação; Auditoria Interna, também detalhada neste relatório; Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), descrita neste item; e Comissão de Ética. Todas essas estruturas atuam direta ou indiretamente no sentido de atender à sociedade.

A Comissão de Ética da AEB foi criada conforme definem o Decreto nº 1.717/1994, fazendo parte, assim do Sistema de Gestão de Ética do Poder Executivo. Com a aprovação do Código de Ética Pública por meio da Resolução nº 10/2008, a Agência elaborou e publicou o Código de Conduta Ética e Profissional dos Servidores e Colaboradores da AEB (Portaria AEB nº 140/2015, disponível em <http://www.aeb.gov.br/acesso-a-informacao/etica/>).

Além disso, no Planejamento Estratégico da AEB – Ciclo 2017-2019 foram definidos valores sociais (ver Mapa Estratégico da AEB) que fortalecem a preocupação da Agência em atender às demandas e exigências das partes interessadas.



### 3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O objetivo deste capítulo é demonstrar quais os mecanismos de controle estabelecidos para alcançar os objetivos institucionais. Assim, consiste na avaliação dos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos e a instituição de controles para a mitigação desses riscos, ou seja, responder à pergunta: Como a estrutura de governança apoia a capacidade da Unidade Prestadora de Contas (UPC) em alcançar seus objetivos.

#### 3.1. GESTÃO DE RISCOS

Em 2016, a AEB deu início às atividades voltadas à gestão de riscos e aos controles internos do ponto de vista institucional. A estratégia dos trabalhos foi inspirada no COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), que preconiza uma abordagem mista, composta de uma visão “top-down”, e por uma perspectiva “bottom-up” à luz das ISO 31000 e 31010.

No contexto “top-down”, foram realizadas pesquisas e atividades para identificação de macroprocessos e processos de negócio a fim de, em estágio futuro, identificar e avaliar em detalhes eventos negativos associados a processos específicos, que podem de alguma maneira ameaçar o alcance dos objetivos determinados a partir da competência e estrutura regimental da AEB. Na perspectiva “bottom-up”, foi realizado um diagnóstico no qual elementos e procedimentos operacionais foram identificados, bem como suas eventuais fragilidades.

Esses esforços culminaram na publicação da Portaria AEB nº 62, de 9 de maio de 2017, que implementa a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da AEB (POLIGRI). Esse documento define princípios e objetivos, bem como diretrizes, instrumentos e instâncias de supervisão, composição e respectivas atribuições e responsabilidades. O conteúdo completo se encontra disponível no endereço <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=5&data=10/05/2017>.

Em 2018, esse documento passou por uma atualização com o intuito de atender ao disposto no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e na Portaria da CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018. Assim, a AEB editou e publicou sua Política de Governança, Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão por meio da Portaria AEB nº 147, de 17 de agosto de 2018. Além da adequação aos normativos citados, envolvendo outros assuntos e competências da POLIGRI, a ideia foi estabelecer instâncias responsáveis por esses temas, em níveis estratégico, tático e operacional. O texto completo está disponível no endereço <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/08/2018&jornal=515&pagina=18&totalArquivos=80>.

No que concerne à vinculação da Gestão de Riscos aos objetivos estratégicos, há que se destacar que “Aprimorar controles internos e gestão de riscos na instituição” é justamente um dos objetivos inseridos na perspectiva de processos internos do Planejamento Estratégico da AEB. Cumpre registrar que a gestão de riscos da AEB está organizada de forma a compartilhar responsabilidades sobre seu gerenciamento, conforme as competências definidas para cada instância e nível hierárquico.

A respeito da quantificação de riscos significativos, e à gestão de riscos como um todo, foi estabelecido nos normativos internos que a implementação será de forma gradual e continuada, com prazo de conclusão de sessenta meses, de forma que a visão geral do modelo de gestão de riscos e controles internos, o mapeamento dos riscos, a elaboração de plano de mitigação e a gestão por sistema informatizados ainda serão objeto de trabalho das instâncias da POLIGRI. Não há, portanto, até o momento, a identificação ou o detalhamento de riscos específicos que impeçam o alcance dos objetivos estratégicos da AEB.

#### 3.2. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES TRABALHISTAS CONTRA A ENTIDADE

Em 2018, não houve recebimento de nenhum pedido de subsídios na Procuradoria Federal junto à AEB (PF/AEB) para instrução de ações trabalhistas.

### 3.3. ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS

Quanto à estrutura de gestão e controle de demandas judiciais na AEB, o acompanhamento dessas demandas é realizado em parceria com as Procuradorias Regionais Federais responsáveis pela atividade contenciosa. Desse modo, sendo a Agência demandada judicialmente, cabe à Procuradoria Regional Federal competente solicitar à PF/AEB os subsídios necessários à elaboração da defesa da Autarquia e, posteriormente, preparar a respectiva peça judicial, sendo àquela cientificada de todos os atos processuais.

No caso de mandados de segurança, a autoridade impetrada recebe a notificação e encaminha à PF/AEB para elaboração das informações a serem prestadas ao juízo. Após a juntada das informações, a PF/AEB realiza o acompanhamento processual, sem prejuízo da atuação da Procuradoria Regional Federal competente, que, uma vez cientificada nos termos do art. 7º, II, da Lei nº 12.016/2009, também ingressa no feito para a defesa da Autarquia. Importante ressaltar que, vislumbrando-se a necessidade de despacho com o juízo perante o qual tramita a ação judicial, tal atividade é desempenhada em conjunto com a Procuradoria Regional Federal competente, a fim de assegurar unidade de atuação e observar a regra de distribuição de competências estabelecida no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.





#### 4. RESULTADOS DA GESTÃO

Esta seção tem por finalidade demonstrar quais foram as metas e realizações em relação à missão institucional e aos objetivos estratégicos finalísticos, bem como sintetizar as principais perspectivas para os próximos anos.

##### 4.1. RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO

O monitoramento da execução do Programa Temático 2056 – Política Espacial, no âmbito do PPA 2016-2019, é realizado por meio do Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento (SIOP). Semestralmente, a Agência apresenta informações sobre o andamento dos objetivos, metas, indicadores e ações de sua responsabilidade.

Em adição a esses mecanismos, a AEB, em nível interno, dispõe de instrumentos e mecanismos próprios de acompanhamento e monitoramento dos diversos projetos e atividades fomentados ou coordenados pelas diferentes unidades finalísticas do órgão, compreendendo, entre outros, reuniões técnicas e gerenciais, visitas técnicas, videoconferências, relatórios técnicos de execução, revisões de engenharia e prestações de contas.

O quadro a seguir relaciona a integração entre o PPA 2016-2019, programa temático 2056 - Política Espacial, e o Planejamento Estratégico da AEB – Ciclo 2017-2019, perspectiva sociedade.



Quadro 3 - Relação PPA 2016-2019 e Planejamento Estratégico da AEB Ciclo 2017-2019

PPA 2016-2019						PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO CICLO 2017-2019 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PERSPECTIVA SOCIEDADE					
Diretriz Estratégica	Promoção da Ciência, da Tecnologia e da Inovação e Estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia	Programa Temático	2056-Política Espacial	Objetivo	0397-Prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial	<p><b>Metas</b></p> <p>00VC - Realizar voo de qualificação do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1) com carga útil nacional.</p> <p>00VF - Realizar voo tecnológico para qualificação do sistema de navegação inercial.</p> <p><b>Iniciativas</b></p> <p>05GP - Domínio de tecnologias de plataformas para missões suborbitais: Plataforma SubOrbital de Microgravidade (PSM) e Satélite de Reentrada Atmosférica (SARA).</p> <p>05GQ - Realização de campanhas de lançamento de foguetes em apoio a Programas de Microgravidade e de desenvolvimento tecnológico.</p> <p>05H6 - Implantação e Modernização dos Sistemas Operacionais e de Apoio Operacional do lançamento do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI).</p> <p>05H7 - Consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Conformidade na Área Espacial.</p> <p>05H8 - Estímulo à organização da base industrial e à comercialização de produtos e serviços espaciais por empresas nacionais, em veículos lançadores e serviços de lançamento.</p>	Alinhar o programa espacial às demandas da sociedade brasileira				
					0702-Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.	<p><b>Metas</b></p> <p>03TE - Lançar o primeiro satélite de observação da Terra da série Amazônia.</p> <p>04CV - Lançar o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres CBERS-4A.</p> <p>05I6 - Desenvolvimento do segundo satélite da série Amazônia, para observação da Terra.</p> <p>05I7 - Desenvolvimento do sistema de Satélites de Coleta de Dados Hidrometeorológicos (SCD-Hidro) e modernização do Sistema Integrado de Dados Ambientais (SINDA).</p> <p>05I8 - Desenvolvimento do primeiro Satélite Argentino-Brasileiro de Informações Ambientais Marítimas (SABIAMar), para estudos de águas interiores e oceanos.</p> <p>05I9 - Desenvolvimento do Satélite de Pesquisa Atmosférica Equatorial (EQUARS), para estudos das altas atmosferas.</p> <p>05IA - Domínio das tecnologias de plataformas para satélites de até 100 kg (microsatélites) e para satélites de até 500 kg (pequenos satélites) para posterior industrialização.</p> <p><b>Iniciativas</b></p> <p>05IB - Concepção das missões e definição dos requisitos para os satélites CBERS-5, CBERS-6 e o terceiro satélite da série Amazônia, considerando áreas de monitoramento agrícola, uso da terra, recursos não-renováveis, segurança hídrica e Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+).</p> <p>05IC - Definição de requisitos para futuras missões tecnológicas, de radar de abertura sintética, de meteorologia, e do Monitor e Imageador de Raios X (MIRAX).</p> <p>05ID - Atualização e adequação da capacidade das instalações para rastreamento e controle de satélites, recepção, armazenamento, processamento e disseminação de dados.</p> <p>05IE - Estímulo à organização da base industrial e a comercialização de produtos e serviços espaciais por empresas nacionais, em satélites e aplicações.</p>	Fortalecer a indústria espacial brasileira				
					1108-Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial.	<p><b>Metas</b></p> <p>04DN - Concluir o modelo de engenharia do motor foguete a propelente líquido de 7,5 toneladas de empuxo, em continuidade ao desenvolvimento do motor</p> <p>04DO - Concluir o desenvolvimento de Sistema de Controle de Atitude e Órbita e de Supervisão de Bordo de satélites.</p> <p>04DP - Firmar 6 contratos de prestação de serviços de engenharia para a transferência de tecnologias espaciais a indústrias nacionais ou entidades governamentais no âmbito do Programa de Transferência de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).</p> <p><b>Iniciativas</b></p> <p>05JA - Desenvolvimento de produtos e processos inovadores para o setor espacial e suas aplicações relativas a novos materiais, propulsão de satélites, computação científica e eletrônica embarcada.</p> <p>05JB - Desenvolvimento de tecnologias inovadoras e consolidação de plataforma para integração de dados, conhecimentos e tecnologias, objetivando a elaboração de produtos para aplicações de imagens de satélites e dados espaciais.</p> <p>05JC - Domínio das tecnologias de plataforma para satélites de até 10 kg (nanosatélites) para posterior industrialização.</p> <p>05JE - Desenvolvimento de tecnologias críticas para emprego em propulsores líquidos em apoio ao desenvolvimento do motor L-75</p> <p>05JH - Desenvolvimento de tecnologias críticas e meios industriais em apoio ao desenvolvimento do veículo lançador VLM-1</p> <p>05JJ - Elaboração de estudo de viabilidade para o desenvolvimento de estágio de propulsão líquida para o veículo lançador VLS-Alfa.</p> <p>05JK - Ampliação e modernização dos bancos de testes de propulsores químicos e implantação de banco de testes de propulsores elétricos.</p> <p>05JM - Desenvolvimento do projeto do Banco de Ensaio de Propulsores</p> <p>05JO - Consolidação de centro de pesquisa, desenvolvimento e operação para o Programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial</p> <p>05JQ - Desenvolvimento de experimentos de microgravidade e de estudos da ionosfera.</p> <p>05JS - Conclusão e lançamento do experimento astrofísico Proto-MIRAX (Monitor e Imageador de Raios-X) através de balão estratosférico.</p> <p>05JT - Fomento de ações, por meio da Plataforma Espaço Educação e Tecnologia (E2T), para a atração, formação e capacitação de pessoal para o setor aeroespacial, e realização de missões educacionais de nanosatélites.</p> <p>06D4 - Consolidação do Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-Espacial) do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI).</p> <p>06SE - Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).</p>	Fortalecer a indústria espacial brasileira				
											Desenvolver tecnologias críticas e capital humano necessários ao fortalecimento do Programa Espacial

#### 4.1.1. Execução física das ações orçamentárias do Programa Temático Política Espacial

Como já apresentado no quadro anterior, a AEB está inserida no Programa Temático 2056 – Política Espacial participando dos objetivos 1108 – Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial; 0397 - Prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial e 0702- Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais. O quadro a seguir apresenta a execução física das ações orçamentárias constantes no Programa temático Política Espacial do PPA 2016-2019 para o exercício de 2018.

**Quadro 4 - Programa Política Espacial - Execução física das ações orçamentárias**

Ação	Produto	Unidade de medida	Meta Física		Lei Orçamentária Anual LOA 2018	
			Prevista	Executada	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada
			Valores em R\$			
154L - Implementação do plano de absorção e transferência de tecnologia no âmbito do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)	Contrato gerido	Percentual de execução	1	0	4.384.481,00	4.386.481,00
20V0 - Desenvolvimento e lançamento de foguetes suborbitais e de veículos lançadores de satélites, com a infraestrutura associada	Plano gerido	Percentual	96	58	41.979.379,00	41.930.935,00
20VB - Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para o setor espacial	Plano gerido	Percentual	93	90	17.430.928,00	17.319.455,00
20VC - Desenvolvimento, lançamento e operação de satélites, com a infraestrutura associada	Plano gerido	Percentual	100	89	78.163.862,00	78.160.256,00
7F40 - Implantação do Centro Espacial de Alcântara (CEA)	Plano gerido	Percentual de execução	100	34	3.500.000,00	3.499.934,00

Fonte: SIOP

O indicador do plano gerido refere-se aos planos de trabalho dos TEDs firmados no âmbito do SINDAE para execução das atividades com vistas ao cumprimento dos objetivos, metas e iniciativas pactuados no PPA (2016-2019). Maiores detalhes com relação a composição do indicador podem ser obtidos no sistema SIOP (<https://www.siop.planejamento.gov.br/siop/?pp=siop>). O indicador utilizado para o acompanhamento das ações orçamentárias é calculado por meio do percentual de execução físico e financeiro oriundo de média ponderada normalizada. A execução dos TEDs é acompanhada semanalmente por meio de relatórios contendo informações de execução orçamentária e financeira pelas equipes responsáveis e por meio de relatórios de acompanhamento parciais remetidos pelas unidades descentralizadas para apreciação da unidade descentralizadora. São essas informações que servem de subsídio para os indicadores de acompanhamento das ações orçamentárias.

#### 4.1.2. Resultados da Política Espacial

Os sistemas espaciais têm um papel cada vez mais relevante no funcionamento das sociedades modernas que, em ritmo crescente, demandam tecnologias e aplicações de sensoriamento remoto, previsão climática, comunicações e navegação, para além das missões tecnológicas e científicas que já fazem parte da história espacial brasileira. O atendimento a estas demandas se dá por meio de um ecossistema governamental e industrial organizado, cuja cadeia de agregação de valor é observada nos seguintes segmentos principais: projeto e fabricação de satélites e de veículos suborbitais e lançadores de satélites; operação de satélites (segmento solo); manutenção de estruturas operacionais (centros de lançamento, operação de satélites e laboratórios); e o desenvolvimento de produtos e serviços associados.

A política pública na área espacial envolve amplo espectro de ações, abrangendo o desenvolvimento, a construção e a operação de foguetes de sondagem e veículos lançadores, satélites,

centros de lançamento, atividades de normalização e certificação de sistemas espaciais, propriedade intelectual e de desenvolvimento de capital humano associados, entendidos como essenciais para a sustentabilidade de um programa espacial nacional completo e autônomo. Busca-se a consolidação de uma “Economia Espacial” nacional. Tais aspectos são descritos no PNAE, o principal documento sobre o planejamento de longo prazo (10 anos) da política espacial brasileira. O PNAE encontra-se em sua 4ª versão, referente ao período 2012-2021.

Como forma de garantir ao país o acesso aos serviços providos por essas aplicações de forma autônoma, a política também busca a autonomia tecnológica associada à expansão e consolidação de uma infraestrutura própria de sistemas espaciais, de especialistas, de pesquisa e de serviços, buscando reduzir a dependência com relação às necessidades de acesso a dados e informações providos por esses sistemas ou às decisões tomadas em outros países. Essa infraestrutura espacial deve ser entendida como um conjunto de bens de capital e apoio logístico tão relevantes quanto à infraestrutura de transportes, energia, recursos hídricos ou comunicações, dentro das estratégias nacionais de desenvolvimento do país. Assim, considerando que as aplicações espaciais são decorrentes de serviços prestados, principalmente, por satélites, essa autonomia inclui a capacidade de desenvolver e produzir satélites e veículos lançadores no país e de uma infraestrutura terrestre que permita seu controle e operação.

No desenvolvimento e construção dessa autonomia, a capacitação da indústria nacional para desenvolver e produzir sistemas espaciais completos constitui outro importante ponto da política espacial, que busca a ampliação e a organização da cadeia de valor e de fornecedores de bens e serviços para o setor espacial.

Como resultado do esforço na área do desenvolvimento de satélites e lançadores, os projetos atualmente em execução no Brasil vislumbram consolidar no país o domínio tecnológico completo para a condução de missões espaciais capazes de oferecer uma série de aplicações de interesse nacional e regional nas áreas de: observação da terra, meteorologia, navegação, ciência, telecomunicações e serviços de lançamento, dentre outras que, juntas, proporcionarão os benefícios já citados, ampliando nossos horizontes como nação e elevando a qualidade de vida da população.

Como principais resultados de 2018, destacam-se os contínuos esforços da AEB, em um ano marcado por restrição orçamentária e financeira, para o aperfeiçoamento e a ampliação da disponibilidade de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais. Esse aumento da disponibilidade e do uso das imagens produzidas por satélites nacionais se refletiu de forma significativa no indicador que mede o Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra (GAOT), que saltou de 46,47%, em 2017, para 89,64 % em 2018.

Com relação ao segmento de satélites, ao longo do ano, ressalta-se o importante trabalho de desenvolvimento do satélite de observação da Terra Amazonia-1, sendo o primeiro sistema nacional, cujo lançamento está previsto para o ano de 2020. A data de lançamento do satélite deverá ser confirmada até março de 2019. Destacam-se também avanços nos trabalhos de desenvolvimento, integração e testes do CBERS-4A, em parceria com a China, que possuirá uma câmera de alta resolução para melhor atender a comunidade usuária dos produtos da família de satélites CBERS. O lançamento desse satélite está previsto para o segundo semestre de 2019.

Os satélites Amazonia-1 e CBERS-4A de Observação da Terra, quando em operação, significarão importantes avanços na capacitação do país nessa área e na maior disponibilização de imagens, dados e informações, possibilitando amplas aplicações, tais como levantamento e prospecção de recursos naturais, acompanhamento de alterações no meio ambiente, vigilância das fronteiras e costas marítimas, prevenção de desastres naturais, entre outras.

No campo dos esforços para prover o país de uma capacidade de acesso ao espaço por meio de veículos lançadores nacionais, cabe destacar os avanços no desenvolvimento do projeto do Veículo



Lançador de Microsatélites (VLM-1), que servirá de importante vetor para a exploração futura dos serviços comerciais de lançamento de microsatélites.

Análises da conjuntura mundial da produção de lançadores apontam para um mercado relevante e em crescimento de lançamento de satélites de pequeno porte, fazendo com que o projeto da série Veículo Lançador de Microsatélites ascenda em prioridade. Assim, permanece prioritário o desenvolvimento do VLM-1 em parceria com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR), como primeira etapa de projeto que objetiva colocar em órbita baixa cargas úteis (microsatélites e cubesats) de até 150 kg. Este desenvolvimento também visa a alcançar viabilidade comercial pelo menor custo de fabricação, graças a tecnologias mais atuais, podendo no futuro propiciar um possível retorno financeiro para as instituições envolvidas.

Quanto aos esforços para ampliar o domínio das tecnologias críticas, bem como desenvolver e consolidar competências e capital humano, destaca-se a continuidade da implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT) do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que permitiu a capacitação de 51 técnicos e engenheiros brasileiros na França, bem como a transferência de vários tópicos tecnológicos para empresas brasileiras do setor espacial. As atividades de Transferência de Tecnologia deram andamento aos 5 (cinco) contratos firmados ao final de 2015, e as de Absorção de Tecnologia foram concluídas quando do lançamento do SGDC-1 em maio de 2017.

Com o propósito de ampliar, desenvolver e consolidar competências e capital humano, destaca-se também o estabelecimento do Programa Espaço, Educação e Tecnologia (E2T), que visa a criação de um espaço educacional e a formação de futuros talentos para a área espacial, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica, voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental. Também merecem destaque as atividades do Centro Vocacional Tecnológico Espacial do Brasil (CVT-Espacial), em Parnamirim, Rio Grande do Norte, voltado para atividades tecnológicas e educacionais, com foco na difusão, acesso científico e transferência de conhecimentos tecnológicos. Com apenas um ano de funcionamento, o CVT-Espacial atendeu mais de 1.500 estudantes da rede pública de ensino de Parnamirim, São José de Mipibu, Canguaretama e outros municípios.

A participação do setor empresarial nacional no Programa Temático Política Espacial, medida pelo indicador IPSEN-2, também apresentou evolução: de 32,91%, em 2017, para 33,89% em 2018. Isso significa que, em relação ao ano anterior, foi maior o fornecimento nacional de produtos e serviços tecnológicos para os projetos e missões do PNAE.

Quanto às principais dificuldades encontradas em 2018, tem-se o nível de investimentos, que precisa ser mais elevado, contínuo e estável, tendo em vista a natureza dos projetos espaciais, que têm características de longo prazo de desenvolvimento. Os recorrentes contingenciamentos impedem a manutenção dos investimentos e prejudicam o desenvolvimento tecnológico necessário para o domínio de tecnologias críticas para a consolidação do setor no Brasil.

Associada à questão dos investimentos, há necessidade também de recomposição dos quadros de especialistas das duas principais instituições de pesquisas espaciais no país (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/MCTIC, e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA/MD), além da própria AEB, que têm sofrido importantes perdas de pessoal ao longo dos últimos anos. Nesse aspecto, há uma grande defasagem em relação à importância que o setor espacial tem para o desenvolvimento do Brasil.

Finalmente, também se faz necessária uma revisão do marco legal para o setor, em especial a legislação que trata de licitações e contratos governamentais, que não é a mais adequada para a contratação de projetos que envolvam os riscos e as incertezas típicas dos desenvolvimentos tecnológicos.

Os objetivos que delineiam a política espacial são:

### a) Capacidade de acesso ao espaço

Um dos principais desafios do programa espacial brasileiro é o de alcançar a autonomia de acesso ao espaço, utilizando veículos lançadores e centros de lançamentos desenvolvidos e instalados no Brasil, capazes de colocar na órbita da Terra satélites também desenvolvidos ou construídos com domínio das tecnologias que lhe são necessárias.

O PNAE 2012-2021 considera que a soberania e autonomia de um país estão relacionadas diretamente à sua capacidade de desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, o setor espacial, que tem como principal desafio o desenvolvimento de veículos lançadores e da infraestrutura de lançamentos associada, procura a independência de acesso ao espaço, bem como o fomento do desenvolvimento da indústria espacial nacional.

O segmento de veículos suborbitais ou sondagem desempenha um outro papel importante no contexto do Programa Espacial, seja na qualificação de sistemas espaciais, seja na execução e validação de experimentos científicos. O Brasil tem obtido êxito no lançamento de veículos de sondagem desde a década de 60, devido principalmente ao método incremental utilizado no desenvolvimento desses veículos.

Nas décadas de 80, o Sonda IV foi um projeto bastante relevante, auxiliando e permitindo o desenvolvimento de veículos de maior porte, como por exemplo, o Veículo Lançador de Satélites (VLS). Atualmente, o veículo de sondagem VSB-30 aparece como uma de suas maiores conquistas. O VSB-30 é um veículo suborbital com dois estágios a propulsão sólida com capacidade de transportar cargas úteis científicas e tecnológicas de 400 kg, para experimentos na faixa de 270 km de altitude. Para experimentos em ambiente de microgravidade, o VSB-30 permite que a carga útil permaneça cerca de seis minutos acima da altitude de 110 km. Esse foi o primeiro veículo espacial a receber a certificação de produto, tanto no Brasil como no exterior.

O desenvolvimento e o domínio de plataformas para ambientes de microgravidade é fundamental para que o país possua autonomia para realizar missões científicas e tecnológicas. Nesse sentido, a Plataforma Suborbital de Microgravidade (PSM) é um projeto que está sendo desenvolvido junto à indústria nacional (Orbital Engenharia S.A.) e que tem por objetivo o desenvolvimento de um módulo de carga útil nacional para permitir experimentos em ambiente de microgravidade. A PSM é constituída por um conjunto de módulos, sendo controlada em velocidade angular e equipada com um sistema de telemetria para a transmissão dos dados de voo e dos dados obtidos dos experimentos. A plataforma também possui sistema de recuperação para resgate no mar. A PSM permite a fixação e a proteção ambiental dos experimentos embarcados durante todas as fases do voo, os quais ficam alojados em módulos herméticos e não herméticos. A plataforma é projetada para voar como carga útil do VSB-30. Ela tem capacidade de levar uma carga útil de, aproximadamente, 400kg de experimentos a um ambiente de microgravidade com duração média de 6 minutos. O projeto da PSM encontra-se atualmente em fase de qualificação para posterior teste em voo.

No segmento de veículos orbitais ou lançadores, em virtude dos desafios tecnológicos e dos recursos humanos limitados, houve a necessidade de o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) e a AEB realinharem a estratégia de desenvolvimento desses veículos, a fim de aproveitar todo o legado do projeto VLS-1 e de adequar-se ao cenário atual. A nova proposta engloba o desenvolvimento de um veículo suborbital controlado, mais simples, denominado VS-50 e de um veículo para lançamento de microssatélites, denominado VLM-1. Trata-se de um lançador de satélites que terá a capacidade de colocar cargas úteis de até 150 kg em órbita equatorial baixa (órbitas LEO). O projeto nasceu no DCTA, em maio de 2009, por meio de um entendimento técnico com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR), cujo interesse na parceria era lançar cargas úteis da família “*Sharp Edge Flight Experiment (SHEFEX)*”, veículos hipersônicos para experimentos científicos de reentrada atmosférica. Para atender aos novos veículos, um novo propulsor foi projetado (motor S50 a propulsão sólida) sendo que, parcerias com as empresas CENIC S. A. e a AVIBRAS S. A. foram firmadas para o seu desenvolvimento.

No ano de 2015, houve um pequeno revés no planejamento do projeto, causado pela descontinuação do projeto SHEFEX III, deixando o VLM-1 sem missão específica. Para preencher essa lacuna e com o cancelamento do Projeto VLS-1, houve, em agosto de 2016, uma redefinição da missão do VLM-1, estabelecendo-se para o primeiro voo o lançamento de uma carga útil nacional, o que elevou o projeto à categoria de prioritário.

Por outro lado, devido à situação econômica atual, à necessidade de racionalização e otimização no emprego do orçamento disponível e, principalmente, devido à necessidade de reorientação do PEB, a AEB orientou que as atividades afetas ao desenvolvimento de novos veículos e sistemas espaciais fossem realizadas observando-se as diretrizes de desenvolvimento incremental, com foco em confiabilidade e em pragmatismo. Com essa nova estratégia, o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) optou por desenvolver primeiramente o Veículo Suborbital VS-50, também em parceria com o DLR. Um dos objetivos desse veículo é o de qualificar o motor S50 como primeiro estágio do VLM-1. Além disso, vários subsistemas críticos do VLM-1 poderão ser desenvolvidos e testados neste veículo, mitigando riscos de projeto. Portanto, o VS-50 e o VLM-1 são veículos demonstradores de conceito e um primeiro passo para que o País, futuramente, alcance autonomia tecnológica que possibilite o acesso ao espaço. Atualmente, Rússia, Estados Unidos, Japão, China, Índia, Israel, Ucrânia, países membros da União Europeia, Irã, Coreia do Norte e Nova Zelândia possuem essa capacidade.

Ao adotar-se, portanto, a metodologia de desenvolvimento incremental, melhorias de desempenho serão implementadas gradativamente um aprimoramento do VLM-1. Nesse escopo, inicialmente considerado como uma “prova de conceito”, uma “plataforma para o desenvolvimento de novas tecnologias”, será um ponto de partida para um produto que possibilitará atender a uma demanda crescente do mercado de lançamento de microssatélites, nanosatélites e cubesats.

Quanto à infraestrutura dos Centros de Lançamento, os Sistemas Operacionais e de Apoio Operacional de Lançamento dos Centros (Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI)) são constituídos de sistemas de telemetria e rastreamento, sistemas de meteorologia, bases e torres de lançamento, sistemas de segurança operacional, sistemas de comunicação e transmissão de dados, infraestruturas de apoio médico e logístico para as operações, sistemas de emergência, entre outros. Devido aos cortes e contingenciamentos anuais dos recursos orçamentários, a manutenção da operacionalidade de ambos os Centros é executada com valores aquém dos desejáveis.

A atividade de normalização e regulação tem por objetivo promover a qualidade e a segurança das atividades espaciais no Brasil e o desenvolvimento do setor espacial nacional, proporcionando mecanismos de certificação voluntária ou obrigatória, mediante a avaliação da conformidade com normas e regulamentos técnicos, bem como com outros documentos normativos. Cabe à AEB, como órgão central, apoiar as atividades de normalização na área espacial, bem como coordenar a supervisão técnica e normativa da avaliação da conformidade, no âmbito do Setor Espacial brasileiro.

Com relação ao QUALIESPAÇO, programa de normas e qualidade para a área espacial, instituído no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Conformidade na Área Espacial (SINCESPAÇO), criado pela Resolução AEB nº 54/2001, a AEB manteve sua política de incentivar a participação do Brasil no principal foro internacional de normas técnicas, o *International Organization for Standardization (ISO)*, enviando especialistas da área espacial para participar das reuniões técnicas.

O quadro a seguir apresenta os principais resultados relacionados à capacidade de acesso ao espaço:



### Quadro 5 - Acesso ao espaço - Principais Resultados

ITEM	PRINCIPAIS RESULTADOS
Veículo suborbital ou sondagem	Em dezembro de 2018, foi realizada a Operação Mutiti, cujo objetivo principal foi o lançamento e o rastreamento do veículo de sondagem VS-30/V14 fabricado pelo IAE, a partir do CLA, utilizando o CLBI como Estação Remota. Esse veículo levou como carga útil a Plataforma Suborbital de Reentrada (PSR-01), com cinco experimentos de instituições de pesquisas selecionadas com vistas ao desenvolvimento tecnológico, incluindo, entre eles, a qualificação de um sistema ioiô e de um sistema de separação a ser utilizado na PSM. Ainda em 2018, iniciou-se o processo de planejamento da transferência de tecnologia do VSB-30 para a indústria nacional. A previsão é de que o processo esteja finalizado em 2019.
VLM-1 (Veículo Lançador de Microsatélites)	O VLM-1 terá a capacidade de colocar cargas úteis de até 150 kg em órbita baixa (LEO) - equatorial, polar ou de reentrada e está sendo desenvolvido em parceria com o DLR. Para o desenvolvimento do VLM-1 é necessário o domínio de novas tecnologias em propulsão sólida, em especial o motor S50, cujo envelope motor constituído de materiais compostos, no lugar de invólucros metálicos, reduzindo o peso total. Em 2018 ocorreram ensaios de ruptura do envelope motor S50 e a Revisão Crítica de Projeto (CDR) do Projeto VS-50/VLM-1.
PSM (Plataforma Suborbital de Microgravidade)	O projeto da PSM sofreu atraso em seu cronograma de execução. A empresa responsável pelo seu desenvolvimento encontrou dificuldades na importação de itens relativos ao sistema que realizará medidas de posição, velocidade e atitude durante o voo, e o seu atuador de abertura de paraquedas. Ambos os itens foram enquadrados na categoria de equipamentos com restrições internacionais para importação, visto que podem ser utilizados com fins duais. Apesar do Brasil ser signatário do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR) e do projeto não ser de natureza bélica, a China vetou a exportação. Diante deste impasse, a empresa Orbital Engenharia e o IAE decidiram pela internalização de seus desenvolvimentos tecnológicos. Pelo novo cronograma, o modelo de qualificação da PSM será finalizado em 2019.
Centros de Lançamento	Várias atividades de manutenção dos Centros vêm sendo realizadas anualmente como por exemplo, a manutenção preventiva e corretiva de vários sistemas, como os de controle operacional e disparo, tratamento de dados, sincronização, rastreamento, telemedidas, assim como outros de infraestrutura, como equipamentos e sistemas da Torre Móvel de Integração. Enfatiza-se a importância desses serviços, pois os centros de lançamento possuem sistemas de tecnologia avançada, necessitando, assim, de serviços técnicos de manutenção especializados e de difícil reparação caso as manutenções preventivas não sejam realizadas. No CLA, encontram-se em andamento diversas obras, como a implantação de sistemas de combate a incêndio nas instalações do Setor de Preparação e Lançamento (SPL). Foram adquiridos equipamentos elétricos/eletrônicos (por exemplo, a estação meteorológica portátil) para dar suporte à equipe de operações do centro. Em 2018 foram realizados, com sucesso, quatro lançamentos de foguetes de treinamento e um lançamento de um veículo de sondagem VS-30/V14. No CLBI, encontram-se em andamento serviços de manutenção dos radares Adour e Bearn, e da estação de Telemedidas. Em 2018 foram realizados dois lançamentos de foguetes de treinamento.
Consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Conformidade na Área Espacial (SINESPAÇO).	No exercício de 2018, iniciaram-se os trabalhos de revisão dos Regulamentos Técnicos de Segurança Espacial e na área de certificação espacial. Destaca-se a participação do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI) nas Reuniões de Acompanhamento de Interfaces (RAI) e no Grupo de Interface de Lançamento (GIL). Com relação às atividades de verificação de conformidade, destaca-se o processo de acompanhamento do desenvolvimento e fornecimento do motor S50 junto a indústria nacional e, também, a participação de especialistas nas plenárias da <i>International Organization for Standardization</i> (ISO), viabilizando a defesa dos aspectos normativos aeroespaciais de interesse do país.

#### b) Disponibilização de imagens, dados e serviços utilizando satélites nacionais

Considera-se altamente necessária e estratégica a consolidação no país de uma capacidade própria para projetar, desenvolver e fabricar satélites artificiais de observação da Terra, voltados às aplicações de interesse nacional em áreas como recursos minerais, florestais e hídricos, agricultura, meio ambiente, vigilância territorial e monitoramento de desastres ambientais. Os principais resultados em 2018 foram:



### Quadro 6 - Imagens, dados e serviços de satélites nacionais - Principais Resultados

ITEM	PRINCIPAIS RESULTADOS
Amazonia 1	Em 2018, em consonância com o planejamento, foram realizadas diversas atividades nos três segmentos da missão Amazonia 1. No segmento de solo, destaca-se a disponibilização do sistema de software a ser utilizado no LEOP ( <i>Launch and Early Orbit Phase</i> ), operação e controle do satélite; contratação do projeto para a base do novo sistema de rastreamento e consultoria para preparar o Centro de Controle na operação do Amazonia 1. No segmento do satélite, destaca-se a contratação das baterias, recertificação da câmera WFI ( <i>Wide Field Imager</i> ) e insumos para a integração e testes do satélite e subsistema de controle térmico. Ainda no segmento satélite, foram realizados diversos testes de sistema, todos concluídos com sucesso. Dentre eles, destaca-se a conclusão da fase 1 (verificação elétrica, telemetria e telecomando) e 2 (verificação de funcionalidades e operação de subsistemas) da integração do modelo elétrico (ME). Por volta de 95 % da fase 3 (verificação de funcionalidades em nível sistema, tanto em condições normais de operação quanto em situação de falha) foram concluídas em 2018. Finalmente, no segmento lançador, o processo de contratação do lançador foi concluído com sucesso e a data de lançamento do satélite deverá ser definida até março de 2019. O término do modelo de voo do satélite Amazonia 1 deverá ser concluído em 2019, ficando o satélite disponível para lançamento. Considerando o cronograma para provimento do lançador, o lançamento deverá ocorrer entre maio e junho de 2020. O satélite Amazonia-1 fornecerá dados de imageamento da Terra semelhantes, em parte, aos do satélite CBERS, com a vantagem de ampliar a taxa de revisita e diversificar a fonte de dados. Este também será o primeiro satélite de sensoriamento remoto nacional, inaugurando uma série de satélites que se espera atendam a variadas demandas nacionais.
CBERS-4A	O desenvolvimento desse satélite ocorre de maneira satisfatória. Todos os equipamentos de voo, incluindo o <i>Solar Array Generation</i> (SAG), painel solar, foram integrados ao satélite em 2018. Os testes elétricos do satélite foram realizados com êxito, e os resultados foram bastante satisfatórios. Além disso, foram finalizadas as atividades de medidas de massa e balanceamento, além de realizados os testes de interferência e compatibilidade eletromagnética (EMI/EMC) e os testes dinâmicos (vibração senoidal e vibração acústica). Foi garantida em 2018 a contratação do serviço de transporte do satélite para lançamento, ponto relevante considerando a data de seu envio para a China, prevista para maio de 2019.
Demais missões	São exemplos de projetos e missões que estão em fase de estudo, ou mesmo com andamento inicial, o segundo satélite da série Amazonia, satélites em continuidade da parceria com a China (CBERS-5 e CBERS-6), a missão Sistema de Coleta de Dados Hidrometeorológicos (SCD-Hidro), a missão Satélite Argentino-Brasileiro de Informações Ambientais Marinhas (SABIA-Mar) em parceria com a Argentina, e a missão EQUARS. Como destaque, a missão EQUARS, após concluída a Revisão de Definição da Missão em 2017, seguiu em 2018 com a geração dos documentos relacionados à fase A da missão (estudo de viabilidade), com o propósito de realizar a Revisão Preliminar de Requisitos no ano de 2019. Cabe mencionar, ainda, iniciativas para o domínio das tecnologias de plataformas de porte reduzido (micro e pequenos satélites), para a definição de requisitos de futuras missões científicas, meteorológicas e por radar, além da atualização de sistemas de solo e o estímulo à participação da indústria nacional.

#### c) Conhecimento científico e tecnológico, capital humano e tecnologias críticas

A ampliação do domínio das tecnologias críticas e o desenvolvimento e consolidação das competências e de capital humano vem sendo perseguido desde o PPA 2012-2015. Em essência, observando a própria dinâmica do desenvolvimento tecnológico na área espacial e a necessidade de manutenção de um corpo técnico qualificado para a condução de tais atividades, tem-se que esse assunto apresenta um caráter permanente na Política Espacial, sendo perseguido de forma contínua, visando a garantir autonomia e sustentabilidade ao desenvolvimento das atividades espaciais no Brasil. Dentre as atividades realizadas em 2018, destacam-se:

#### Quadro 7 - Conhecimento científico e tecnológico, capital humano e tecnologias críticas - Principais Resultados

ITEM	PRINCIPAIS RESULTADOS
Centro Vocacional Tecnológico (CVT)	Em 2018, o CVT deu início às atividades de consolidação do centro, recebendo duas vezes por semana, durante o período letivo, alunos do ensino fundamental da rede pública de ensino do município de Parnamirim, RN. Ao longo do ano, o CVT recebeu 1.461 alunos do ensino fundamental para terem contato com temas relacionados à ciência e tecnologia tendo como pano de fundo a atividade espacial.
Programa Espaço, Educação e	Esse programa visa a criação de um espaço educacional e a formação de futuros talentos para a área espacial, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica, voltadas para as

ITEM	PRINCIPAIS RESULTADOS
Tecnologia (E2T)	instituições de ensino superior, médio e fundamental. Em 2018, foram apoiados 41 eventos de educação espacial e/ou de divulgação científica no Brasil e 3 eventos no exterior.
Plataformas e Subsistemas de Satélites de pequeno porte	No campo do desenvolvimento de plataformas e subsistemas de satélites de pequeno porte, deu-se continuidade ao programa Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites (SERPENS). Embora, em 2017 e 2018, as restrições orçamentárias ocorridas não tenham permitido o desenvolvimento do nanossatélite Serpens-2, foram retomados os diálogos com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com a finalidade de retomar a execução desse projeto no exercício de 2019. Adicionalmente, a AEB está apoiando o projeto do nanossatélite NanoSatC-Br2, cujo objeto é contratação internacional de empresa, com representante no Brasil, especializada na gestão de serviços de lançamentos de nanossatélites do tipo CubeSats. A missão <i>Scintillation Prediction Observations Research Task</i> (SPORT), que prevê um nanossatélite para estudos de bolhas de plasma na ionosfera, foi selecionada entre projetos apresentados à NASA para financiamento, tendo o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o INPE como entidades brasileiras participantes. O nanossatélite ITASAT foi lançado com sucesso em dezembro de 2018, como carga secundária, por meio de um veículo Falcon 9 Block 5 da empresa americana SpaceX, na Califórnia, EUA.
Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia	A capacitação de expressivo contingente de técnicos e engenheiros brasileiros integrantes do Plano de Absorção de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que se capacitaram na França por meio de cursos teóricos introdutórios e avançados. Estes profissionais, após familiarização com o projeto do SGDC e seus respectivos requisitos de missão, seguiram treinamentos especializadas envolvendo questões práticas ( <i>On-Job Training</i> ) nos diferentes sistemas e subsistemas do satélite. O grupo, ao final desta missão, desenvolveu capacidade técnica para conduzir atividades técnicas e gerenciais de projeto, fabricação, testes e operação deste, e de outros tipos de satélite.
Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Espaciais	No âmbito do domínio de tecnologias críticas, foi dada continuidade à execução dos cinco contratos vigentes de transferência de tecnologias relacionadas à contratação do SGDC, pelos quais a fabricante do satélite (Thales Alenia Space – TAS) transfere tecnologias espaciais a empresas brasileiras. Por meio de Edital de Seleção Pública publicado pela Finep, foi selecionada, no segundo semestre de 2018, a empresa beneficiária do sexto tópico de transferência de tecnologia: Tecnologia de Cargas Úteis Ópticas de Observação da Terra. No desenvolvimento de tecnologias críticas em apoio ao desenvolvimento do projeto VLM-1, destaca-se a continuidade no desenvolvimento do Sistema de Navegação Inercial (SISNAV); o Sistema de Navegação e Controle para Veículos Orbitais e Suborbitais (SISNAC); o desenvolvimento do envelope motor foguete a propelente sólido (S50), por meio de bobinamento de fibra de carbono; e o desenvolvimento de rede elétrica para veículos de três estágios.
Desenvolvimento de produtos e processos inovadores	Especificamente, com respeito à propulsão de satélites, promoveu-se a ampliação e modernização dos bancos de testes de propulsores químicos e se iniciou o projeto executivo para implantação de banco de testes de propulsores elétricos. Além disso, destaca-se o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e a consolidação de plataforma para integração de dados, conhecimentos e tecnologias, as versões anuais dos softwares TerraLib, TerraView e também do software TerraMA2, objetivando a elaboração de produtos para aplicações de imagens de satélites e dados espaciais.
Coleta de Dados	As atividades de coleta de dados e a manutenção do sistema de observação em Clima Espacial realizam o modelamento de processos do sistema Sol-Terra em escala espacial, global e regional. Por esta iniciativa são investigados os fenômenos físicos que impactam o clima espacial e são de interesse nacional e global, subsidiando com dados em tempo real órgãos governamentais, empresas públicas e privadas, na avaliação de riscos aos sistemas tecnológicos.

#### 4.2. INDICADORES DE DESEMPENHO QUANTIFICADOS E ALINHADOS AOS OBJETIVOS

O processo de formulação do 1º Ciclo Estratégico da AEB resultou em um conjunto de indicadores de desempenho com a finalidade de mensurar o alcance dos objetivos estratégicos em relação às suas metas, consolidados em uma planilha denominada cesta de indicadores.

Os resultados das medições dos indicadores de desempenho foram apresentados na Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE) ocorrida em dezembro de 2018. O quadro a seguir apresenta esses resultados considerando os objetivos estratégicos da perspectiva Sociedade. Os demais indicadores, bem como a chamada “cesta de indicadores” estão disponíveis no endereço <http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-T%C3%A9cnico-da-1%C2%AA-RAE-Vers%C3%A3o-2-00000002.pdf>.

## Quadro 8 - Indicadores de Resultados

Perspectiva Sociedade Objetivos Estratégicos	Indicador	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Periodicidade	Valor de referência	Valor aferido	Observação
Alinhar o programa espacial às demandas da sociedade brasileira	Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra (GAOT) *	Relação percentual entre o número de imagens de observação da Terra entregues pelo banco de imagens do INPE oriundas de satélites nacionais ou desenvolvidos com parceria estrangeira, e o número total de imagens da mesma classe, entregues também por esse banco de imagens, no mesmo período. Entende-se por imagens entregues aquelas selecionadas e solicitadas por usuários cadastrados no catálogo de imagens do INPE e entregues pelo sistema a esses usuários.	Percentual	Anual	25,00	89,64	Para aferição do índice foram consideradas as imagens dos satélites CBERS 4, CBERS-2B e CBERS 2 como imagens de satélites nacionais ou desenvolvidos em parcerias, e foram consideradas as imagens da mesma classe, as do satélite Landsat-8 e ResourceSat. O expressivo aumento no índice se deve ao aumento no interesse pelo CBERS-4 devido ao reconhecimento de sua qualidade radiométrica e geométrica após refinamento do seu processo de geração.
Alinhar o programa espacial às demandas da sociedade brasileira	Número de workshops, reuniões ou eventos realizados para identificação de demandas de produtos e serviços espaciais, incluindo divulgação interna e externa de ações do Programa Espacial Brasileiro (PEB)	Número de workshops, reuniões ou eventos realizados para identificação de demandas de produtos e serviços espaciais, incluindo divulgação interna e externa de ações do PEB	Unidade	Anual	2	18	O resultado desse indicador superou o valor previsto (2) e as ações realizadas demonstram importante atuação da AEB em alinhar os objetivos do PEB às demandas nacionais. Nesse universo de 18 unidades, destacam-se reuniões com EMBRAPA, ANP, IBGE, ANA, CENSIPAM, CCISE (MD), ANATEL e outros.
Alinhar o programa espacial às demandas da sociedade brasileira	Instituições envolvidas no processo de levantamento de demandas	Contagem do número de instituições que encaminharam respostas aos questionários de cada categoria	Unidade	Quadriannual	18	105	Foram consultadas 315 instituições, visando a aplicação de questionários relativos a seis tipos de missões espaciais: comunicação, observação da Terra, coleta de dados, meteorologia, posicionamento e navegação, e científica. Desse total, 139 indicaram especialistas que responderam aos questionários, sendo que 105 enviaram respostas. Os relatórios estão disponíveis no endereço <a href="http://forumindustriaespacial2018.aeb.gov.br/relatorios-parciais/">http://forumindustriaespacial2018.aeb.gov.br/relatorios-parciais/</a>
Fortalecer a indústria espacial brasileira	Número de eventos /reuniões realizados pela AEB dentro da temática da indústria espacial	Somatório do número de eventos/reuniões realizados pela AEB	Unidade	Anual	2	33	Este indicador demonstra a grau de aproximação da AEB junto à indústria espacial brasileira, a fim de estimular a participação no mercado interno e externo. Dentre os eventos ou reuniões, destacam-se a realização do Fórum da Indústria Espacial (novembro) e reunião com a FINEP sobre tecnologias críticas (dezembro).
Fortalecer a indústria espacial brasileira	Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no Programa Temático Política Espacial (IPSEN-2) *	Relação percentual entre o valor pago a empresas brasileiras nos contratos de fornecimento de produtos ou serviços tecnológicos para o programa espacial e o dispêndio total com as ações orçamentárias de caráter finalístico do Programa Temático Política Espacial (ações 20V0, 20VB, 20VC, 7F40 e 154L), em cada exercício fiscal.	Percentual	Anual	30,56	33,90	O valor do indicador para 2018 é de 33,90%. Trata-se da relação percentual entre o total dos valores pagos nos contratos de fornecimento por empresas brasileira de produtos ou serviços tecnológicos estritamente especializados e específicos do programa espacial, e o montante de dispêndios totais das ações orçamentárias de caráter finalístico do programa temático Política Espacial.

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA/AEB)

\* O GAOT e o IPSEN-2 são indicadores do Programa Temático Política Espacial do PPA 2016-2019

### 4.3. CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

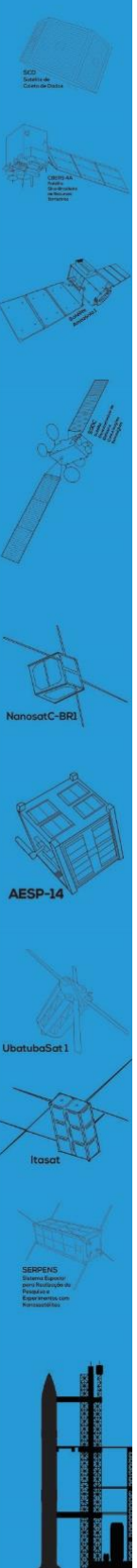
O setor espacial mundial tem passado por mudanças drásticas nos últimos anos. A transferência de muitas atividades, antes estatais, para entes privados tem tido como resultado a queda no preço do acesso ao espaço.

No cenário internacional tem se verificado uma ampliação das atividades espaciais, por conta do *New Space*, com a utilização de plataformas modernas de menor porte e menor custo, configurando uma janela de oportunidade que o Brasil pode vir a aproveitar nos próximos anos para se firmar entre os *players* internacionais no setor espacial. Essa miniaturização faz com que exista uma tendência mundial em favor do desenvolvimento de satélites de menor porte para a composição de constelações, que por sua vez elevam a cadência de lançamentos, com os benefícios industriais e econômicos decorrentes da produção em maior escala: estes satélites são de dimensões reduzidas, de menor custo e vida mais curta quando comparados aos satélites tradicionais, demandando assim reposição com maior frequência.

As características territoriais e geopolíticas do Brasil criam demandas de Estado nas áreas de telecomunicações, levantamento e prospecção de recursos naturais, acompanhamento de alterações no meio ambiente, vigilância de fronteiras e áreas marítimas, que podem ser efetivamente alcançadas por meio do fortalecimento do PEB, garantindo o acesso ao espaço e o desenvolvimento de aplicações derivadas dos produtos espaciais. O setor espacial é essencial ao país.

Com todas as oportunidades criadas em 2018, quais sejam, a de se repensar a Governança do Programa Espacial, a de se discutir os projetos em andamento e seus desdobramentos, a pesquisa de demandas realizada pela AEB, o próximo ano se coloca como essencial para que o Brasil não perca, novamente, a janela de oportunidade de se colocar como um dos *players* no seleto grupo de países que não apenas detêm um Centro de Lançamentos comercial, mas que também possuem o domínio completo do acesso ao espaço.

Observada nos últimos anos, a tendência de redução do investimento estatal brasileiro na Política Espacial se estabelece como o grande desafio para a efetiva e oportuna captura das oportunidades oferecidas pelo *New Space*. Essa redução, na contramão do aumento das demandas da sociedade por produtos e serviços espaciais, impõe a necessidade de se buscar mecanismos alternativos e inovadores para o financiamento das iniciativas e projetos que permitirão a formação de capital humano para o setor, domínio de tecnologias críticas e fortalecimento da indústria espacial brasileira.





## 5. ALOCAÇÃO DE RECURSO E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

O objetivo deste capítulo é demonstrar como foram gerenciados os recursos orçamentários e extraorçamentários, humanos, tecnológicos e outros, sob o ponto de vista da eficiência e economicidade.

### 5.1. DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, E ADMINISTRAÇÃO DA AEB



A Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA) integra a estrutura da AEB, conforme Decreto nº 8.868/2016. As competências regimentais estão inseridas no artigo 13 da Portaria nº 4.893, de 23.8.2017.

A DPOA desempenha, no âmbito da AEB, a função de órgão seccional nos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, de Serviços Gerais, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, sujeitando-se à orientação normativa e à supervisão técnica dos respectivos órgãos centrais. À DPOA compete ainda formular, implantar e coordenar o processo de planejamento estratégico institucional e avaliar os planos e programas quanto à execução física e financeira e à eficácia e efetividade.

A AEB, como Órgão Central do SINDAE, tem a competência de expedir normativos com o objetivo de orientar os demais órgãos setoriais e participantes do sistema no cumprimento das competências legais voltadas ao setor. Nesse sentido, a DPOA, como atividade-meio da AEB, também segue essas orientações, proporcionando ao órgão central o alcance dos objetivos estratégicos que podem ser, em algum momento, iniciados pela DPOA, repercutindo por todo o SINDAE.

Nesse contexto, compete à DPOA planejar, coordenar, apoiar e supervisionar atividades relacionadas aos citados sistemas estruturantes do Governo Federal, exercendo, portanto, papel articulador entre a unidade gestora executora da AEB e a dos órgãos executores do SINDAE, a saber:

- a) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/MCTIC; e
- b) Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA/COMAER/MD.

O gerenciamento dos insumos (orçamento, pessoas, tecnologia etc) e dos macroprocessos de gestão e suporte (administração predial e logística de bens e serviços, gestão de pessoas, gestão da tecnologia da informação, gestão orçamentária e financeira) ocorrem, no âmbito da AEB, de forma centralizada.

As ações da DPOA são transversais. Embora iniciadas na diretoria, são absorvidas por toda a AEB e, em grande parte, também, por todo o SINDAE. Dessa forma, os objetivos estratégicos de gestão da DPOA estão alinhados com o Plano Estratégico Institucional da AEB, notadamente com o Mapa Estratégico e a Cadeia de Valor, conforme o 1º Ciclo Estratégico da AEB para o ciclo 2017-2019.

Dentre as ações realizadas pela AEB em 2018, com iniciativas da DPOA, delegadas pelo Regimento Interno, destacam-se, a seguir, alguns processos em implantação e outros já implantados que geraram os resultados que impactaram positivamente as diretrizes diretas e indiretas do Planejamento Estratégico da AEB:

- Estudos para implantação da central de custos da AEB, também vinculados aos objetivos estratégicos e aos processos internos de “Aprimorar controles internos e gestão de riscos na instituição” e de “Desenvolver ações de relacionamento governamental”. A presente

diretriz também visa a cumprir a competência institucional de DPOA de fomentar a utilização da informação de custos para tomadas de decisões nos diversos níveis hierárquicos, com vistas à eficiência, à eficácia e à efetividade na utilização dos recursos públicos. Contudo, ainda não existe uma unidade específica cuja responsabilidade seja a gestão de custos.

- Realização da revisão do Plano de Dados Abertos (PDA) para 2019 com o cronograma de publicação das bases de dados que serão disponibilizadas para a sociedade.
- Publicação da portaria que disciplina os Termos de Execução Descentralizada (TED) a serem firmados pela AEB com os diversos órgãos do SINDAE e do governo federal, vinculados ao objetivo estratégico e ao processo interno de “Aprimorar o processo de gestão orçamentária”.
- Implantação do datacenter da AEB que proporcionará maior acessibilidade aos usuários externos e, ainda, hospedará diversos sistemas que auxiliarão a Agência na consecução de suas atribuições e seus objetivos estratégicos.
- Participação do Grupo Técnico 9 – GT 9, do CDPEB, que tratou de recursos humanos para a área espacial, sendo entregue proposta de novo concurso no montante 101 servidores efetivos e contratação de 37 servidores temporários.
- Implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) alinhado ao objetivo estratégico e vinculado ao processo interno de “Fortalecer o sistema de comunicação interna”. A implantação do SEI gerou e gerará economicidade de pessoal com a redução de profissionais que atuam nas unidades de documentação, assim como a diminuição do consumo de recursos de materiais, como o de uso de papel, toner, impressoras etc.
- Regularização dos TEDs que estavam em aberto por falta de relatórios de prestação de contas. A presente ação trouxe um melhor ambiente de controle interno e está alinhada aos objetivos estratégicos e ao processo interno de “Aprimorar controles internos e gestão de riscos na instituição”.

A restrição orçamentária ainda é um grande desafio da gestão administrativa da AEB: a dotação está estagnada há três exercícios consecutivos. O cenário adverso exigiu diversas readaptações das programações. Ensejou constantes ajustes para o aprimoramento dos procedimentos de gestão orçamentária e financeira no sentido de manter os projetos em andamento, mesmo com recursos limitados, sem, no entanto, comprometer a qualidade no desenvolvimento desses projetos essenciais para o PEB e para a prestação de serviços à sociedade.

Quanto à gestão de pessoas, embora a AEB tenha realizado seu primeiro concurso e nomeado novos servidores no período de 2016 a 2017, ainda há deficiência de servidores nas áreas meio e finalística, tanto na Agência quanto nas instituições e órgãos do SINDAE. Recompôr a força de trabalho integra um dos grandes desafios do PEB, na medida em que grande parte dos servidores lotados no INPE e DCTA estão com abono permanência, ou seja, profissionais passíveis de aposentadoria. Como mencionado, essa situação foi discutida no GT-9 do CDPEB, e a AEB continua realizando gestões para resolver essa questão junto aos órgãos governamentais.

A DPOA não atua diretamente na execução de políticas públicas, mas dá suporte operacional às atividades de gestão de várias unidades internas da AEB. As particularidades e as necessidades específicas de cada unidade interna da AEB e dos órgãos/instituições setoriais do SINDAE constituem alguns desafios para a execução do orçamento do PEB, uma vez que os órgãos executores do PNAE (INPE e DCTA) estão em São José do Campos – SJC/SP e são assessorados pela Advocacia Geral da União de São José dos Campos – AGU/SJC. Nesse sentido, algumas divergências de ordem formal e técnica atrasam a execução do orçamento e, por conseguinte, impactam diretamente o nível de execução orçamentária da AEB. No entanto, a AEB vem prestando auxílio aos executores e realizando gestões junto a estes para a esmerada instrução processual para uma análise e aprovação mais célere.

A AEB encontra-se em um constante processo de estruturação. Sobre as oportunidades de melhorias pode-se destacar: (i) aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) para 2018/2019; (ii) gestões junto ao MCTIC para aumentar a dotação orçamentária do PEB; (iii) aprovação junto ao MCTIC e Ministério da Economia um novo concurso para a AEB e demais órgãos do SINDAE; e (iv) reformas estruturais nos prédios da AEB, investindo em obras e reformas pela necessidade de se manter um padrão mínimo de funcionamento das unidades organizacionais da Agência.

A conformidade e a confiabilidade de gestão encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas estruturantes da Administração Pública (SIAFI, SIAPE, SIOP, SICONV e SIASG) e foram atestadas nas declarações de conformidade apresentadas pelo Contador e pelos gestores responsáveis vinculados à conta deste Relatório de Gestão de 2018.

Como citado no capítulo do Planejamento estratégico e governança, as discussões para enfrentar os desafios relatados e a posterior alocação de recursos para solucioná-los e implementar as estratégias no exercício foram iniciadas com a criação do CDPEB, criado pelo Decreto nº 9.279, de 6 de fevereiro de 2018, e com vigência até 2020. Vários assuntos foram tratados no âmbito do Comitê: orçamento, pessoal, governança, comunicação, veículos etc. Como consequência, estudos foram iniciados para traçar uma estratégia a fim de solucionar os problemas apontados. A AEB aguardará a finalização dos trabalhos para verificar quais serão os objetivos aprovados e para traçar as estratégias visando implementá-los.

A presente declaração é uma demonstração dos esforços envidados pela AEB na busca constante da superação dos desafios e dos obstáculos e pela gestão baseada no cumprimento do seu Planejamento Estratégico. O aprimoramento do desempenho individual e organizacional é uma busca constante dos seus gestores que visam o desenvolvimento Institucional nas diversas de parcerias estratégicas formalizadas ao longo do presente exercício, sempre com o foco em resultados orientados para fortalecimento da Política Espacial e a satisfação da sociedade.

Concluindo, declaro, que os padrões de gestão da AEB atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.



**Alberto José Navarro Pascoal**

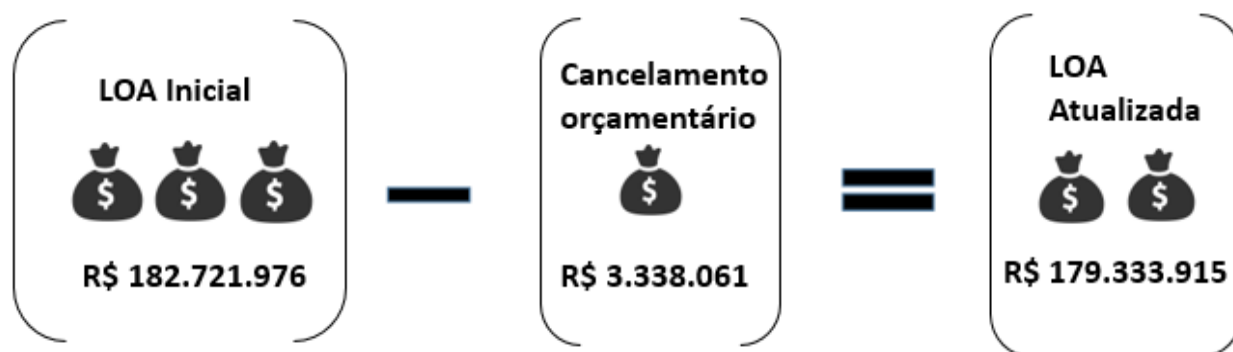
Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração

## 5.2. DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL DE ÁREAS DE GESTÃO

### 5.2.1. Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei orçamentária anual de 2018 consignou à AEB dotação orçamentária no total de R\$ 182.721.976,00. Contudo, cancelamentos de dotação da ordem de R\$ 3.338.061,00 redimensionaram o orçamento 2018 para R\$ 179.333.915,00.

**Figura 11 – Orçamento da AEB – Exercício 2018**



Fonte: SIOP

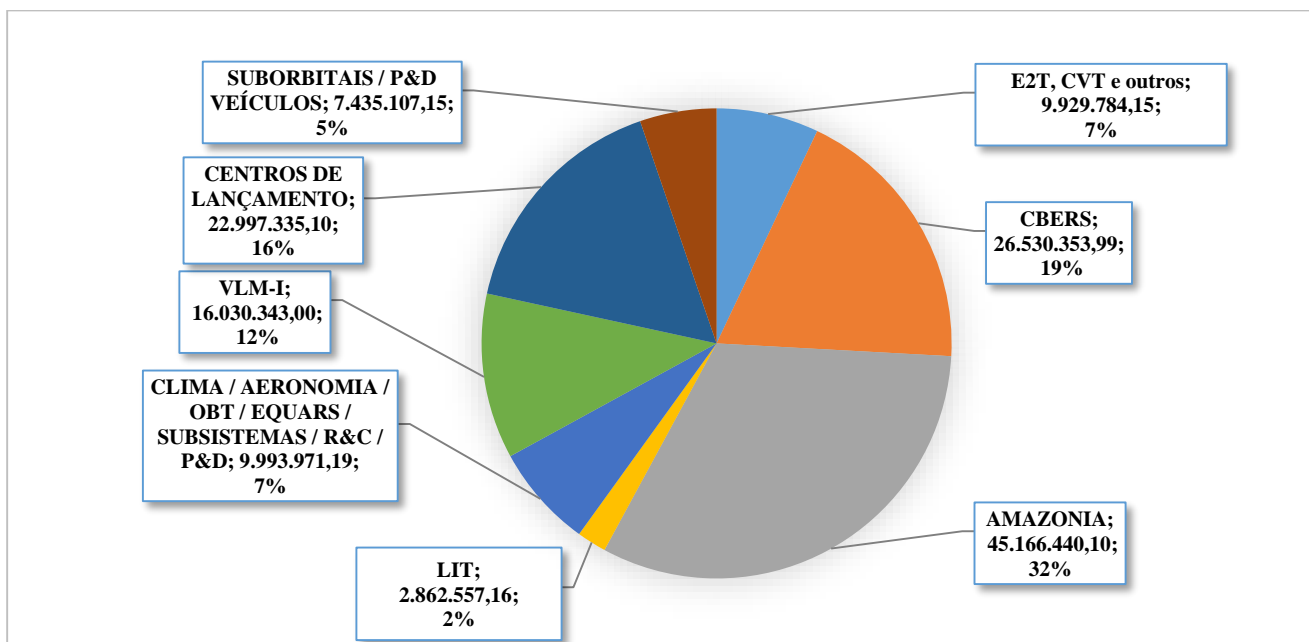
### Execução Orçamentária

Em face das peculiaridades das ações desenvolvidas pela AEB, a maior parte da execução ocorreu de forma descentralizada por meio de TED, bem como Termo de Fomento, tendo em vista os diversos atores que a compõem o SINDAE, conforme descrito no item “Visão Geral” desse relatório. O total de dotação orçamentária transferido em 2018 foi de R\$ 140.945.891,84, visando ao atendimento de demandas do setor espacial: construção de veículos lançadores (suborbitais, VLM-I); Espaço, Educação e Tecnologia (E2T); manutenção do Centro Vocacional Tecnológico Espacial do Brasil (CVT); pesquisas e desenvolvimento em tecnologias espaciais; manutenção e melhorias dos centros de lançamento (CLA e CLBI); desenvolvimento de satélites (CBERS-4A, Amazonia, satélites científicos como Equars, nanosatélites e outros); manutenção do Laboratório de Integração e Testes (LIT); estímulos a estudos referentes a Clima, Aeronomia, Observação da Terra (OBT), Rastreamento e Controle (R&C), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e outros. O gráfico abaixo apresenta o valor transferido por assunto:



**Gráfico 4 - Valor total de transferências voluntárias**

Valores em R\$



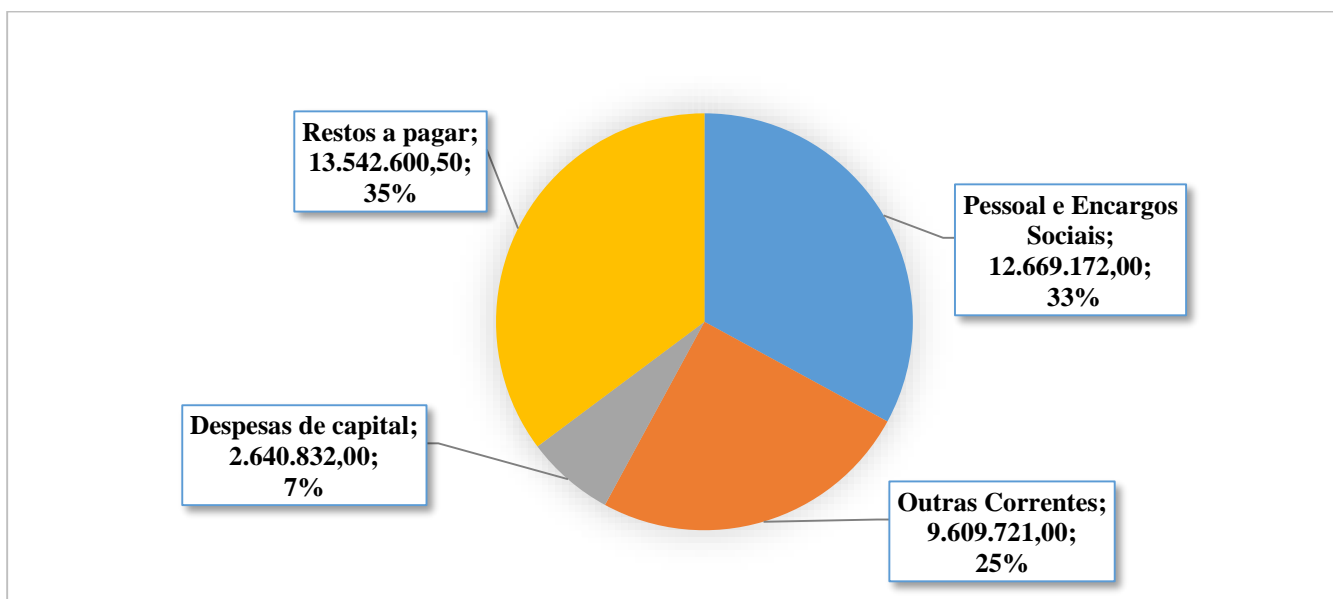
Fonte: Tesouro Gerencial

**Execução Financeira**

O valor pago em 2018 totalizou R\$ 24.919.725,00, dos quais R\$ 12.669.172,00 foram destinados a pagamento de pessoal e encargos sociais, R\$ 9.609.721,00 foram direcionados ao pagamento de outras despesas correntes, e R\$ 2.640.832,00 destinados às despesas de capital. No que tange ao pagamento de restos a pagar, no ano de 2018 foram pagos R\$ 13.542.600,50, sendo que a maior parte do valor pago inscrito em Restos a Pagar foi destinado à Thales Alenia Space France, R\$ 9.194.870,73, a título de transferência de tecnologia relacionada ao Satélite Geoestacionário (SGDC). Segue gráfico referente às despesas pagas:

**Gráfico 5 - Despesas pagar por grupos de despesa**

Valores em R\$



Fonte: SIAFI

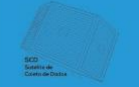
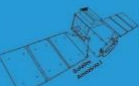
## Despesas por grupo e elemento de despesa

O quadro a seguir demonstra a execução da despesa da AEB de acordo com a classificação nos grupos e elementos de despesa. Ressalte-se que são despesas da Unidade Prestadora de Contas e não estão incluídos os valores descentralizados.

Do total utilizado, cerca de 50% são despesas correntes, 14% são investimentos, ambos destinados à manutenção da infraestrutura da Agência, e o restante se refere a gastos com pessoal.

Comparando-se as despesas de 2017 com as de 2018, há um crescimento de aproximadamente 40% com despesas correntes, cujo gasto principal se refere aos esforços para ampliação do domínio das tecnologias críticas, da consolidação de competências e capital humano, bem como das atividades de transferência de tecnologias.

Do total empenhado de R\$ 37.396.048,00, cerca 69% foram liquidados e pagos, e o saldo resultante de R\$ 11.510.158,00 foi inscrito em restos a pagar não processados. A maior parte desse saldo inscrito, aproximadamente 55%, refere-se a outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.

SCD  
Sistema de  
Controle de  
DadosCBERS-2A  
Sistema de  
Observação  
de Terra  
por SatéliteSAE  
Sistema de  
Avaliação  
de  
EmissõesSAE  
Sistema de  
Avaliação  
de  
Emissões

NanosatC-BRI



AESP-14



UbatubaSat1



Itasat

SERPENS  
Sistema Especial  
para  
Resolução de  
Problemas de  
Espaço  
Nacional

Lançador

## Quadro 9 - Despesas por grupo e elementos de despesa

Valores em R\$

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>13.567.041</b>	<b>13.501.471</b>	<b>13.567.041</b>	<b>13.501.471</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12.669.172</b>	<b>13.501.471</b>
01 - Aposentados	351.045	347.577	351.045	347.577	0	0	323.975	347.577
03 - Pensões	47.039	45.297	47.039	45.297	0	0	43.555	45.297
07 - Contribuições a entidade fechada de previdência	191.013	186.180	191.013	186.180	0	0	175.996	186.180
11 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil	11.265.653	11.032.615	11.265.653	11.032.615	0	0	10.430.441	11.032.615
13 - Obrigações patronais	1.528.308	1.575.197	1.528.308	1.575.197	0	0	1.528.308	1.575.197
16 - Outras despesas variáveis - Pessoal civil	168.905	252.057	168.905	252.057	0	0	151.820	252.057
92 - Despesa de exercícios anteriores	15.077	62.548	15.077	62.548	0	0	15.077	62.548
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>18.621.207</b>	<b>8.004.856</b>	<b>9.678.017</b>	<b>6.857.585</b>	<b>8.943.191</b>	<b>1.147.272</b>	<b>9.609.721</b>	<b>6.857.585</b>
08 - Outros benefícios assistenciais	56.726	61.765	56.726	61.765	0	0	51.413	61.765
14 - Diárias - Pessoal civil	344.213	191.237	344.213	191.237	0	0	344.213	191.237
15 - Diárias - Pessoal militar	1.374	0	1.374	0	0	0	1.374	0
30 - Material de consumo	47.391	308.884	37.191	299.605	10.200	9.279	37.191	299.605
33 - Passagens e despesas de locomoção	789.830	586.961	687.225	537.060	102.605	49.900	687.225	537.060
36 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Física	136.588	127.685	136.588	127.685	0	0	129.611	127.685
37 - Locação de mão-de-obra	3.484.872	2.797.837	2.494.569	2.509.656	990.303	288.181	2.494.569	2.509.656
39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	7.247.328	2.609.989	848.337	1.810.078	6.398.991	799.912	848.337	1.810.078
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	2.570.018	0	1.128.926	0	1.441.092	0	1.128.926	0
41 - Contribuições	3.241.246	476.505	3.241.246	476.505	0	0	3.241.246	476.505
46 - Auxílio-alimentação	520.621	570.246	520.621	570.246	0	0	477.569	570.246
47 - Obrigações tributárias e contributivas	40	0	40	0	0	0	40	0
49 - Auxílio-transporte	51.319	59.665	51.319	59.665	0	0	46.934	59.665
92 - Despesa de exercícios anteriores	3.449	25.623	3.449	25.623	0	0	3.449	25.623
93 - Indenizações e restituições	126.193	188.461	126.193	188.461	0	0	117.625	188.461
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>4. Investimentos</b>	<b>5.207.800</b>	<b>5.270.958</b>	<b>2.640.832</b>	<b>58.251</b>	<b>2.566.968</b>	<b>5.212.707</b>	<b>2.640.832</b>	<b>58.251</b>
36 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Física	27.813	0	27.813	0	0	0	27.813	0
39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	0	57.971	0	7.971	0	50.000	0	7.971
40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	187.500	0	0	0	187.500	0	0	0
51 - Obras e instalações	2.885.890	326.000	2.603.890	0	282.000	326.000	2.603.890	0
52 - Equipamentos e material permanente	2.106.597	4.886.987	9.129	50.280	2.097.468	4.836.707	9.129	50.280
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>37.396.048</b>	<b>26.777.285</b>	<b>25.885.889</b>	<b>20.417.307</b>	<b>11.510.158</b>	<b>6.359.978</b>	<b>24.919.725</b>	<b>20.417.307</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

## Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

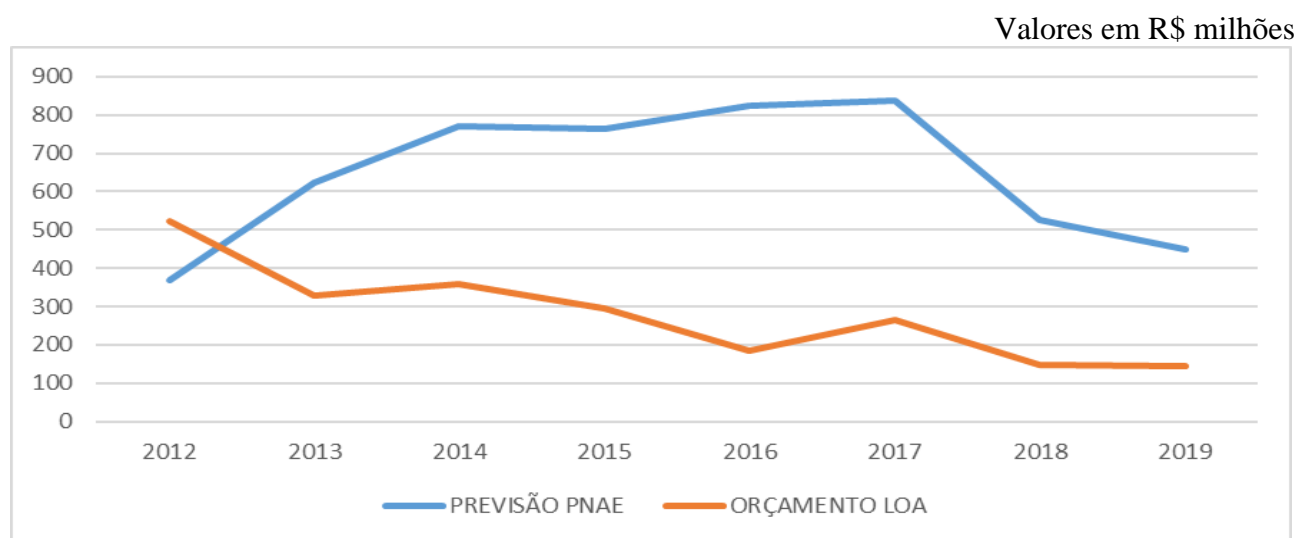
O ano de 2018 ficou caracterizado pelo forte ajuste fiscal do governo federal. Após um corte de aproximadamente 44% (quarenta e quatro por cento), o orçamento da AEB em 2017, caiu de 284,7 milhões de reais para 159,5 milhões de reais. A Lei Orçamentária Anual de 2018 não realizou uma recomposição dos valores perdidos, consolidando um orçamento drasticamente reduzido para 164,2 milhões de reais. Destes, 3 milhões por meio de emendas, não liberadas e canceladas pela Lei n. 13.662 de oito de maio de 2018.

O Orçamento da AEB teve seu ápice no ano de 2012, mesmo ano da publicação do atual PNAE plano decenal 2012-2021, contudo, ao contrário do previsto para 2018, com um orçamento de 525,9 milhões, partindo dos 368,5 milhões previstos para 2012, foi de fato aprovado em 2012 um orçamento de 432,3 milhões e em 2018 um orçamento de 164,2 milhões de reais, o que representa apenas 31% (trinta e um por cento) do previsto pelo PNAE 2012-2021 para o ano.

Conforme é possível verificar no quadro abaixo, houve um sério descolamento das projeções do PNAE frente ao orçamento real aprovado desde o ano de 2013, e que piorou até o ano de 2017, quando, por ocorrência do fim do ciclo de investimentos mais pesados do PNAE, deveria haver um decréscimo de investimentos.

Na série histórica, a diferença entre o investimento previsto e realizado chegou a alcançar 639 milhões de reais em 2016 e não houve uma piora maior por conta da redução nas previsões, dado o ciclo de investimentos, que seguiam as quedas reais de orçamento. Ou seja, a diferença entre o orçamento previsto e o orçamento aprovado se reduziu, não por um eventual aumento no orçamento aprovado, mas pela redução do orçamento previsto.

**Gráfico 6 - Relação entre o orçamento do PNAE e Leis Orçamentárias Anuais (sem INPE 2016)**



Fonte: Tesouro Gerencial, PNAE 2012-2021

**Quadro 10 - Orçamento anual 2012-2018 (sem INPE)**

Valores em R\$ milhões

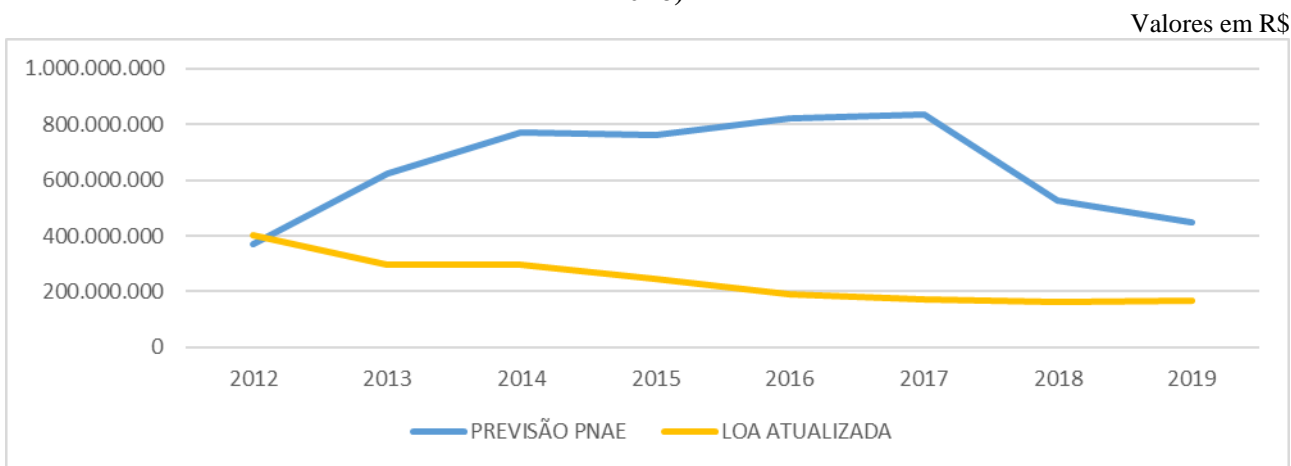
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>PREVISÃO PNAE</b>	368,5	622,6	770,2	763,5	822,9	837,1	525,9	447,9
<b>LOA INICIAL</b>	344,4	295,5	295,5	290,5	154,3	284,7	168,2	165,8
<b>LOA ATUALIZADA</b>	403,1	295,5	295,5	244,1	144,7	171,5	164,2	165,8
<b>EMPENHADO</b>	274,2	281,9	245,7	216,1	121,3	153,6	163,6	11,7

Fonte: Tesouro Gerencial.



É possível notar no gráfico acima que, apesar das projeções do PNAE 2012-2021 indicarem um aumento de recursos até o ano de 2017, se observou na realidade uma redução sistemática de recursos do programa espacial entre 2012 e 2019. Quando consideramos a transferência das ações 20VB e 20VC para o INPE, ocorridas exclusivamente no ano de 2016, conforme tabela abaixo, é possível notar que não houve, em nenhum dos orçamentos do período um aumento em relação ao ano anterior, quando consideramos que em 2016 os recursos tradicionalmente descentralizados para a AEB foram alocados diretamente no INPE (ações 20VB e 20VC).

**Gráfico 7 - Relação entre o orçamento do PNAE e Leis Orçamentárias Anuais (com INPE 2016)**



Fonte: SIOP, PNAE 2012-2021

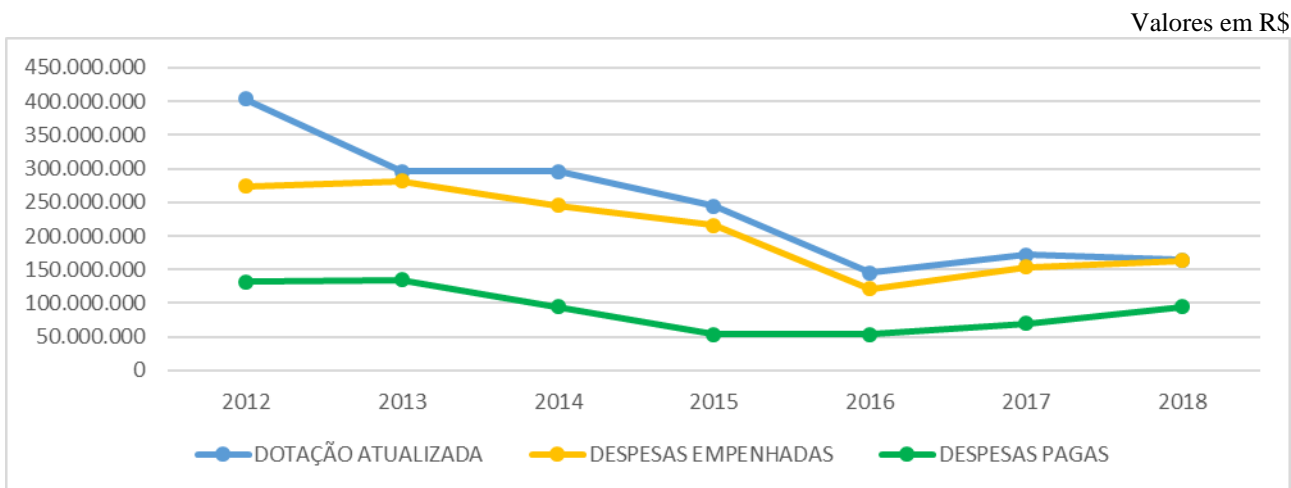
**Quadro 11 - Orçamento exercício 2016 - Ações 20VB e 20VC (INPE)**

INPE	2016 (20VB+20VC)
LOA INICIAL	43.521.454,0
LOA ATUALIZADA	45.358.454,0
EMPENHADO	40.454.374,7

Fonte: Tesouro Gerencial.

OBS: 20VB – Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para o setor espacial e 20VC – Desenvolvimento, lançamento e operação de satélites, com a infraestrutura associada.

**Gráfico 8 - Evolução da Execução da AEB**



Fonte: SIOP BI, adaptado AEB

Segundo o Ministério da Fazenda Argentino, a Agência Espacial Argentina (CONAE) teve um orçamento de US\$ 180 milhões, contra os US\$ 38,2 milhões da AEB para o mesmo período, valor

este equivalente ao total investido pela Austrália, que criou sua própria Agência Espacial apenas em julho de 2018.

Essa visão é corroborada pelo TCU, conforme voto do Ministro Marcos Bemquerer Costa, relatado no processo nº TC 016.582/2016-0:

O Brasil, em nível de investimentos no setor, está aquém de diversos outros países, como, por exemplo, Rússia, Índia e China, conforme identificado no Levantamento. Dentre as consequências do baixo nível de investimento, a unidade técnica relacionou a incapacidade de o setor espacial nacional manter um parque industrial sólido e competitivo e de se inserir na “economia do espaço.

Os sucessivos contingenciamentos orçamentários e financeiros, verificados ao longo de vários anos, continuam prejudicando a execução do programa. Há necessidade também de recomposição dos quadros de especialistas, não só na AEB, como também nas principais instituições de pesquisas espaciais no país (INPE/MCTIC e DCTA/MD).

Para tanto, em 2018 foi registrado um pedido da AEB ao então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para provimento de mais 104 novas vagas, aliado a um pedido para contratação de temporários e a busca de servidores anistiados do governo federal que tivessem interesse de lotação na AEB, a fim de contribuir com a estruturação administrativa da Instituição.

Ainda quanto à perda de importância do setor espacial, o Voto do Relator no processo n. TC n. 016.582/2016-0, conclui:

“29. Concordo, portanto, que o programa espacial brasileiro requer o **aperfeiçoamento do modelo do sistema e o fortalecimento do papel do seu principal órgão superior de coordenação. ...**”

Permanece necessária a revisão do marco legal para o setor, em especial a legislação que trata de licitações e contratos governamentais, que não é a mais adequada para a contratação de projetos que envolvam desenvolvimentos tecnológicos e os riscos a eles associados.

A utilização de encomendas tecnológicas, conforme permissão da Lei de Inovação, Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004, mais adequada à realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento, que envolvem altos investimentos sem garantia de retorno imediato, foi constantemente desaconselhada por pareceres jurídicos, tendo em vista os altos riscos envolvidos.

Os casos de pareceres jurídicos que impõem imensas dificuldades para a execução dos projetos de pesquisa e desenvolvimento são recorrentes, bem como dos projetos de construção dos sistemas espaciais nacionais, sem a exata compreensão dos riscos envolvidos na compra de serviços e produtos que envolvam o desenvolvimento e a pesquisa de materiais e técnicas nunca antes testadas no país.

Tais amarras legais trazem uma inconstância na demanda por ativos espaciais, o que representa uma característica de crises cíclicas na indústria espacial brasileira, que tem levado empresas desta área a encerrarem suas atividades no setor.

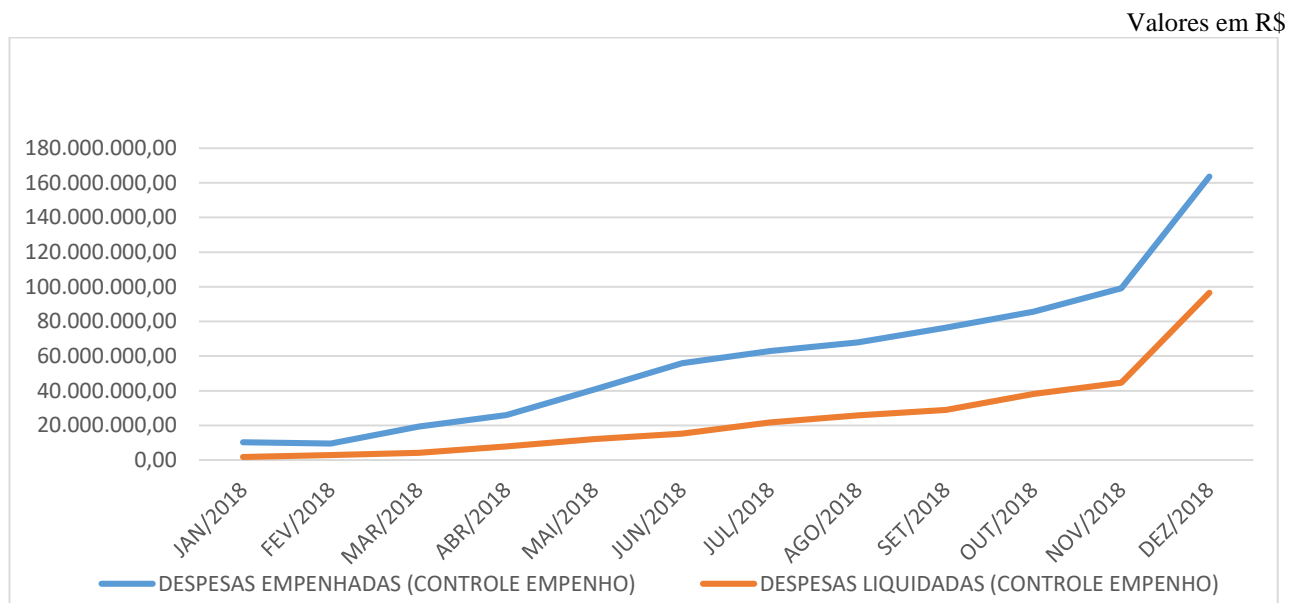
Contudo, para os setores de execução orçamentária com recursos da AEB, o ano foi marcado por uma regularidade da execução orçamentária, com a inexistência de contingenciamentos de créditos disponíveis pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e decisões de gestão tomadas pelo órgão superior, o MCTIC, muito relacionada ao já baixo orçamento concedido.

Tendo em vista a regularidade de recursos ao longo dos meses, não houve prejuízo ao planejamento, decorrente dessas decisões, como ocorrido no exercício anterior, o que não significa que todas as ações necessárias foram realizadas. Todavia uma organização de prioridades foi

necessária devido ao baixo orçamento. A AEB priorizou as atividades nos Centros de Lançamento, o desenvolvimento do VLM-I, a conclusão dos Satélites CBERS-4A e Amazonia-I e, por fim, a contratação do lançamento do satélite Amazonia-I, com a empresa ganhadora do certame, SpaceFlight.

Abaixo, apresenta-se a execução orçamentária em 2018. Entretanto, cabe ressaltar que a composição do orçamento da AEB é bastante *sui generis*, quando comparada aos demais órgãos de governo. A Agência possui 58,6% do seu orçamento compostos de recursos de capital, com projetos de grande monta, como a contratação de lançamento do satélite Amazonia-I e que tem o processo licitatório mais complexo e individualizado, encerrando-se apenas nos últimos meses do ano, o que explica a execução atípica para o mês de dezembro em específico.

**Gráfico 9 – Execução AEB - Exercício 2018**



Fonte: Tesouro Gerencial

Gastos de custeio, por outro lado, são normalmente apoiados em contratos continuados, com licitações mais gerais e que têm execução mais contínua a linear.

### Principais desafios e ações futuras

O principal desafio a ser superado pela AEB é a melhoria da gestão orçamentária e financeira. Nesse sentido, destaca-se o objetivo estratégico “Aprimorar o processo de gestão orçamentária”. Dentre as ações já realizadas, tem-se a elaboração e publicação da Portaria AEB nº 254/2018, que estabelece procedimentos para transferência de recursos da Agência, por meio da celebração de TED com demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF). Essa norma padroniza o processo, bem como deverá trazer benefícios para os mecanismos de monitoramento, controle e transparência dos recursos descentralizados pelos TEDs e, conseqüentemente, aplicações mais assertivas dos recursos para a execução da política espacial.

Além disso, encontra-se em desenvolvimento um sistema informatizado de celebração e acompanhamento dos TEDs, que está em construção pelo MCTIC e contou com a participação de equipe da AEB. O SIGTED, Sistema de Gestão de Termos de Execução Descentralizada, permitirá a automação do processo de gestão dos TEDs no âmbito desse Ministério. Dentre os resultados, destaca-se a publicação da Portaria MCTIC nº 4.350, de 24 de agosto de 2018, instituindo o sistema.

Adicionalmente, ainda em 2018, foi desenvolvido Sistema Informatizado de Gestão Orçamentária e Financeira na AEB, chamado “Copérnico”, cujo objetivo é acompanhar a execução orçamentária e financeira da Agência a partir de relatório gerenciais.

## 5.2.2. Gestão de Pessoas

### a) Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a Lei 8.112/90 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a AEB observa o conjunto de regras e diretrizes referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

### b) Avaliação da força de trabalho

O quadro de pessoal da AEB é formado por servidores efetivos das carreiras de Ciência e Tecnologia, conforme o disposto na Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, sendo distribuídos em servidores de carreira vinculada ao órgão, servidores em exercício descentralizado, servidores em exercício provisório, requisitados de outros órgãos ou esferas, membros de poder ou agentes políticos, e também servidores sem vínculo com a Administração Pública. Ressalta-se que não há servidores em regime de contrato temporário, conforme previsto na Lei n.º 8.745/93.

**Gráfico 10 - Tipo de vínculo de servidores**



Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (CRH)/AEB

O quadro a seguir demonstra a composição da força de trabalho da UPC, bem como os ingressos e egressos no exercício de 2018.

**Quadro 12 - Força de Trabalho da AEB**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	255	85	05	06
1.1. Membros de poder e agentes políticos	01	01	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	254	84	05	06
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	254	67	02	02
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	06	01	01
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	00	02	02	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	00	09	00	03
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	00	00	00	00
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	00	29	02	03
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	255	114	07	09

Fonte: SIAPE e Divisão de Pessoal (DIPES) / Coordenação de Recursos Humanos (CRH)

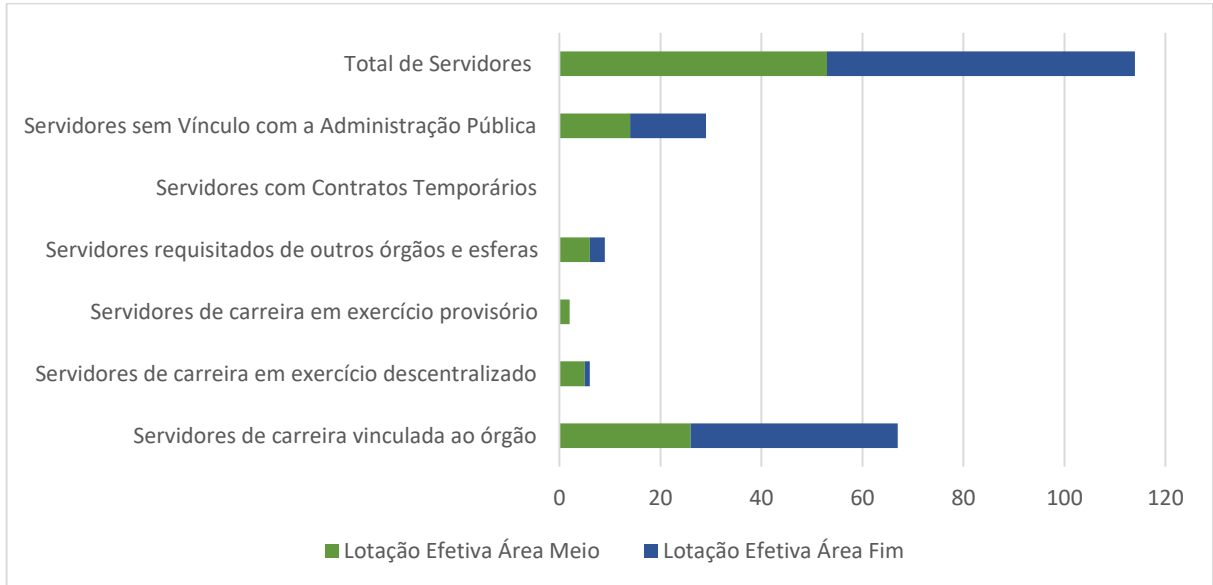
Nota-se uma queda no número total de servidores do ano anterior, de 116 servidores para o ano de 2018, perfazendo um total de 114 servidores. Este decréscimo se deve ao egresso de 1 (um) servidor ativo e de 1 (um) servidor sem vínculo com a Administração Pública.



### Distribuição da Força de Trabalho

Segue abaixo a composição da força de trabalho por situação funcional, distribuída por unidade de exercício:

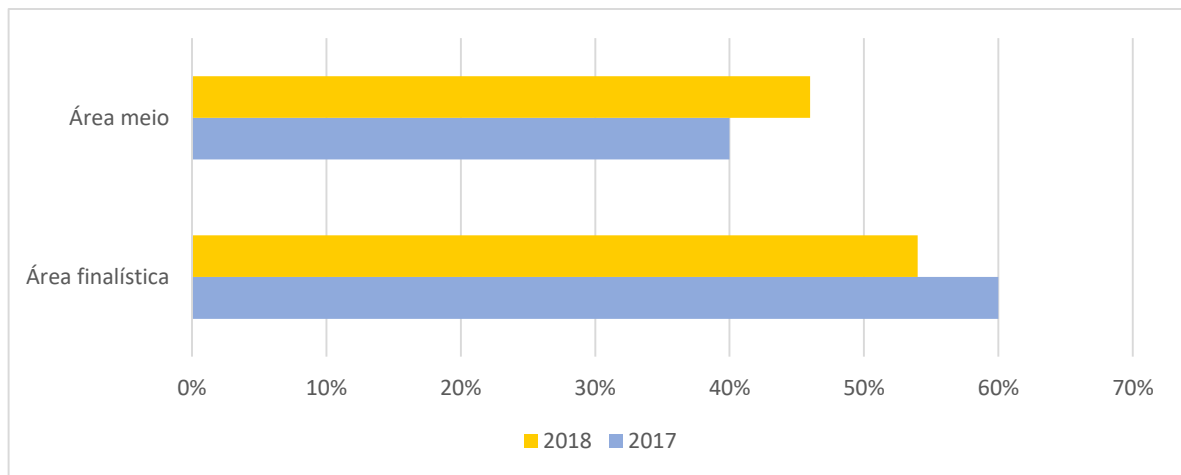
**Gráfico 11 - Distribuição da lotação efetiva na AEB – Áreas Meio e Fim**



Fonte: SIAPE e Divisão de Pessoal (DIPES) / Coordenação de Recursos Humanos (CRH)

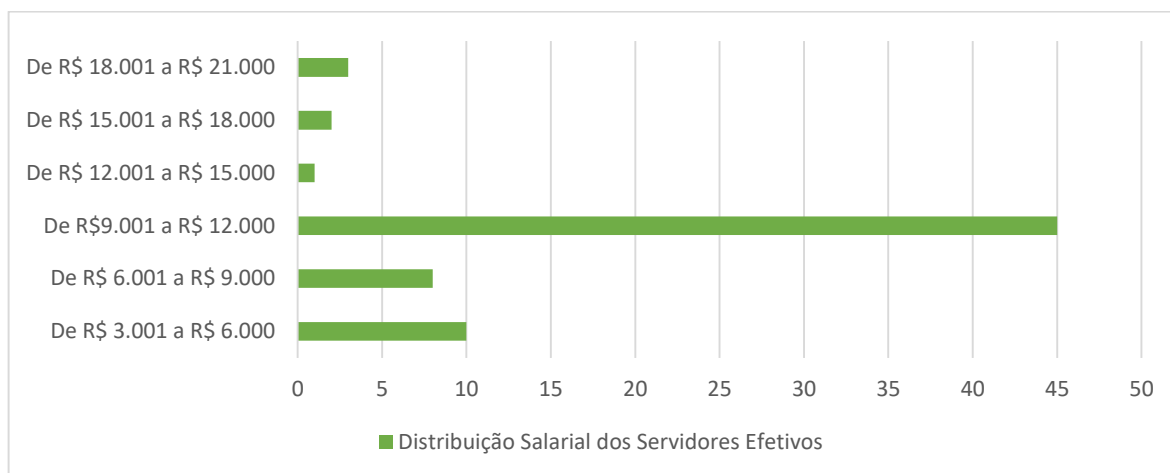
Ao confrontarmos os dados acima elencados (de 2018) com os números expressos no exercício de 2017, pode-se observar um incremento no número total de servidores que dão suporte técnico-administrativo à realização das atividades finalísticas da AEB, que passou de 51 para 53, e o decréscimo do número de servidores efetivos direcionados aos macroprocessos finalísticos desta Agência, que caiu de 64 para 61.

**Gráfico 12 – Evolução do Quantitativo de servidores: área meio e área finalística**

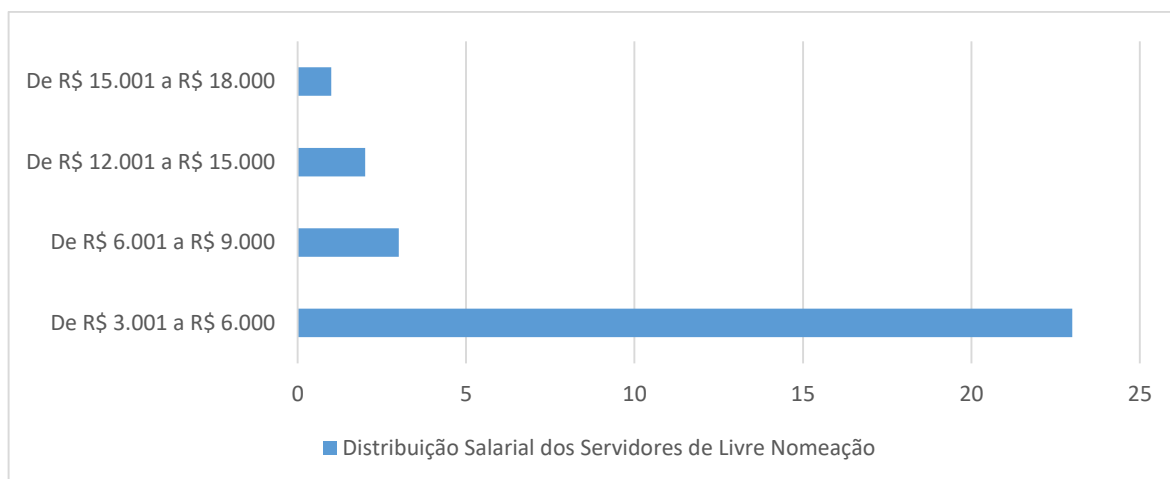


Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (CRH)/AEB

Os gráficos a seguir apresentam a distribuição salarial de servidores efetivos e de livre nomeação, tem-se:

**Gráfico 13 - Distribuição salarial servidores efetivos**

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (CRH)/AEB

**Gráfico 14 - Distribuição salarial dos servidores de livre nomeação**

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (CRH)/AEB

### Contratação de Estagiários

Em 2018, a Agência disponibilizou 56 (cinquenta e seis) vagas para estágio, o mesmo quantitativo dos exercícios anteriores (2017 e 2016), com a seguinte distribuição por área: 37 (trinta e sete) para nível superior e 19 (dezenove) para nível médio.

As vagas foram assim preenchidas: 10 (dez) vagas para o nível superior, sendo 09 (nove) estagiários alocados na área fim e 03 (três) estagiários na área meio, e preenchidas 02 (duas) vagas de nível médio, alocadas na área meio. Estas contratações resultaram num gasto de R\$ 5.780,00 (cinco mil, setecentos e oitenta reais), sendo R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) para os estagiários de nível superior, e R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais) para os de nível médio.

Todas as contratações de estagiários tiveram como principal objetivo integrar os jovens ao sistema corporativo, bem como dar oportunidade de participarem de atividades voltadas às suas áreas de atuação, participando de projetos científicos, dentre outras atividades inerentes à AEB.

### Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos da AEB

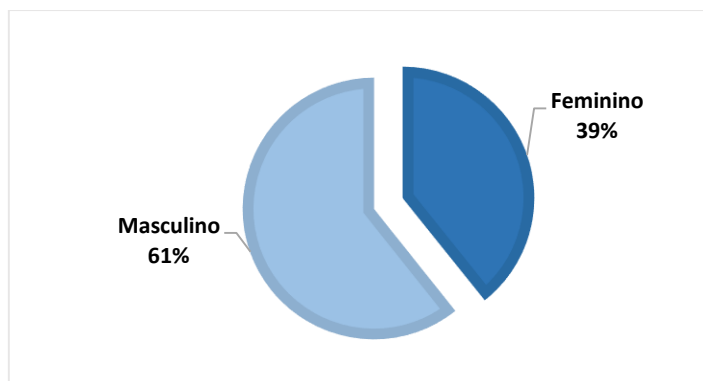
Em 2018, a AEB dispôs de 44 (quarenta e quatro) profissionais terceirizados que prestam serviços de auxílio administrativo e de copeiragem. As despesas realizadas no exercício de 2018 foram de, aproximadamente, R\$ 2,7 milhões. As atividades acessórias e passíveis de terceirização

propiciaram maior efetividade no desempenho das atividades finalísticas realizadas pelos servidores dessa Agência.

A Agência não contrata diretamente serviços de limpeza, segurança ou brigadistas – esses serviços são contratados pelo Órgão gestor do complexo SPO e rateados no condomínio. Ressalta-se que o serviço de transporte é realizado via contrato com a empresa ABC Transportes e Terceirização de mão de obra LTDA (CNPJ: 11.369.330/001-75). O contrato inclui os serviços de motoristas – que estão descritos no item Gestão Patrimonial e Infraestrutura.

Do total da força de trabalho, tem-se a seguinte distribuição em relação a gênero:

**Gráfico 15 - Distribuição dos servidores da AEB por gênero**



Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (CRH)/AEB

Com a realização, em 2014, do 1º Concurso Público da AEB, foram nomeados 4 (quatro) servidores com PCD (Pessoas com deficiência), assim distribuídos: 1 assistente em C&T, 1 tecnologista e 2 analistas em C&T. Esses números permanecem inalterados desde a nomeação dos servidores em 2016, pois, até momento, não foi realizado novo concurso e nem vacâncias dos cargos.

Quanto à distribuição dos servidores e estagiários por etnia, tem-se:

**Quadro 13 - Distribuição de servidores e estagiários por etnia**

Etnia	Servidores	Estagiários
Não informado	57	27
Negra	4	-
Parda	28	-
Amarela	1	-
Branca	27	-

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (CRH)/AEB

Ressalte-se que, segundo a Lei nº 12.990/2014, a identificação de etnia é feita por indivíduos que se autodeclararem pretos ou pardos.

### c) Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1998, na Lei nº 8.112/1990 e no Decreto nº 6.944/2009.

Até o segundo bimestre de 2016, a força de trabalho da AEB era constituída em sua maioria por servidores requisitados de outros órgãos e nomeados em cargos em comissão. A partir de junho daquele ano, com a chegada dos primeiros servidores efetivos, houve um reforço de servidores para a Agência, o que permitiu uma melhor alocação funcional visando atender às reais necessidades de cada unidade interna da UPC.

A alocação dos servidores obedeceu a distribuição definida pela Estrutura Regimental do Decreto nº 8.868, de 4 de outubro de 2016, e conforme os cargos pré-determinados pelo Edital do

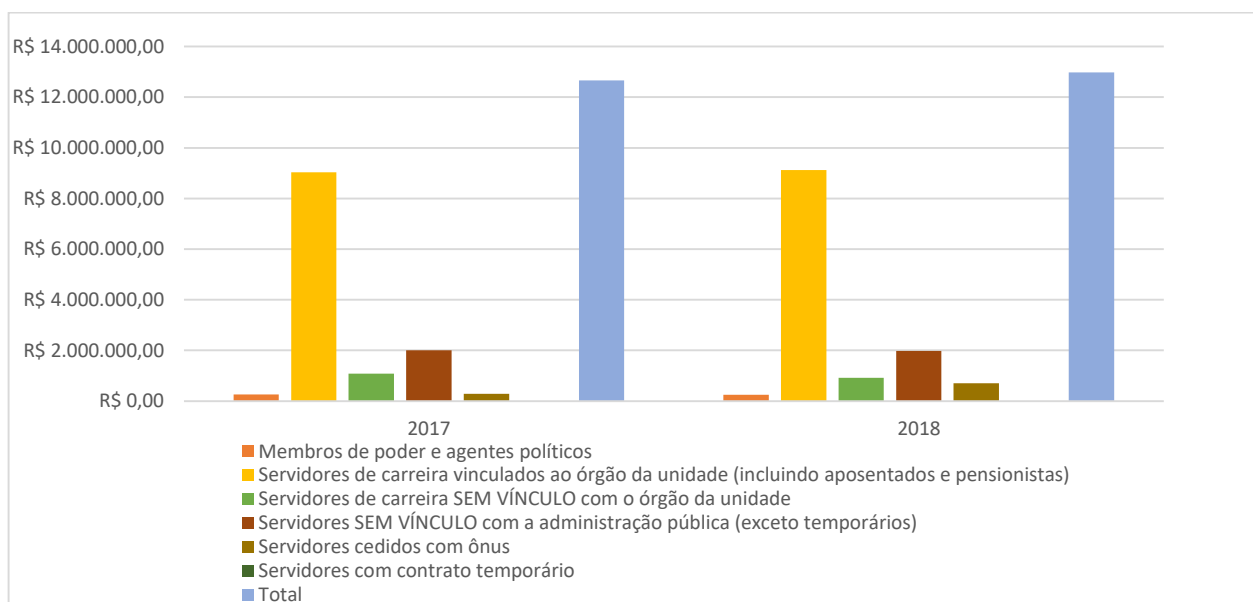
concurso público realizado. Com o objetivo de cumprir a missão institucional, deu-se prioridade ao atendimento das solicitações de servidores para as áreas finalísticas, enquanto que as áreas administrativas foram parcialmente contempladas.

Posteriormente, no ano de 2018, com a saída de alguns servidores desta Agência em razão de aprovação em outros certames – conforme apontado pela tabela de “Força de trabalho da AEB”, fez-se necessário o ingresso de 1 (um) servidor em exercício descentralizado e 2 (dois) servidores de carreira em exercício provisório nas áreas administrativas, visando a sanar a falta de força de trabalho ocasionada pelos egressos ocorridos no exercício, tendo em vista que não há previsão de novo concurso público.

#### d) Detalhamento da Despesa de Pessoal

Em 2018, a AEB teve um gasto de R\$12.982.056,51 na área de pessoal e, em 2017, R\$ 12.656.409,39, ou seja, um crescimento de cerca de 3%. O gráfico a seguir apresenta os dispêndios com pessoal, encargos sociais e benefícios nos exercícios de 2017 e 2018 por tipo de despesa.

**Gráfico 16 - Evolução das despesas com pessoal**



Fonte: SIAPE e SIAFI

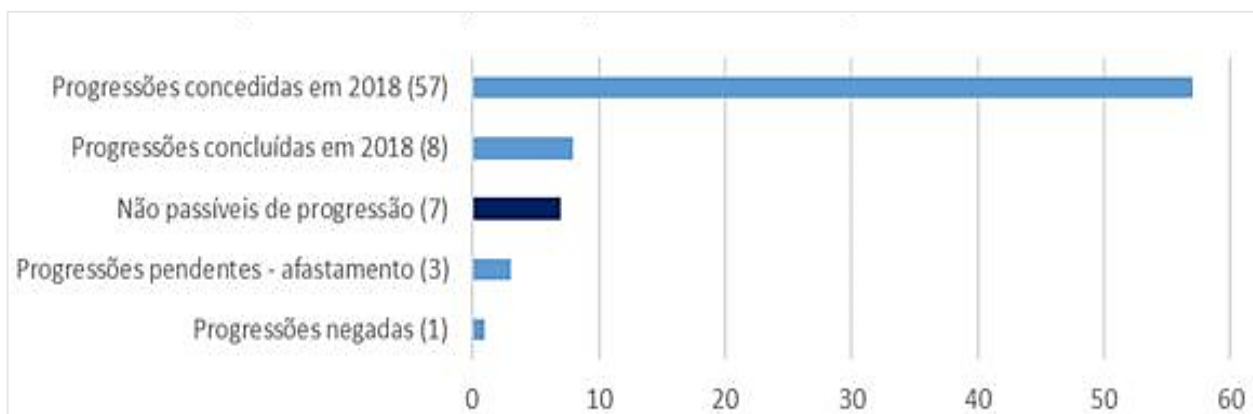
#### e) Avaliação de Desempenho

O desempenho dos 114 (cento e quatorze) servidores é anualmente aferido por meio de processo de Avaliação de Desempenho que utiliza as metas de desempenho institucional definidas para cada Ciclo Avaliativo. A referida avaliação impacta diretamente na Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT) e, conseqüentemente, em sua remuneração. Ressalte-se que há casos onde o servidor participa do processo avaliativo, mas não recebe a referida gratificação, por se tratar de servidor sem vínculo com a Administração Pública.

#### Progressão Funcional

Mensalmente, é realizada a verificação – conforme a data de início de exercício de cada servidor – para a realização do processo de progressão/promoção funcional. Este processo tem sido realizado para todos os servidores ativos – 67 (sessenta) servidores, excluídos os 7 (sete) servidores que já se encontram no topo de seus cargos. No exercício de 2018, 8 (oito) servidores já atingiram o topo do seu cargo na carreira, assim, não serão mais submetidos à avaliação de desempenho para fins de progressão funcional em 2019.



**Gráfico 17 - Avaliação de desempenho para fins de progressão funcional**

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (CRH)/AEB

### Estágio Probatório

A partir de junho de 2019, os primeiros servidores que entraram em exercício na AEB, em razão do primeiro certame desta, concluirão o estágio probatório, adquirindo estabilidade e passando a fazer jus a uma série de benefícios, como a Licença para Tratar de Interesses Particulares, Licença à Capacitação, entre outros.

### Tabela de Remuneração

A Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, que dispõe sobre o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais, é o normativo que estrutura a carreira da AEB.

O quadro a seguir apresenta a remuneração dos servidores efetivos da Agência com base na Lei nº 13.324/2016.

**Quadro 14 - Remuneração de servidores nas carreiras de Ciência e Tecnologia –  
Tecnologistas e Analista em C&T - Lei nº 13.324/2016**

Classe	Padrão	Desenvolvimento Tecnológico Código 406.002	Classe	Padrão	Gestão, Planejamento Infra-Estrutura em C&T Código 407.001	Vecimento	Aperfeiçoamento especialização	Mestrado	Doutorado	GDACT Atual	Pontos
H	III	Tecnologista Sênior III	H	III	Analista em C&T Sênior III	8.539,42	1.662,73	3.232,41	6.966,95	2.463,00	24,63
	II	Tecnologista Sênior II		II	Analista em C&T Sênior II	8.232,44	1.599,59	3.113,89	6.706,79	2.404,00	24,04
	I	Tecnologista Sênior I		I	Analista em C&T Sênior I	7.937,44	1.540,88	2.996,46	6.460,95	2.345,00	23,45
I	III	Tecnologista Pleno 3-III	I	III	Analista em C&T Pleno 3-III	7.518,80	1.458,91	2.834,73	6.108,91	2.259,00	22,59
	II	Tecnologista Pleno 3-II		II	Analista em C&T Pleno 3-II	7.249,30	1.401,30	2.729,50	5.879,78	2.204,00	22,04
	I	Tecnologista Pleno 3-I		I	Analista em C&T Pleno 3-I	6.988,66	1.350,35	2.627,58	5.662,59	2.151,00	21,51
J	III	Tecnologista Pleno 2-III	J	III	Analista em C&T Pleno 2-III	6.621,23	1.277,24	2.484,68	5.353,50	2.073,00	20,73
	II	Tecnologista Pleno 2-II		II	Analista em C&T Pleno 2-II	6.384,83	1.230,71	2.393,85	5.156,59	2.023,00	20,23
	I	Tecnologista Pleno 2-I		I	Analista em C&T Pleno 2-I	6.156,23	1.184,18	2.305,23	4.965,66	1.974,00	19,74
K	III	Tecnologista Pleno 1-III	K	III	Analista em C&T Pleno 1-III	5.832,99	1.121,04	2.178,94	4.693,56	1.902,00	19,02
	II	Tecnologista Pleno 1-II		II	Analista em C&T Pleno 1-II	5.626,18	1.081,16	2.099,19	4.522,91	1.855,00	18,55
	I	Tecnologista Pleno 1-I		I	Analista em C&T Pleno 1-I	5.425,29	1.037,96	2.021,64	4.354,64	1.811,00	18,11
L	III	Tecnologista Junior III	L	III	Analista em C&T Junior III	5.140,64	982,57	1.910,87	4.118,35	1.747,00	17,47
	II	Tecnologista Junior II		II	Analista em C&T Junior II	4.958,18	946,02	1.841,08	3.966,80	1.704,00	17,04
	I	Tecnologista Junior I		I	Analista em C&T Junior I	4.781,17	910,57	1.773,51	3.817,62	1.664,00	16,64

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (CRH)/AEB

### Quadro 15 - Remuneração de servidores nas carreiras de Ciência e Tecnologia – Assistente em C&T - Lei nº 13.324/2016

Classe	Padrão	Gestão, Planejamento Infra-Estrutura em C&T Código 407.002	Vecimento	Aperfeiçoamento Gratificação de Qualificação GQ-I	Mestrado GQ - II	Doutorado GQ - III	GDACT Atual	Pontos
R	III	Assistente em C&T 3-III	4.279,39	833,03	1.619,53	3.240,17	1.234,00	12,34
	II	Assistente em C&T 3-II	4.135,16	803,12	1.564,14	3.126,07	1.207,00	12,07
	I	Assistente em C&T 3-I	3.996,17	775,43	1.508,76	3.018,62	1.181,00	11,81
S	VI	Assistente em C&T 2-VI	3.866,60	749,95	1.457,80	2.915,60	1.162,00	11,62
	V	Assistente em C&T 2-V	3.735,78	722,25	1.406,84	2.812,58	1.137,00	11,37
	IV	Assistente em C&T 2-IV	3.608,20	696,77	1.356,99	2.712,88	1.110,00	11,1
	III	Assistente em C&T 2-III	3.490,34	673,51	1.309,36	2.619,83	1.092,00	10,92
	II	Assistente em C&T 2-II	3.370,93	650,25	1.263,94	2.526,78	1.068,00	10,68
	I	Assistente em C&T 2-I	3.254,44	625,88	1.218,53	2.435,94	1.044,00	10,44
	T	VI	Assistente em C&T 1-VI	3.146,73	604,83	1.175,32	2.350,65	1.026,00
V		Assistente em C&T 1-V	3.037,86	583,78	1.133,23	2.266,46	1.003,00	10,03
IV		Assistente em C&T 1-IV	2.931,20	560,52	1.092,24	2.183,38	978,00	9,78
III		Assistente em C&T 1-III	2.831,60	541,69	1.052,36	2.105,83	962,00	9,62
II		Assistente em C&T 1-II	2.731,30	521,75	1.014,70	2.028,29	938,00	9,38
I		Assistente em C&T 1-I	2.632,87	500,70	975,93	1.951,86	915,00	9,15

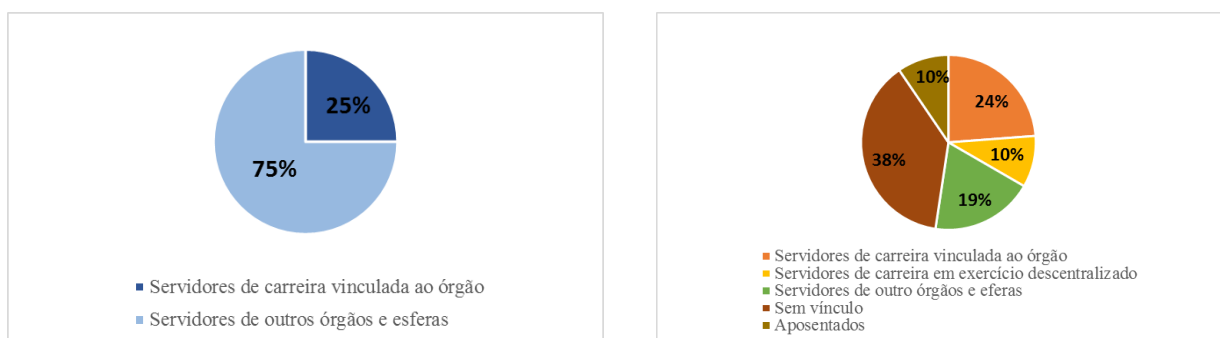
Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (CRH)/AEB

#### Cargos Gerenciais Ocupados por Servidores Efetivos

A AEB tem, dentro seus cargos em comissão, um cargo de Natureza Especial ocupado pelo presidente da Agência. Do total autorizado para a Agência, 77 cargos, 68 estão preenchidos, sendo 64 cargos em comissão e 4 funções gratificadas.

Os gráficos a seguir apresentam as distribuições de cargos por Função Gratificada e por Grupo de Direção e Assessoramento Superior.

#### Gráfico 18 - Percentual de servidores com Funções Gratificadas e por Grupo de Direção e Assessoramento Superior



Fonte: Divisão de Pessoal (DIPES)/Coordenação de Recursos Humanos (CRH)

A Lei nº 13.328/2016 define os valores dos vencimentos de Natureza Especial (NE), ocupada pelo Presidente da AEB; Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e Função Gratificada (FG). O quadro a seguir apresenta essas informações.

#### Quadro 16 – Vencimentos: Natureza Especial, DAS e FG

NATUREZA ESPECIAL (NE)		
NÍVEL	VENCIMENTO	OPÇÃO
NE	17.327,65	
GRUPO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR (DAS)		
GRUPO	VENCIMENTO	OPÇÃO DAS
101.6 e 102.6	16.944,90	10.166,94

101.5 e 102.5	13.623,39	8.174,03
101.4 e 102.4	10.373,30	6.223,98
101.3 e 102.3	5.685,55	3.411,33
101.2 e 102.2	3.440,75	2.064,45
101.1 e 102.1	2.701,46	1.620,87
FUNÇÃO GRATIFICADA (FG)		
NÍVEL	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO
FG-1	175,83	291,87
FG-2	135,26	224,54
FG-3	104,03	172,70

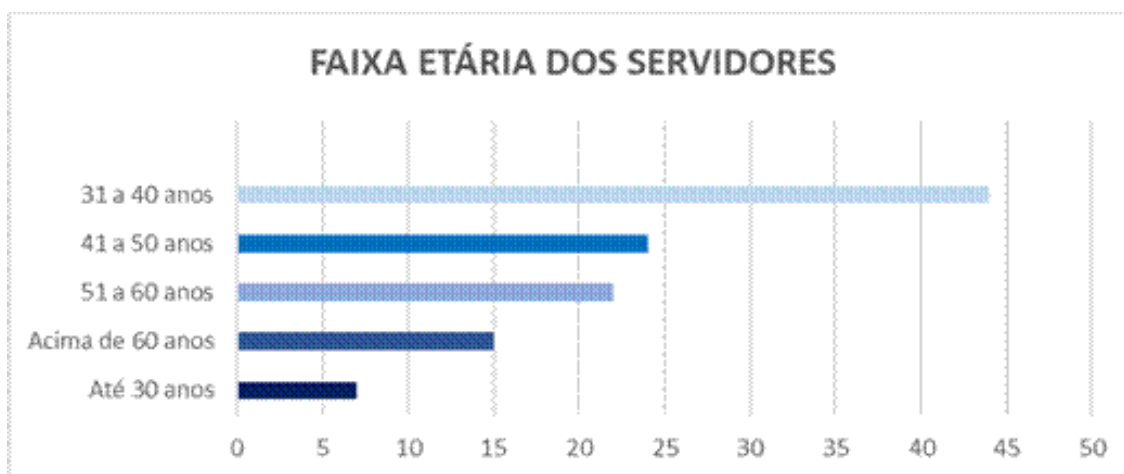
Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (CRH)/AEB

### Valor agregado dos recursos humanos e meritocracia

Dada a natureza da atividade finalística da AEB e as especificidades exigidas no concurso público para a titulação dos candidatos, os servidores em exercício nesta Agência concentram-se nos mais altos graus de escolaridade, sendo que cerca de 43% de sua totalidade são especialistas, mestres e doutores, 41% graduados nas mais diversas áreas, restando apenas 16% de servidores formados em cursos de qualificação ou que possuam formação até 1º e 2º graus completos.

O perfil etário atual da Agência, conforme [painel.pep.planejamento.gov.br](http://painel.pep.planejamento.gov.br), consiste no seguinte:

**Gráfico 19 - Faixa etária dos servidores da AEB**



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal: [painel.pep.planejamento.gov.br](http://painel.pep.planejamento.gov.br)

Ressalte-se que devido ao ingresso relativamente recente de servidores em razão do concurso público, a maioria dos ativos permanentes encontram-se nas primeiras faixas etárias, sendo que os servidores sem vínculo se concentram nas faixas etárias mais altas. Assim, infere-se que apenas 33% de nossos servidores estejam próximos do evento da aposentadoria (considerando-se a faixa etária acima de 50 anos), lembrando que a maioria dos servidores, incluídos neste cômputo, são os nomeados para cargo em comissão, sem vínculo com a Administração Pública, não sendo considerado - este percentual - um fator de risco para o quadro.

### f) Capacitação

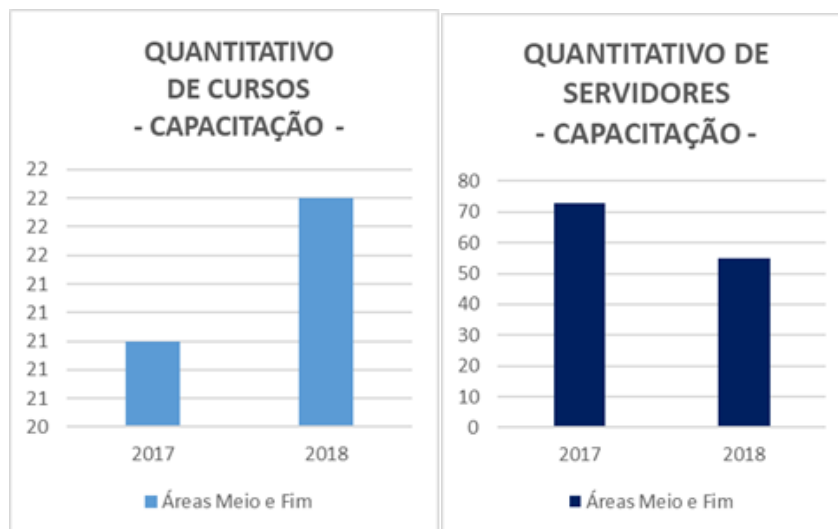
Anualmente é realizado o Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC), onde cada unidade da AEB elenca as necessidades de capacitação de sua área/servidores. Esse levantamento serve de base para o Plano Anual de Capacitação que é publicado antes de cada exercício.

Em 2018 foram capacitados 55 (cinquenta e cinco) servidores, tanto da área meio como da área finalística, sendo que 22 (vinte e dois) cursos/eventos foram contratados para a capacitação e treinamento. As demais ações foram realizadas pelas escolas de governo ENAP, ESAF e Escola da

AGU. O investimento total foi de R\$ 172.242,93 (cento e setenta e dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e noventa e três centavos).

Considerando os mesmos números para 2017, 73 (setenta e três) servidores capacitados, sendo 21 (vinte e um) cursos/eventos contratados, ou seja, uma redução de cerca de 30%. Entretanto, os gastos perfizeram R\$ 211.944,43, uma redução de R\$ 39.718,00.

**Gráfico 20 - Quantitativos de cursos e servidores em ações de capacitação**



Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (CRH)/AEB

**Gráfico 21 - Investimentos em capacitação na AEB**



Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (CRH)/AEB

### g) Problemas e desafios enfrentados na gestão de riscos relacionados ao pessoal

Visando a atender ao Acórdão TCU nº 2.941/2017, que determinou a formalização do Planejamento Estratégico da AEB e a reformulação de sua cesta de indicadores, foi encaminhado à Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União, em 28 de março de 2018, o Ofício nº 042, no qual ficaram demonstradas as etapas de planejamento da Agência conforme as recomendações do TCU.

Em julho de 2018, foi consolidado o 1º Ciclo Estratégico da Agência Espacial Brasileira (2017 a 2019) disponível no seguinte endereço: [www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/Plano-Estrategico-v3111.pdf](http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/Plano-Estrategico-v3111.pdf).

Também, visando a atender a um dos itens do Acórdão TCU nº 2.941/2017, foi publicada, no Boletim Interno Suplementar nº 11/2018, a Norma Operacional nº 1, de 30 de outubro de 2018



(Boletim Interno Suplementar nº 11/2018), que estabelece diretrizes e define competências para a formulação, implantação e coordenação do processo de planejamento estratégico institucional no âmbito da AEB. O monitoramento das ações/projetos/atividades relativos aos indicadores abarcados pelo 1º Ciclo Estratégico tem sido realizado pela equipe responsável e por todas diretorias.

Em dezembro de 2018, foi realizada a 1ª Reunião de Avaliação da Estratégia (1ª RAE), na qual foram apresentados os resultados alcançados pelos objetivos estratégicos das unidades da AEB, bem como para a proposição de ações e/ou ajustes nos indicadores de desempenho. O indicador aprovado pela alta gestão, para a área de Gestão de Pessoas, foi o de Qualidade de Vida no Trabalho - relativo às ações desenvolvidas por esta Agência e por órgãos parceiros (em exercício no Complexo do Setor Policial Sul) com esta temática.

Essas ações são realizadas pelo grupo de Qualidade de Vida no Trabalho da AEB, designado pela Portaria AEB nº 46, de 29 de março de 2018, e pela equipe de Qualidade de Vida no Trabalho dos órgãos em exercício no Complexo do Setor Policial Sul, e abarcam desde ações de desenvolvimento de pessoas a campanhas e eventos de entrosamento, sustentabilidade, saúde e bem-estar dos servidores. No ano de 2018 foram realizadas 20 ações.

Existe, ainda, uma articulação dos órgãos federais em funcionamento no Complexo Administrativo do Setor Policial Sul (Complexo SPO) para firmarem entre si um Acordo de Cooperação que objetiva, entre outras coisas, ações de Qualidade de Vida no Trabalho e Sustentabilidade no âmbito do Complexo do SPO, além das previstas no âmbito da AEB.

Alguns controles, em função da legislação vigente, já são realizados, tais como avaliações de desempenho, de estágio probatório e para progressão funcional, que objetivam aferir as capacidades, as habilidades e as atitudes dos servidores relacionadas às demandas de suas áreas de lotação, bem como a falta destas. Convergindo para o resultado dessas avaliações, é realizado também um controle de servidores que são capacitados nas diversas áreas temáticas necessárias, controle este que poderá ser cruzado futuramente com as carências auferidas nas avaliações.

Além disso, em 2018, foi realizada a 1ª Pesquisa de Clima e Cultura Organizacional da AEB. O objetivo foi reunir o maior número de informações com respeito aos processos, lideranças e equipes da Agência a fim de propor de uma agenda de ações positivas - direcionadas às áreas responsáveis – com vistas à mitigação de atitudes que comprometem o clima e a cultura da instituição, bem como a prevenção de danos que delas possam advir.

### 5.2.3. Gestão de Licitações e Contratos

No exercício de 2018, a AEB realizou 73 (setenta e três) procedimentos licitatórios, desse total 68 (sessenta e oito) foram concluídos com êxito. Dos processos concluídos, 35 (trinta e cinco) foram realizados por meio de dispensa de licitação e 33 (trinta e três) por inexigibilidade de licitação. A dispensa de licitação não teve concentração de objeto. Já quanto à inexigibilidade, o objeto mais comum foi a realização de cursos de capacitação de servidores em diversos temas e diversas instituições.

Para o funcionamento administrativo do órgão foi realizada a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de atendimento ao usuário e sustentação de ambiente de infraestrutura no valor de R\$ 1.913.251,94 (um milhão, novecentos e treze mil, duzentos e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos). Outro contrato de maior vulto, necessário ao funcionamento administrativo, foi renovado no exercício de 2018 e destina-se à prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo no valor total de R\$ 2.444.445,49 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e noventa e nove centavos). As contratações de menor vulto necessárias ao funcionamento administrativo da unidade incluem a prestação de serviço de motorista e transporte, por ausência de frota própria, e a contratação de serviços de postagem de cartas, com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Quadro 17 - Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2018	%	2017	%	2018	%	2017	%
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>9.118.414</b>	<b>37,30%</b>	<b>8.742.972</b>	<b>38,00%</b>	<b>5.822.320</b>	<b>30,00%</b>	<b>2.942.336</b>	<b>17,28%</b>
a) Convite	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
b) Tomada de Preços	0	0,00%	326.000	3,73%	0	0,00%	0	0,00%
c) Concorrência	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
d) Pregão	9.118.414	100,00%	8.416.972	96,27%	5.822.320	100,00%	2.942.336	100,00%
e) Concurso	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
f) Consulta	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>1.393.165</b>	<b>5,70%</b>	<b>562.867</b>	<b>2,45%</b>	<b>550.318</b>	<b>2,84%</b>	<b>377.105</b>	<b>2,22%</b>
h) Dispensa	1.098.683	78,86%	287.310	51,04%	270.472	49,15%	184.229	48,85%
i) Inexigibilidade	294.483	26,80%	275.557	48,96%	279.846	50,85%	192.876	51,15%
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>15.560</b>	<b>0,06%</b>	<b>8.457</b>	<b>0,04%</b>	<b>15.560</b>	<b>0,08%</b>	<b>8.457</b>	<b>0,05%</b>
j) Suprimento de Fundos	15.560	100,00%	8.457	100,00%	15.560	100,00%	8.457	100,00%
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>13.918.395</b>	<b>56,94%</b>	<b>13.695.535</b>	<b>59,52%</b>	<b>13.020.526</b>	<b>67,09%</b>	<b>13.695.535</b>	<b>80,45%</b>
k) Pagamento em Folha	13.567.041	97,48%	13.501.471	98,58%	12.669.172	97,30%	13.501.471	98,58%
l) Diárias	351.354	2,52%	194.064	1,42%	351.354	2,70%	194.064	1,42%
<b>6. Total das Despesas acima (1+2+3+4+5)</b>	<b>24.445.534</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.009.832</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.408.724</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.023.433</b>	<b>100,00%</b>
<b>7. Total das Despesas da UPC</b>	<b>24.445.534</b>		<b>23.009.832</b>		<b>19.408.724</b>		<b>17.023.433</b>	

Fonte: Tesouro Gerencial

OBS: Não constam no quadro acima as despesas referentes a itens Não se Aplica como: Assistência médica e odontológica, exames periódicos, assistência pré-escolar, auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-moradia e outras despesas empenhadas no SIAFI, pois não foram registradas por meio do SIASG, apenas no SIAFI.

O Objetivo Estratégico que subsidiou a contratação mais relevante da AEB, no exercício de 2018, foi o destinado a “Aprimorar a infraestrutura de TI, de comunicação e segurança”. A aquisição de equipamentos e a obra de engenharia do Data Center observaram o já citado objetivo estratégico que inclui, inclusive a realização de gastos com segurança física da Agência.

Quanto aos contratos relativos à publicidade e à propaganda da UJ, destaca-se o celebrado entre a AEB e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para a prestação de serviços de publicações legais, com valor total estimado em R\$ 16.666,66 (dezesesseis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos); o contrato celebrado com a Imprensa Nacional, para a prestação de serviços de publicações de matérias no Diário Oficial da União, foi renovado no exercício de 2018.

Para o exercício de 2019, o maior desafio na área de contratação diz respeito à reforma do edifício sede da Agência Espacial Brasileira, em Brasília – DF. A obra de engenharia conterà etapas de elaboração do projeto de engenharia, bem como o acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem prestados pela empresa a ser contratada para a realização da obra. Outro desafio para o exercício de 2019 é a disponibilização de sistema integrado de gestão contratual.

#### 5.2.4. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A AEB obedece ao Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018 e à Portaria nº 05/DPOA, de 15 de janeiro de 2009, que regulamentam a utilização de veículos oficiais pela administração pública.

Os serviços de transporte são de grande relevância para a UPC, uma vez que a AEB não dispõe nem de frota própria nem de quadro de servidores motoristas. Assim, a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte é essencial ao funcionamento do Órgão.

A AEB, por não dispor de frota própria de veículos, realizou a contratação de serviços para a utilização de veículos de terceiros nas seguintes quantidades e categorias: Veículos Integrais – 1 (um) automóvel executivo, 2 (dois) automóveis de passeio 1.0 e 1(uma) motocicleta; Veículos destinados a locações eventuais - Micro-ônibus/Van; Ônibus rodoviários e Caminhão de carga.

Quanto à idade média da frota, tem-se: Veículo de passeio e executivo – 2(dois) anos de uso e Motocicleta - 2(dois) anos de uso. O custo de manutenção da frota está incluído no valor do contrato, e a substituição da frota é realizada pela empresa terceirizada (ABC Transportes) a cada 2 (dois) anos.

A gestão do contrato de prestação de serviços é realizada por servidores formalmente designados nas Portaria nº 56, de 4 de abril de 2018, revogada pela Portaria nº 240, de 14 de dezembro de 2018. Os servidores são responsáveis por fiscalizar, liberar e controlar a quilometragem, as requisições de transporte e as saídas dos veículos.

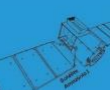
Mesmo com a participação da AEB ao processo licitatório para a disponibilização de serviços de transporte – TaxiGov, não foi possível realizar a contratação. O serviço foi inviabilizado pelo fato da vencedora do certame não ter finalizado a configuração do aplicativo a ser utilizado pelos órgãos participantes da Ata. Por esse motivo, o contrato para a prestação de serviços de transporte continuará a ser executado até a finalização da contratação do TaxiGov .

A AEB não possui patrimônio imobiliário da União em seu nome. Os 2 (dois) imóveis cedidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), situado no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Blocos “A e Q” são de responsabilidade do MCTIC. A UPC, também, não realizou a cessão de espaços físicos ou imóveis para terceiros, públicos ou privados. Além disso, em 2018, a Agência não celebrou contrato de locação de imóveis com terceiros (Órgãos e Entidade Públicas ou privada).

No exercício de 2018, a AEB realizou 2 (duas) contratações de obras e serviços de engenharia relacionadas, indiretamente, às atividades finalísticas da UPC, para a construção do novo refeitório e copa da Agência, cuja execução foi concluída e o valor pago foi R\$ 326.000,00. Por outro lado, não ocorreu mudanças nem desmobilizações relevantes na UJ.

Em 2018, foram realizados 60 processos de desfazimento de ativos referentes a transferências. Os ativos desfeitos foram equipamentos de informática e totalizaram um valor líquido de R\$ 7.097,00. Quanto ao exercício de 2019, prevê-se que o desfazimento de bens seja o maior desafio da AEB.

Os principais investimentos de capital na AEB ocorreram na área de Tecnologia da Informação. O investimento no valor de R\$ 3.074.389,23 (três milhões, setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e nove reais e vinte e três centavos) foi responsável por disponibilizar capacidade de armazenamento e processamento de dados. Assim, o parque tecnológico foi aprimorado e a dependência de tecnologia da informação foi reduzida. O Objetivo Estratégico que subsidiou a contratação foi “Aprimorar a infraestrutura de TI, de comunicação e segurança”.





### 5.2.5. Gestão da Tecnologia da Informação

O Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, cria a estrutura do SISP<sup>2</sup> e estabelece a AEB como um de seus órgãos seccionais, possuindo em suas competências “*cumprir e fazer cumprir, por meio de políticas, diretrizes, normas e projetos seccionais, as políticas, diretrizes e normas emanadas do Órgão Setorial do SISP a que estão vinculados*”.

Com a evolução da governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na administração pública, iniciando-se pela criação da estrutura do SISP, o caráter estratégico da área vem sendo tratado com importância crescente tanto pelos órgãos de controle como pelos instrumentos normativos publicados pelo Órgão Central do SISP. O Guia de Governança de TIC do SISP, em sua versão 2.0, estabelece algumas práticas como principais assuntos e temas relacionados à governança de TIC. No que diz respeito ao alinhamento estratégico da organização (Prática 06), uma condicionante para o alcance da excelência é o posicionamento hierárquico da TIC em nível estratégico:

Tal fato é reforçado pelo Relatório de Auditoria Anual de Contas nº. 201306049 da então Controladoria-Geral da União, ao analisar a prestação de contas da Agência Espacial Brasileira. Uma das constatações da Controladoria é a ausência de Planejamento Estratégico para a área de TIC (PETI), causado, dentre outras razões, pela baixa competência em governança da TI. Por meio do Ofício PRE nº 170, de 23.07.2013, o gestor da AEB se compromete a realizar o Planejamento Estratégico da AEB e, dentro de tal planejamento, prever a elevação de nível hierárquico da área.

Assim, para atender o aparato legal e normativo, e ainda levar em consideração as boas práticas na área, é premente a necessidade de elevação de nível hierárquico da área de TIC dentro da AEB. Também é preciso formalizar sua estrutura, definindo competências e atribuindo funções de acordo com as necessidades da área.

Nos últimos três anos, a organização tem se esforçado para mitigar os problemas apontados no relatório. Iniciou-se pela posse, no final de 2016, dos primeiros servidores do quadro efetivo, oriundos de concurso público. Além disso, em 2017, a área de informática passou a funcionar como uma Coordenação, inserida na DPOA, demonstrando o avanço na tentativa de tornar a gestão da informação um assunto estratégico.

#### Modelo de Governança de TI

No quesito organizacional, a TI é responsabilidade da Coordenação de Planejamento, Modernização e Informática (CPM), por sua vez vinculada à DPOA. O Coordenador é o responsável pela área de TI na AEB, sendo membro do Comitê de TI.

A Portaria nº 280, de 14 de dezembro de 2017, estabelece o Comitê de Tecnologia da Informação da AEB, composto pelo Presidente da Agência, seus Diretores, chefia de Gabinete e responsável pela TI. As competências do comitê são: determinar prioridades dos programas de investimentos em TI em linha com as estratégias e prioridades do negócio; monitorar o estado atual dos projetos e resolver conflitos de recursos; e monitorar níveis de serviço e suas melhorias.

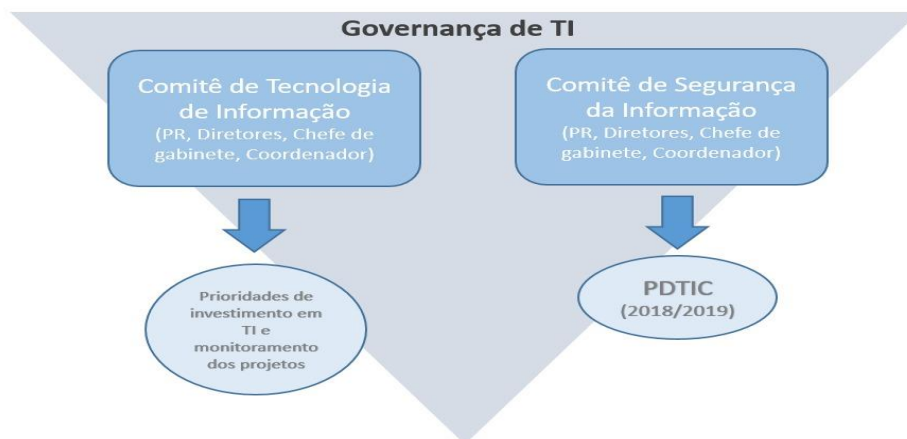
Além das competências primordiais, seus membros também compõem o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC) e possuem importantes atribuições no que tange à elaboração do Plano Diretor da Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) da AEB. Esse Comitê, composto por membros da alta direção, almeja promover o alinhamento das ações estratégicas organizacionais com a área de TI.

Em 2018, foi aprovado o PDTIC 2018-2019 que trouxe importantes melhorias para a Gestão de TIC, como, por exemplo, proposta de indicadores para execução do PDTIC e índice de atendimento das necessidades.

<sup>2</sup> O SISP é um sistema instituído com o objetivo de gerir os recursos de tecnologia da informação da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.



**Figura 12 – Modelo de Governança de TI**

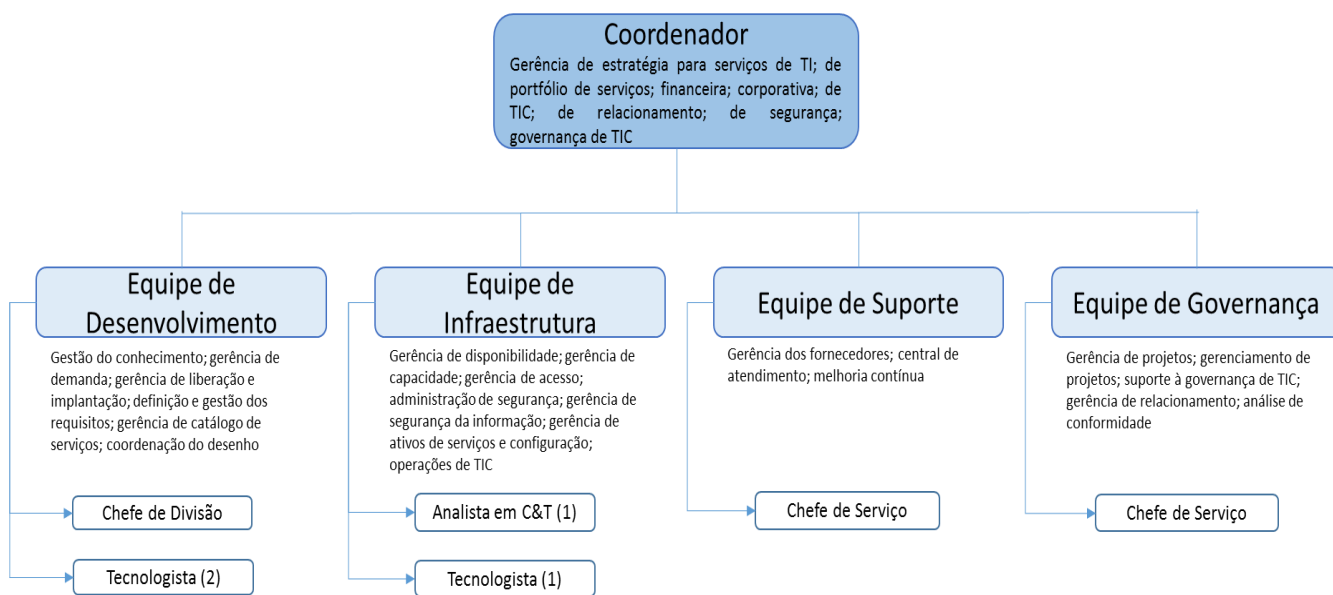


Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA)

**Estrutura da TI**

Com a formalização da área de TIC como uma Coordenação, as atividades inerentes à Gestão foram centralizadas no Coordenador, enquanto as tarefas operacionais ficaram a cargo de equipes. A figura a seguir retrata a atual estrutura de TI na AEB:

**Figura 13 – Organograma e atividades e funções da Unidade da TI na AEB**



Fonte: Divisão de Informática (DINF)

As atividades e funções foram elaboradas conforme os seguintes referenciais, que descrevem em maiores detalhes os processos implementados:

- **ITILv3:** Guia ITIL v3.0 para organizações de TIC
- **COBITv5:** Modelo Corporativo para Governança e Gestão de TIC em organizações
- **GovTICv2.0:** Guia de Governança de TIC para o SISP v2.0

A AEB possui contrato com a empresa CentralIT para execução de serviços de suporte por meio da ferramenta CitSMART. O serviço é fornecido de maneira presencial e/ou remota nas dependências da Agência por meio de ligações nos ramais de atendimento, e-mail, serviço de chat corporativo (Chat AEB) e/ou registro de demandas no portal, que são vinculados à ferramenta de

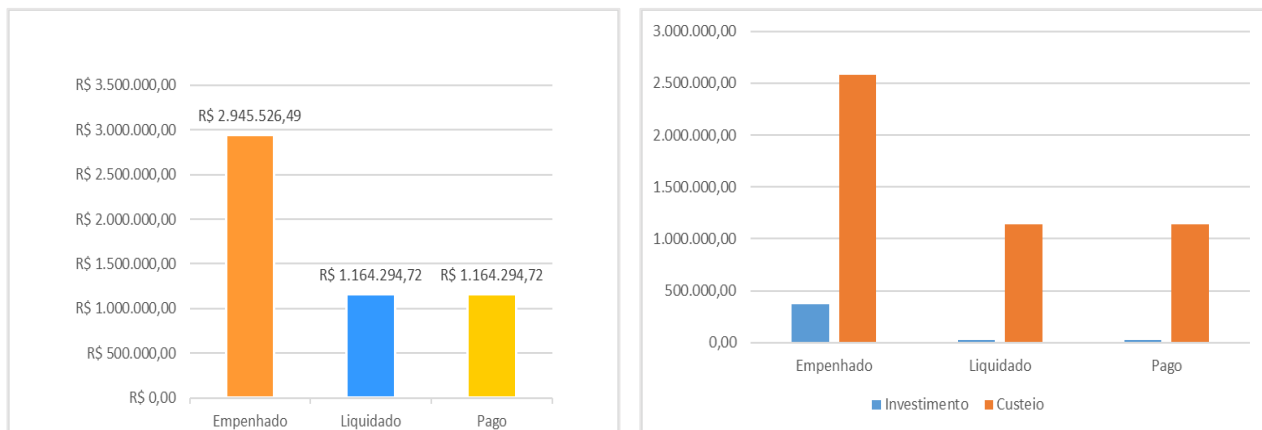
gerenciamento de serviços de TI, com disponibilidade do serviço das 07:30 horas às 19:30 horas de segunda à sexta feira, podendo variar de acordo com as necessidades da AEB.

Os serviços de TIC são de responsabilidade da área de Informática da AEB, sendo que alguns são oferecidos por meio de empresa terceirizada.

### Montante de recursos aplicados em TI

Em 2018, as aquisições mais relevantes estão relacionadas à renovação do parque tecnológico da AEB e novo Centro de Processamento de Dados (CPD).

**Gráfico 22 - Despesas com Tecnologia da Informação**



Fonte: Tesouro Gerencial

### Principais iniciativas na área de TI

O PDTIC da AEB encontra-se em processo de renovação em relação à primeira versão (PDTIC 2018-2019, versão 1.0), adequando-se ao Planejamento Estratégico Institucional realizado no final de 2018. Esse plano encontra-se inserido no contexto do planejamento institucional, abrangendo todas as áreas da AEB, visando a determinar políticas, estratégias e os principais objetivos que nortearão a instituição. O PDTIC está em consonância também com os principais planos governamentais: PNAE 2012-2021; Plano Plurianual (PPA); Estratégia de Governança Digital (EGD); e PNDAE. Esse plano se encontra disponível no sítio da AEB no endereço <http://www.aeb.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/tecnologia-da-informacao/>, no qual estão detalhados os Objetivos Institucionais, os Objetivos Estratégicos de TIC e as Necessidades de TIC.

A seguir são apresentados os principais sistemas de TI desenvolvidos, alinhados aos objetivos de TIC, definidos no PDTIC 2018-2019, ressaltando que a maioria foi realizada por pessoal próprio da Agência.

**Quadro 18 - Principais iniciativas em TI na AEB**

Objetivos estratégicos de TIC(*)	Projeto	Descrição	Resultados
<b>Projetos de Suporte e Governança de TI</b>			
Garantir a segurança da informação e comunicação; Melhorar continuamente a prestação de serviços de TI; Promover a gestão e a governança de TI; Otimizar os ativos, recursos e capacidades de TI; Garantir conformidade com leis e decretos	Elaboração da POSIC 2017-2018	Publicação da POSIC 2017-2018	POSIC Publicada
Promover a gestão e a governança de TI; Melhorar a transparência à sociedade; Promover a integração e a comunicação institucional com o SISP	Elaboração do PDA 2017-2018	Elaboração do Plano de Dados Abertos da AEB para o biênio 2017-2018	PDA aprovado e publicado

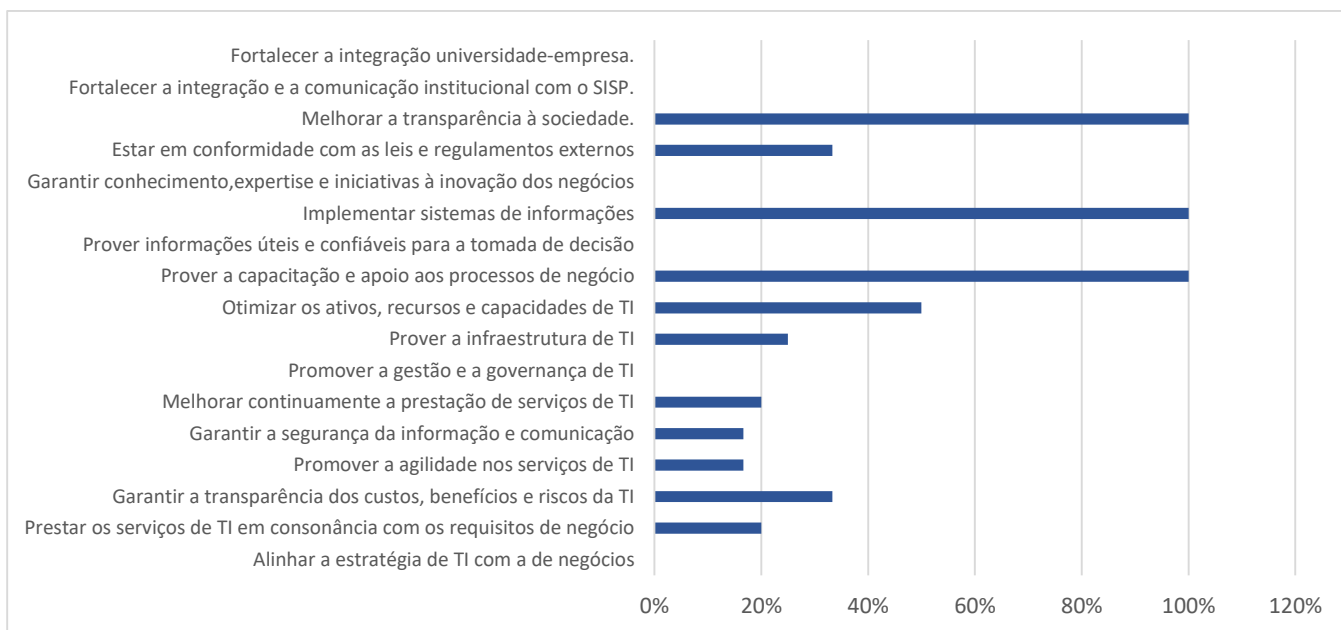
Alinhar a estratégia de TIC com a de negócios; Prestar os serviços de TIC em consonância com os requisitos de negócio; promover a agilidade nos serviços de TI	Mapeamento de Processos de TIC	Mapeamento dos Processos de trabalho para atender às necessidades do Planejamento Estratégico Institucional – PEI	Processo mapeado e entregue à DPOA
Alinhar a estratégia de TIC com a de negócios	Planejamento Estratégico de TIC – PETIC	Início da Elaboração do Planejamento Estratégico de TIC	Revisão dos Objetivos Estratégicos de TIC
<b>Projetos de Desenvolvimento</b>			
Prestar os serviços de TIC em consonância com os requisitos de negócio; Promover a agilidade nos serviços de TI; Melhorar continuamente a prestação de serviços de TI; Promover a gestão e a governança de TI; Prover a infraestrutura de TI; Otimizar os ativos, recursos e capacidades de TI	Aquisição de aplicação para controle de versão e integração contínua	Aquisição de aplicação para controle de versão e integração contínua	20 licenças adquiridas
Prestar os serviços de TIC em consonância com os requisitos de negócio; Promover a agilidade nos serviços de TI; Melhorar continuamente a prestação de serviços de TI; Prover a infraestrutura de TI; Otimizar os ativos, recursos e capacidades de TI	Copérnico	Módulo de Gestão de Contratos e Financeira do Copérnico	100% implantado
Otimizar os ativos, recursos e capacidades de TI; Implementar sistemas de informações; Promover a integração universidade-empresa	SISRH	Cadastro de funcionários e ponto eletrônico	Implantado
Prestar os serviços de TIC em consonância com os requisitos de negócio; Garantir a transparência dos custos, benefícios e riscos da TI; Otimizar os ativos, recursos e capacidades de TI; Implementar sistemas de informações; Garantir conformidade com Leis e Decretos; Promover a integração universidade-empresa	Novo Portal da AEB	Manutenção do Novo Portal da AEB	Portal publicado
Promover a agilidade nos serviços de TI; Garantir a segurança da informação e comunicação; Melhorar continuamente a prestação de serviços de TI; Prover a infraestrutura de TI; Otimizar os ativos, recursos e capacidades de TI; Prover a capacitação e apoio aos processos de negócio através da integração de aplicativos e tecnologia; Implementar sistemas de informações; Garantir conformidade com Leis e Decretos; Promover a integração e a comunicação institucional com o SISP	Ansible	Implantação em produção das ferramentas de Gerência de Configuração	Infraestrutura básica em produção
Otimizar os ativos, recursos e capacidades de TI	RocketChat	Atualização do sistema de mensageria para a última versão e implantação na arquitetura de referência	Repositório sincronizado e arquitetura implantada
<b>Projetos de Infraestrutura</b>			
Adoção de Padrões Governamentais	Ativos de Rede	Aquisição de ativos de rede para substituir os equipamentos sem garantia e implementar nova topologia de rede	Licitação e Aquisição concluída
Alinhar a estratégia de TIC com a de negócios	Sistemas Eletrônico de Informações - SEI	Implantação do SEI no MCTIC como ferramenta oficial para tramitação de processos na AEB	Instalação e utilização

Promover a agilidade nos serviços de TI; Melhorar continuamente a prestação de serviços de TI; Otimizar os ativos, recursos e capacidades de TI	Migração de e-mail corporativo	Implantação de e-mail na Dataprev como ferramenta oficial de contratação.	E-mail implantado
Prestar os serviços de TIC em consonância com os requisitos de negócio	Central de Serviços de TIC	Contratação da nova Central de Serviços de TIC	Central de Serviços implantada e trabalhando
Prover a infraestrutura de TI	Novo CPD	Migração de sistemas para o novo CPD	100% dos sistemas migrados

Os resultados do PDTI 2018-2019 são apresentados em função do atendimento dos objetivos estratégicos de TI propostos para o período. O levantamento foi feito com base nas necessidades elencadas no PDTIC, considerando seu status no momento da elaboração do relatório de gestão. As necessidades apontadas com o Status “Outros” incluem as necessidades canceladas, aquelas que foram transferidas para outros setores e as necessidades não priorizadas.

Em relação ao resultado final, a mesma necessidade pode atender a mais de um Objetivo de TI, da mesma forma que os Objetivos Estratégicos de TIC (OTI) podem estar relacionados a mais de uma necessidade. O Total representa o número total de necessidades elencadas no PDTIC 2018-2019.

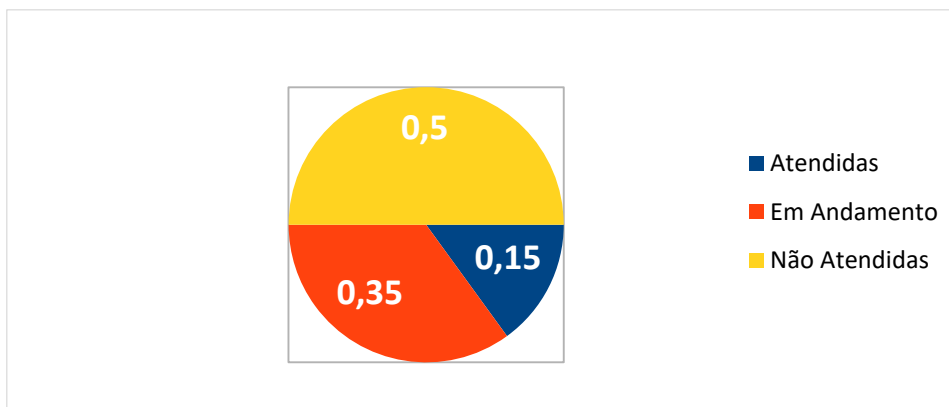
**Gráfico 23 - Percentual de execução dos objetivos estratégicos de TIC no PDTIC (2018-2019)**



Fonte: Divisão de Informática/Coordenação de Planejamento, Modernização e Informática

Em relação ao total de necessidades atendidas, a informação está apresentada no gráfico a seguir. Como o PDTIC só foi aprovado no final de 2018, só foi possível atender em torno de 15% das necessidades levantadas.



**Gráfico 24 - Percentual de necessidades atendidas no PDTIC 2018-2019**

Fonte: Divisão de Informática/Coordenação de Planejamento, Modernização e Informática

### Segurança da Informação

As atividades relacionadas à Segurança da Informação na AEB podem ser agrupadas e resumidas em três grandes áreas:

- Realizações da equipe de Governança de TIC: atuação para aderência das atividades da TI à Política de Segurança da Informação e Comunicações da AEB (POSIC), acompanhamento e tratamento dos incidentes de rede por meio da instituição de uma equipe de tratamento de incidentes de rede (EqTIR), contratações para melhoria de serviços e equipamentos da TI.
- Realizações da equipe de Desenvolvimento: aplicação do Processo de Software da AEB (PSW-AEB) para novos sistemas e adequação de sistemas já em execução na AEB, uso de arquitetura de referência para desenvolvimento de novos sistemas, adequações de serviços para controle e segurança do acesso a sistemas.
- Realizações da equipe de Infraestrutura: melhoria da disponibilidade de serviços por meio de implantação de equipamentos com garantia, construção de um datacenter, melhorias lógicas e físicas na rede da AEB, por meio de novos equipamentos e serviços para acesso controlado à rede da AEB.

### Principais desafios e ações futuras

Para o ano de 2019, está prevista uma reformulação na estrutura administrativa da organização como um todo e a área de TIC deve fazer parte da nova estrutura, resultando em um reposicionamento hierárquico.

#### 5.2.6. Gestão de Custos

A gestão dos custos do Governo Federal é realizada por meio do Sistema de Informações de Custos (SIC), disponível no endereço <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/portal-de-custos-do-governo-federal>. Esse sistema consolida informações extraídas dos sistemas estruturantes SIAFI, SIOP, SIAPE e SIORG.

Atualmente, a AEB não possui subunidade ou setor responsável pelo gerenciamento de custos. A UPC está vinculada à setorial do MCTIC que editou a Portaria SEXEC/MCTIC nº 6, de 30/5/2012, criando no âmbito daquele ministério a Unidade de Informações de Custos que está sob a responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA). A Agência seguirá as orientações da setorial para implantar a unidade interna de custos e que será instalada na estrutura compatível com essa atividade.

### 5.2.7. Sustentabilidade Ambiental

A comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável foi instituída em 2013, em atendimento à Instrução Normativa nº 10/2012 – SLTI/MPDG, com atribuição de elaborar, monitorar e revisar o Plano de Logística Sustentável (PLS), como prevê o art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que se encontra disponível no site da AEB. O PLS está disponível no endereço eletrônico: [http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/P.L.Sustentavel\\_da\\_AEB.pdf](http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/P.L.Sustentavel_da_AEB.pdf).

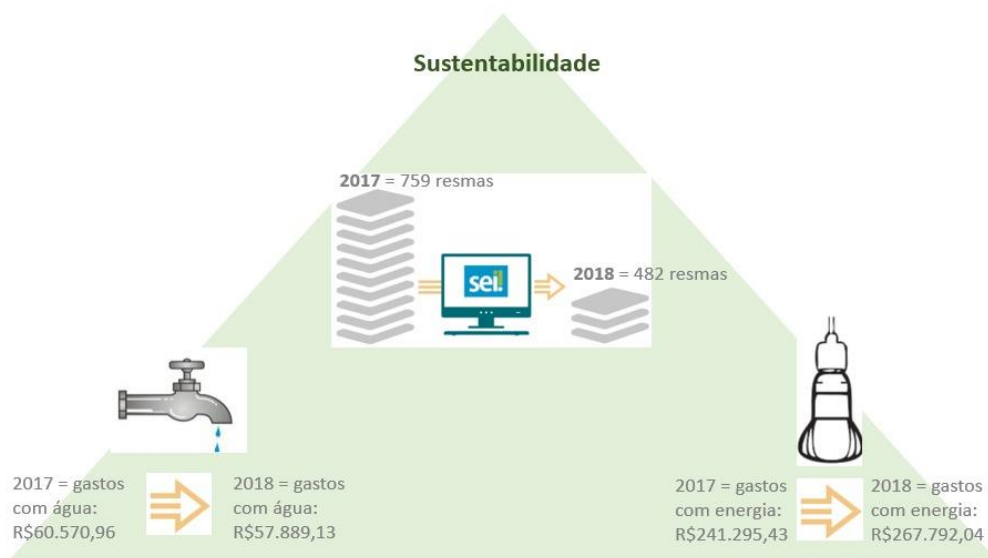
A AEB finalizou a implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) em 2018. Um dos ganhos com a utilização do SEI foi a redução da utilização de papel, toner e material de escritório.

Conforme previsto no PLS e no Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, a AEB realiza a separação de resíduos recicláveis descartados, bem como a destinação às associações e às cooperativas de catadores. A atividade é realizada conjuntamente com a Agência Nacional das Águas (ANA), por meio de Termo de Compromisso.

Ainda de acordo com o PLS, já existem na AEB iniciativas voltadas à redução do consumo de energia elétrica. Alguns exemplos são: desligamento parcial de luzes dos corredores e salas de reunião, impressoras e multifuncionais em espera ao final do expediente e a redução de uso dos copos plásticos.

Destaca-se que o custo de energia elétrica teve um aumento entre 2017 e 2018 de cerca de R\$ 26 mil, decorrente de reformas realizadas no Complexo do Setor Policial, como a construção da subestação de energia elétrica, possibilitando o aprimoramento da aferição do consumo por órgão.

**Figura 14 - Ações de sustentabilidade ambiental**



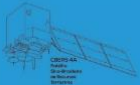
A AEB realizou a construção de novo refeitório em 2018 utilizando módulos habitáveis em função do menor impacto ambiental. Para essa construção, foram previstos o replantio da vegetação existente no local, reaproveitamento dos eletrodomésticos da Agência, maximização do uso da energia solar visando economia de energia, correta deposição dos resíduos da construção, além de respeitados os requisitos das Normas de Acessibilidade (NBR 9050).

A AEB integra um condomínio com diversos órgãos públicos: ANA, CENSIPAM, MCTIC, CEF, PRF e MD. Assim, o condomínio disponibiliza os serviços de segurança, limpeza, brigadista, transporte, energia e saneamento que são custeados pelos condôminos.

Por fim, com vistas a garantir a sustentabilidade nas contratações e aquisições, a AEB participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Esta autarquia também realiza suas contratações observando os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.



SCD  
Sistema de  
Controle de  
Dados



SCS  
Sistema de  
Controle de  
Satélites



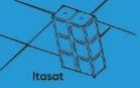
Nanosat-C-BRI



AESP-14



UbatubaSat 1



Itasat



SERPENS  
Sistema Especial  
para Realização de  
Pesquisas em  
Espaço Remoto





## 6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Neste capítulo serão apresentados: declaração do contador; demonstrativos contábeis e notas explicativas.

### 6.1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

(Lei 8.854, de 10/02/1994)

(Portaria nº 4.893, de 23/08/2017-MCTIC-RI)

Cabe à Coordenação de Orçamento e Finanças (COF), da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA) da AEB, “planejar e coordenar as atividades de execução e acompanhamento do orçamento, da administração financeira, da contabilidade e da elaboração e acompanhamento de convênios e similares, de acordo com Art. 15, inciso I, da Portaria RI (MCTIC) nº 4.893, de 23/08/2017, DOU de 25/08/2017 pag. 6, 7 e 8.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela Coordenação de Orçamento e Finanças-COF/DPOA, sempre em observação dos procedimentos descritos no Manual SIAFI, procedimentos estes que visam assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As demonstrações Contábeis da AEB são:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos;
- Balanço Orçamentário – demonstra informações do orçamento aprovado em confronto com sua execução (despesa autorizada);
- Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa – demonstram o fluxo financeiro (entrada e saída);
- Demonstração das Variações Patrimoniais – apura o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (transferências recebidas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - indica as variações do patrimônio líquido e sua evolução no período.

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil (Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000-LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição 2017).

### Declaração

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000-LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição 2017, relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da **Agência Espacial Brasileira**.

**Brasília, 21 de março de 2019**

Renato José de Sousa – Contador  
CRC-DF 6957-O/9



## 6.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 6.2.1. Balanço Patrimonial

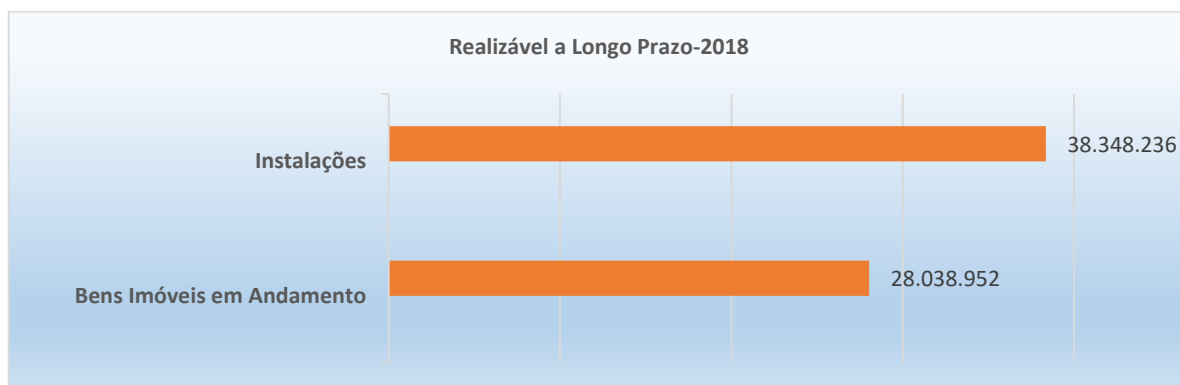
O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução 2018 em relação a 2017. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pela unidade, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio Líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

**Tabela 1 - Balanço Patrimonial - Exercício 2018**

ATIVO	2018	2017
<b>Ativo Circulante</b>	<b>4.250.072</b>	<b>7.425.455</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.887.943	6.860.953
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos	105.277	195.857
Estoques	256.852	368.645
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>94.500.801</b>	<b>80.089.477</b>
Realizável a Longo Prazo	678	678
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	678	678
Investimentos	35.424	35.424
Demais Ações	35.424	35.424
Imobilizado	71.785.756	66.597.116
Bens Móveis	8.840.477	5.992.226
(-) Depreciação Acumulada	(3.441.909)	(2.802.409)
Bens Imóveis	66.387.188	63.407.299
Bens Imóveis em Andamento	28.038.952	28.038.952
Instalações	38.348.236	35.368.346
Intangível	22.678.942	13.456.258
<b>Total do Ativo</b>	<b>98.750.873</b>	<b>87.514.932</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>976.304</b>	<b>104.646</b>
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo	884.634	93.756
Demais Obrigações Curto Prazo	91.670	10.890
<b>Total do Passivo</b>	<b>976.304</b>	<b>104.646</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>88.116.560</b>	<b>96.563.316</b>
Resultados Acumulados	88.116.560	96.563.316
<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>	<b>89.092.863</b>	<b>96.667.961</b>

Fonte: SIAFI

Gráfico 25 - Realizável a Longo Prazo



## 6.2.2. Demonstração da Variações Patrimoniais

Tabela 2 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Exercício 2018

	2018	2017
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0	3.826.632
Transferências e Delegações Recebidas	191.822.336	150.549.643
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.700	9.246.802
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.199.315	19.706.737
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0	0
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas	0	0
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>	<b>194.025.352</b>	<b>183.329.814</b>
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		
Pessoal e Encargos	13.914.176	13.787.564
Remuneração a Pessoal	11.467.584	11.214.488
Encargos Patronais	1.719.493	1.761.377
Benefícios a Pessoal	727.099	811.699
Outras Variações Patrimoniais de Pessoal e Encargos	0	0
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>403.940</b>	<b>392.874</b>
Aposentadoria e Reformas	348.236	347.577
Pensões	55.704	45.597
Outras Variações Patrimoniais de Benefícios Previdenciários	0	0
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>8.013.852</b>	<b>6.579.231</b>
Uso de Materiais de Consumo	278.565	134.455
Serviços de Terceiros	7.031.914	5.942.347
Depreciação, Amortização e Exaustão	703.373	502.429
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Transferências e Delegações Concedidas (consolidada)</b>	<b>163.972.151</b>	<b>157.015.249</b>
Transferência e Delegações Concedidas	161.772.836	171.717.889
(*) Movimento de Saldos Patrimoniais	2.199.315	19.706.737
Registro da Comprovação/Conclusão de convênios e Instrumentos congêneres	0	-34.409.377
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>234.732</b>	<b>33.052</b>
Desincorporação de ativos	234.732	33.052
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>27.659</b>	<b>72.233</b>
Indenizações/Restituições	27.659	72.233
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>	<b>186.566.510</b>	<b>177.880.204</b>
<b>Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)</b>	<b>7.458.842</b>	<b>5.449.610</b>

Fonte: SIAFI

## 6.2.3. Balanço Orçamentário

Tabela 3 - Balanço Orçamentário - Exercício 2018

RECEITAS						
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo		
Receitas Correntes						
Receitas de Capital						
<b>Total (I)</b>						
DESPESAS						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)	Saldo g=(d-e)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>5.853.692</b>	<b>83.043.445</b>	<b>32.188.248</b>	<b>23.245.057</b>	<b>22.278.893</b>	<b>8.943.191</b>
Pessoal e Encargos Sociais	13.624.252	14.288.449	13.567.041	13.567.041	12.669.172	0
Outras Correntes	62.229.440	68.754.996	18.621.207	9.678.017	9.609.721	8.943.191
<b>Despesas de Capital</b>	<b>106.868.284</b>	<b>96.290.470</b>	<b>5.207.800</b>	<b>2.640.832</b>	<b>2.640.832</b>	<b>2.566.968</b>
Investimentos	106.868.284	96.290.470	5.207.800	2.640.832	2.640.832	2.566.968
<b>Reserva de Contingência</b>						
<b>Total Despesas Orçamentárias (II)</b>	<b>182.721.976</b>	<b>79.333.915</b>	<b>37.396.048</b>	<b>25.885.889</b>	<b>24.919.725</b>	<b>1.510.158</b>
<b>Resultado Orçamentário III = (I - II)</b>	<b>SUPERÁVIT</b>					
<b>Total (IV)</b>	<b>182.721.976</b>	<b>179.333.915</b>	<b>37.396.048</b>	<b>25.885.889</b>	<b>24.919.725</b>	<b>1.510.158</b>

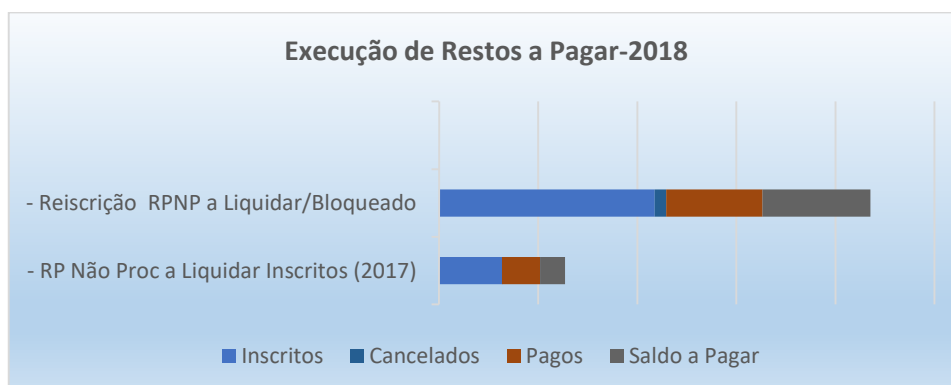
Fonte: SIAFI

Restos a Pagar 2018	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	% Pgtos.
<b>Restos a Pagar Não Processados</b>	<b>28.128.784</b>	<b>1.149.030</b>	<b>13.542.601</b>	<b>13.437.153</b>	<b>48,14</b>
- RP Não Processados a Liquidar Inscritos (2017)	6.359.978	2.114	3.818.688	2.539.176	60,04
- Reversão RPNP a Liquidar/Bloqueado	21.768.806	1.146.916	9.723.913	10.897.977	44,67
<b>Restos a Pagar Processados</b>	<b>966.164</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
- RP Processados (inscrição no Exercício)	966.164	0	0	0	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>29.094.948</b>	<b>1.149.030</b>	<b>13.542.601</b>	<b>13.437.153</b>	<b>46,55</b>

Fonte: SIAFI

Em 2018 a Agência Espacial Brasileira-AEB, pagou **46,55%** do total inscrito em restos a pagar de exercícios anteriores.

Gráfico 26 - Execução de restos a pagar - Exercício 2018



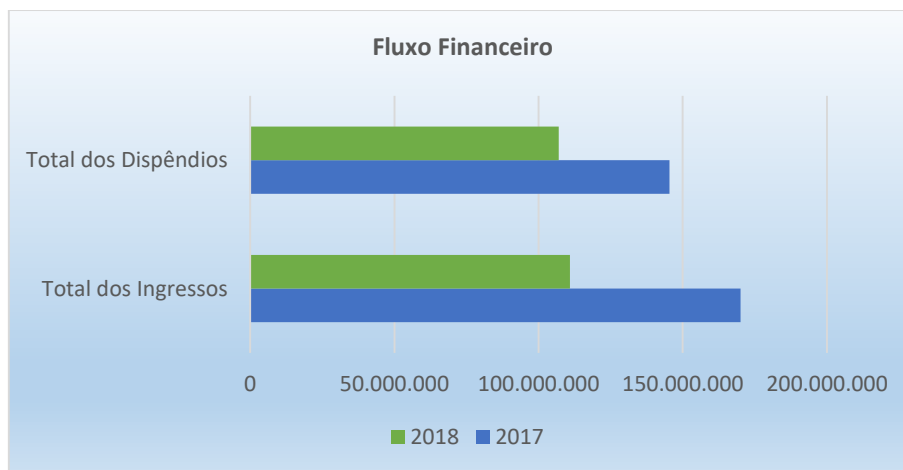
## 6.2.4. Balanço Financeiro

Tabela 4 - Balanço Financeiro - Exercício 2018

	2018	2017
<b>Ingressos</b>		
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>122.542.174</b>	<b>84.722.003</b>
<b>Recebimentos Extra orçamentários</b>	<b>40.605.106</b>	<b>25.289.501</b>
Inscrição em Restos a Pagar Processados	966.164	9.244.605
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	39.638.942	16.044.896
<b>Saldo Exercício Anterior</b>	<b>6.860.953</b>	<b>834.929</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.860.953	834.929
<b>Total dos Ingressos</b>	<b>170.008.233</b>	<b>110.846.432</b>
<b>Dispêndios</b>		
<b>Despesas Orçamentária</b>	<b>37.396.048</b>	<b>26.777.285</b>
Ordinária	37.396.048	26.777.285
Vinculadas	0	0
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>90.601.657</b>	<b>66.370.465</b>
<b>Pagamentos Extra orçamentários</b>	<b>13.542.601</b>	<b>7.034.842</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0	0
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	13.542.601	7.034.842
Outros Pagamentos	0	0
<b>Saldo Exercício Seguinte</b>	<b>3.887.943</b>	<b>6.860.953</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.887.943	6.860.953
<b>Total dos Dispêndios</b>	<b>145.428.248</b>	<b>107.043.545</b>

Fonte: SIAFI

Gráfico 27 - Fluxo Financeiro - Exercício 2018





## 6.2.5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Tabela 5 - Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercício 2018

	2018	2017
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>191.822.336</b>	<b>150.549.643</b>
Receitas Derivadas e Originárias	0	0
Transferências Correntes Recebidas	191.822.336	150.549.643
Outros Ingressos Operacionais	0	0
<b>Desembolsos</b>	<b>182.168.031</b>	<b>138.366.731</b>
Pessoal e demais Despesas Correntes	14.318.116	14.180.438
Juros e Encargos da Dívida	0	0
Transferência e Delegações Concedidas	161.772.836	171.617.889
(*) Movimento de Saldos Patrimoniais	2.199.315	19.706.737
Registro da Comprovação/Conclusão de Convênios e Instrumentos Congêneres	0	34.409.377
Outros Desembolsos Operacionais	8.276.394	6.684.517
<b>Fluxos de Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>9.654.306</b>	<b>12.182.912</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Alienação de Bens		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
<b>Desembolsos</b>	<b>9.062.956</b>	<b>6.348.246</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	9.062.956	50.280
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0	0
Outros Desembolsos de Investimentos	0	6.297.965
<b>Fluxos de Caixa Líquido das Atividades Investimentos</b>	<b>9.062.956</b>	<b>6.348.246</b>
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	<b>6.860.953</b>	<b>834.929</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	<b>3.887.943</b>	<b>6.860.953</b>

Fonte: SIAFI

Os ingressos de recursos financeiros na unidade AEB (Transferências Correntes Recebidas) foram 100% oriundos do Tesouro Nacional.

Houve um crescimento substancial no Ativo Não Circulante decorrente de aplicações de recursos na implantação e modernização das instalações do Data Center da Agência.

## 6.2.6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Tabela 6 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício 2018

	Patrimônio/ Capital Social	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício de 2017</b>		<b>170.583.768</b>		<b>170.583.768</b>
Ajustes de Exercício Anterior	0	-107.910.361	0	<b>-107.910.361</b>
Aumento/Redução de Capital	0	0	0	<b>0</b>
Resultado do Exercício	0	204.473.677	0	<b>204.473.677</b>
Constituição/Reversão de Reservas	0	0	0	<b>0</b>
<b>Saldo Final do Exercício de 2017</b>	<b>-</b>	<b>96.563.316</b>	<b>0</b>	<b>267.147.084</b>
	Patrimônio/ Capital Social	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
<b>Saldo Inicial do Exercício de 2018</b>		<b>96.563.316</b>		<b>96.563.316</b>
Variação Cambial	<b>0</b>	-	-	<b>-</b>
Ajustes de Exercício Anterior	0	706.274	-	<b>706.274</b>
Const/Realiz. Reserva de Reav. de Ativos	0	-	-	<b>-</b>
Resultado do Exercício	0	87.410.286	-	<b>87.410.286</b>
Constituição/Reversão de Reservas	0	-	-	<b>-</b>
Saldo de Fusão, Cisão e Incorporação	0	-	-	<b>-</b>
<b>Saldo Final do Exercício de 2018</b>	<b>0</b>	<b>88.116.560</b>	<b>0</b>	<b>88.116.560</b>

Fonte: SIAFI

## 6.3. NOTA EXPLICATIVA

### 6.3.1. Informações Gerais sobre a UPC

Agência Espacial Brasileira (AEB)

CNPJ 86.900.545/0001-70

Natureza Jurídica: 110-4 – Autarquia Federal

Domicílio: SPO - Quadra 3 Bloco A - Brasília-DF

### Natureza das operações e principais atividades

A AEB, autarquia federal de natureza civil, vinculada ao MCTIC, foi criada pela Lei nº 8.854, em 10 de fevereiro de 1994, com a finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional. Esse Normativo define as competências da Agência (art. 3º) e a sua estrutura básica (art. 5º).

### Conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público.

As demonstrações Contábeis da Agência Espacial Brasileira são:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos
- Balanço Orçamentário – demonstra informações do orçamento aprovado em confronto com sua execução (despesa autorizada)
- Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa – demonstram o fluxo financeiro (entrada e saída)
- Demonstração das Variações Patrimoniais – apura o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (transferências recebidas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - indica as variações do patrimônio líquido e sua evolução no período

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil (Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000-LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição 2017).

### Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

- Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez (se houver). A conta única derivada do princípio da unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/86), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. É subdividida, em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única Recursos Previdenciários e Conta Única Recursos Dívida Pública.

### Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

## Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, na AEB (II) são os softwares e Marcas, Direitos e Patentes (transferência de tecnologia), destinados à manutenção pública ou exercidos com essa finalidade e são mensurados, ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o respectivo saldo da conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

## Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O Método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês, sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis da AEB são apuradas por um Sistema de Patrimônio desenvolvido pelo INPE em parceria com AEB, que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes (consiste em dividir o valor de aquisição do bem a ser depreciado pelo tempo de vida útil);
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante do Manual SIAFI, assunto 020330-Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações;

## Depreciação de bens Imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet), que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG/ n° 703, de 10/12/2014. A Agência Espacial Brasileira não possui Bens Imóveis, embora o Balanço Patrimonial contenha registro dessa natureza (I), trata-se de valores referentes a contratos de obras e serviços firmados pela AEB com recursos oriundos do seu orçamento para a execução de obras de complementação da infraestrutura do CLA e do CLBI, não incorporados ao imobilizado. Foi realizado o levantamento detalhado do saldo por contratos e seus respectivos beneficiários, que foram notificados a se manifestarem sobre o procedimento para incorporação dos mesmos. A AEB aguarda posicionamento para realização dos devidos ajustes contábeis.

Bens Imóveis - Composição (I)	R\$ mil	
	31/12/2018	31/12/2017
Bens de Uso Especial	0,00	0,00
Bens de Uso Comum do Povo	0,00	0,00
Bens Dominicais	0,00	0,00
Bens Imóveis em Andamento	28.038.952,29	28.038.952,29
Instalações	35.744.346,35	35.368.346,35
Demais Bens Imóveis	0,00	0,00
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	0,00	0,00
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>63.783.298,64</b>	<b>63.407.298,64</b>

Fonte: SIAFI



**Intangível – Composição (II)****R\$ mil**

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Software com Vida Útil Definida	1.015.268	987.455
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	22.516.108	13.321.237
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0,00	0,00
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0,00	0,00
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	0,00	0,00
Amortização Acumulada	(852.434)	(852.434)
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>22.678.942</b>	<b>13.456.258</b>

Fonte: SIAFI

Marcas Direitos e Patentes-Vida Útil definida, representando **99,28%** do total do Grupo refere-se **“treinamento para transferência de tecnologia pela empresa Thales Alenia Space France”** Conta Contábil 1.2.4.2.1.01.05 – Adiantamento para Transferência de Tecnologia, para empresas nacionais FIBRAFORTE, CENIC, AEL e EQUATORIAL.

**Itens que não se aplicam à AEB**

- Demonstração da gestão e registro de imóveis desapropriados;
- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber;
- Revisão de critérios adotados classificação dos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas Demonstrações Financeiras e
- Demonstrativo específicos sobre subsídios e resultado operacional.



## 7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

O relatório integrado da AEB está estruturado conforme determinado pelos normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) anualmente. Para o exercício corrente, o relatório foi estruturado pelas Decisões Normativas TCU nºs 170 e 172/2018 e pela Portaria TCU nº 369/2018, além da Instrução Normativa TCU nº 63/2010.

A AEB se encontra em um constante processo de estruturação. Desde a criação da UPC em 1994 até a apresentação do presente relatório, vários normativos, orçamentos, pessoal, espaços físicos etc. foram aprovados, alterados, suprimidos, cedidos ou reduzidos para uma melhor funcionalidade e, também, para que a autarquia cumprisse suas competências legais. No entanto, em quase todos os relatórios apresentados ao TCU, quatro assuntos foram recorrentes: déficit orçamentário, falta de pessoal, divergências na governança do setor e dificuldades de acesso ao espaço. Vários outros temas também são importantes para a UPC, no entanto, os que envolvem alto risco foram elencados anteriormente.

A UPC atua em um mercado global que movimenta USD\$ 350 bilhões anualmente. O orçamento anual da AEB é em torno de USD\$ 47 milhões, considerando o dólar a R\$ 3,80. No entanto, embora com um valor monetário pouco representativo no cenário mundial, a AEB mantém parcerias estratégicas com China, Alemanha, França, Estados Unidos etc. Então, sem um orçamento à altura das demandas nacionais planejadas pelo PNAE, a UPC poderá ter sua capacidade afetada pela insuficiência orçamentária para entregar para a sociedade tudo o que o PEB tem para produzir e, por conseguinte, reduzir suas parcerias estratégicas internacionais.

Outro ponto sensível de qualquer UPC é sua força de trabalho. A AEB conta atualmente com 114 servidores. Desse total, apenas 67 são servidores da própria AEB, ou seja, do total apenas 58,77% podem ser considerados como força de trabalho efetiva, e os outros 41,23% como força de trabalho rotativa. O CDPEB, criado pelo Decreto nº 9.279/2018, estabeleceu várias prioridades para o PEB, dentre as prioridades foi criado o Grupo de Trabalho 9 – GT 9 para tratar dos assuntos de pessoal. O GT 9 está trabalhando com a falta de pessoal da AEB e dos órgãos executores do SINDAE: INPE e DCTA. O INPE e o DCTA já estão enfrentando problemas operacionais com falta de pessoal e estão trabalhando em alguns projetos com bolsistas temporários. Nesse sentido, a possível falta de pessoal poderá afetar a capacidade de a UPC cumprir com suas competências legais.

A governança do setor espacial também é tema relevante da UPC. O CDPEB também está abordando essa fragilidade do Setor Espacial por meio do Grupo de Trabalho 1 – GT 1. O resultado esperado advindo desse grupo é uma melhor estrutura para o setor.

O acesso ao espaço é um tema sensível do PEB e de grande materialidade para a UPC. O CDPEB, por meio do Grupo de Trabalho 6 – GT 6 abordou o denominado Projeto VLX. A Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) foi aprovada em 1978 com três objetivos a serem alcançadas pelo Brasil: satélite, centro de lançamento e acesso ao espaço. O desenvolvimento de satélites e a operação de centros de lançamentos já foram superados pelo Brasil, restando ainda o acesso ao espaço para cumprir o último objetivo da MECB. Então, para alcançar esse objetivo da MECB o Brasil precisará de orçamento, pessoal e governança para agrupar toda a sinergia do setor no intuito de cumprir os objetivos traçados há mais de quatro décadas.

O presente relatório integrado trouxe um resumo dos temas que têm um potencial de materialidade que pode afetar a capacidade de a UPC em cumprir com suas competências legais. A AEB está trabalhando com o MCTIC, Ministério da Defesa, GSI e todos os atores envolvidos direta ou indiretamente com o PEB para tentar mitigar o fator risco nesses e em outros temas afetos ao setor.

Quanto ao cumprimento das determinações do TCU e, ainda, da CGU, a UPC vem cumprindo todas as determinações emanadas desses órgãos. No presente exercício, a UPC vem melhorando o ambiente de controle, integridade das informações, governança e gestão de riscos, tendo como objetivo o aprimoramento da gestão pública.

## 7.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Este item tem por finalidade fornecer uma visão gerencial de como a Agência trata as determinações e recomendações do TCU, apresentando os principais números e resultados relacionados.

No que diz respeito às deliberações feitas pelo TCU durante o Exercício de 2017, foram tratados<sup>3</sup> no âmbito da AEB os seguintes acórdãos:

**Quadro 19 - Demandas TCU - Atendimento/Manifestação**

TCU	Atendimento/Manifestação
Acórdão nº 4505/18 – 2ª Câmara	Determinações direcionadas ao MCTIC Ciência da AEB
Acórdão nº 2615/18 – 1ª Câmara	Ciente
Acórdão nº 11264/18 – 2ª Câmara	Ciente

Fonte: Auditoria Interna (AUDIN)

O procedimento para atendimento das diligências do TCU no âmbito da AEB é iniciado pelo Gabinete, onde é feita uma triagem inicial e encaminhada à área responsável para atendimento. A Auditoria Interna é responsável pelo acompanhamento do atendimento das recomendações e determinações pelos gestores, conforme estabelecido no seu Regimento Interno o qual prevê o seguinte: “apoiar a realização de inspeções, auditorias e demais procedimentos de controle externo”.

Para o efetivo acompanhamento dos acórdãos, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento de forma periódica no site do TCU, com a finalidade de verificar os Acórdãos expedidos direcionados à AEB; e
- Encaminhamento à Chefe de Gabinete da Agência de relatório com as diligências do TCU, sempre que houver Acórdão expedido direcionado à AEB, com acompanhamento junto aos gestores para atendimento das diligências com os prazos estabelecidos.

Informa-se, por oportuno, que quando da elaboração deste conteúdo, não havia determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento.

<sup>3</sup> Os acórdãos listados não possuíam determinações para atuação direta da AEB, uma vez que se tratava de determinações direcionadas ao MCTIC ou de assuntos para ciência da Agência. Assim, não houve determinação explícita para a AEB.

## 8. ANEXOS E APÊNDICES

### ANEXOS E APÊNDICES 1 - DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

A integridade pela execução da Política Espacial perpassa pela **Missão** – promover atividades espaciais de interesse nacional visando o desenvolvimento da sociedade brasileira” – e pela **Visão** – consolidar o Programa Espacial Brasileiro em articulação com os agentes governamentais, sociais e econômicos – o que impõe à AEB a responsabilidade de cumprir com todos os princípios constitucionais da Administração Pública para entregar o resultado da política pública sob sua competência.

A elaboração do mapa estratégico ocorreu com a participação de todas as unidades internas da AEB. Seguindo essa metodologia, todas as áreas da AEB também participaram da elaboração do presente relatório integrado. Os diversos assuntos tratados no relato integrado como transparência pública, controle externo e interno, cenário internacional, satélites, centros de lançamento, acesso ao espaço etc., demonstram a sinergia das diversas áreas da autarquia em cumprir com suas responsabilidades perante aos órgãos de controle interno e externo e, também, perante a sociedade como um todo.

O cumprimento de todos os normativos que embasaram as atividades da AEB como: licitação, contratos, fiscalização, pagamento a fornecedores, controles internos, patrimônio, almoxarifado, execução orçamentária e financeira, gestão de pessoas, contabilidade pública e transparência foram devidamente inseridos nos diversos capítulos que compõem a estrutura do relatório integrado.

O relatório integrado está estruturado com base nos normativos e orientações do Egrégio TCU. A apresentação segue fidedignamente as orientações quanto a ordem de apresentação, comentários e justificativas para os diversos temas do programa espacial brasileiro.

A presente DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE atesta que o relato integrado está estruturado e contém todas as informações determinadas pelo TCU e transmite para a sociedade a veracidade dos fatos acontecidos durante o exercício. Os valores monetários apresentados também representam o montante aplicado, pela AEB, no PEB, em 2018, e foram extraídos dos sistemas estruturantes do Governo Federal, sendo que grande parte das informações ratificadas na declaração do contador da Agência.

**Presidente e Diretores da Agência Espacial Brasileira**



## ANEXOS E APÊNDICES 2 – GLOSSÁRIO

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

#### Sociedade

##### **Alinhar o programa espacial às demandas da sociedade brasileira**

Definição: Este objetivo visa a identificação de demandas por meio da ampliação do debate entre demandantes e demandados – incluindo órgãos governamentais e não governamentais, instituições privadas e entes públicos, indústria, academia e demais atores sociais – a fim de subsidiar a tomada de decisão sobre a concepção e a implementação do Programa Espacial Brasileiro. A ideia do objetivo é construir um Programa Espacial cada vez mais aderente às necessidades da sociedade brasileira.

##### **Fortalecer a indústria espacial brasileira**

Definição: Fomentar e promover a indústria espacial brasileira de modo a torná-la mais competitiva e aumentar sua participação nos mercados interno e externo.

##### **Desenvolver tecnologias críticas e capital humano necessários ao fortalecimento do programa espacial**

Definição: Realizar o mapeamento das tecnologias críticas em consonância com as políticas em vigor para subsidiar a tomada de decisão e a elaboração e implementação de planos de desenvolvimento dessas tecnologias.

#### Processos Internos

##### **Desenvolver capital humano e tecnológico para fortalecer o programa espacial brasileiro**

Definição: Desdobrar em nível de processos internos o objetivo “Desenvolver tecnologias críticas”. Abarca os diversos programas de capacitação de recursos humanos implementados pela AEB.

##### **Ampliar investimento no setor espacial**

Definição: Prospectar e viabilizar novos arranjos, parcerias e fontes de financiamento, promovendo a ampliação dos investimentos no setor espacial.

##### **Aprimorar o processo de adoção de missões e a gestão de projetos espaciais**

Definição: Estabelecer procedimento de adoção de missões (satélites, lançadores e centro de lançamento) e aperfeiçoar a gestão de projetos espaciais, aprimorando o acompanhamento junto aos órgãos do SINDAE.

##### **Fortalecer as parcerias internacionais e nacionais**

Definição: Prospectar e implementar ações de interesses e objetivos comuns entre organizações ou países, em âmbito internacional e nacional.

##### **Desenvolver ações de relacionamento governamental**

Definição: Estabelecer canais e mecanismos de articulação política, administrativa e técnica com organizações governamentais nos Poderes Legislativo e Executivo, nos níveis federal, estadual e municipal.

##### **Fortalecer a imagem, a comunicação e a representação institucional**

Definição: Aprimorar, por meio de ações de comunicação e de relacionamento institucional, a imagem da organização, de modo a ampliar o reconhecimento e a representatividade da AEB, tornando-a conhecida pela sociedade no desenvolvimento de suas competências legais.

**Fortalecer o sistema de comunicação interna**

Definição: Implementar um plano de comunicação interna que favoreça ações de relações públicas, decisões de impacto e o trânsito de informações relevantes para a instituição.

**Formalizar e implementar a gestão estratégica**

Definição: Estruturar, formalizar e implantar a gestão estratégica na AEB, segundo a óptica da Administração Pública Federal.

**Mapear os processos da instituição em todas as áreas e níveis**

Definição: Realizar o mapeamento dos processos da instituição de maneira a ter o fluxo e a descrição de todos eles em sistema *bottom-up*.

**Aprimorar controles internos e gestão de riscos na instituição**

Definição: Estruturar e implantar o processo de controles internos e de gestão de riscos na instituição em área específica para tal, seguindo as melhores práticas da Administração Pública Federal.

**Aprimorar o processo de gestão orçamentária**

Definição: Aperfeiçoar o processo de gestão e planejamento da alocação de recursos, bem como de sua execução.

**Aprendizado e crescimento (Pessoas e TI)****Aprimorar a infraestrutura de TI, de Comunicação e de Segurança**

Definição: Implementar ações que melhorem o conjunto de elementos de tecnologia da informação (hardware, software, tecnologia de gestão de dados, tecnologia de rede e serviços de tecnologia) e de segurança para atender às necessidades da instituição.

**Implementar a política de gestão do conhecimento por meio das gestões de Competência, Por Processos e de Qualidade de Vida**

Definição: Implementar ferramentas que viabilizem a estruturação eficiente de tecnologias e processos que tenham por objeto criar, transferir e utilizar informações relevantes para a instituição e em consonância: mapear e implementar ações que permitam desenvolver os conhecimentos técnico, de habilidades e de ferramentas necessárias à consecução das atividades da instituição; implementar ações para viabilizar a gestão por processos e; desenhar e implementar políticas voltadas à ampliação do comprometimento profissional de servidores e colaboradores; estruturar política para desenvolvimento contínuo, e ações com foco na ampliação da percepção de valorização das pessoas.

**Presidente**

Carlos Augusto Teixeira de Moura

**Diretoria de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI)**

Cristiano Augusto Trein

**Diretoria de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL)**

Paulo Eduardo Vasconcellos

**Diretoria de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD)**

Paulo Roberto Braga Barros

**Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA)**

Alberto José Navarro Pascoal

**Equipe responsável pela consolidação do relatório**

Clodovil Fernandes Siqueira – Coordenador de Orçamento e Finanças (COF)

Carolina Magno R. da C. Chaves – Analista em Ciência e Tecnologia

Lúcia Helena Michels Freitas – Analista em Ciência e Tecnologia

**Diagramação e Capa**

Maria Emília Mello Gomes

**AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA**

Setor Policial, área 5, quadra 3, bloco A

CEP: 70.610-200, Brasília - DF

(61) 3411-5159





MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL